

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ROLAND, Edna Maria Santos. Edna Roland (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (6h 15min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Edna Roland
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 22/07/2004

Duração: 6h 15min

Arquivo digital - vídeo: 6; Fita cassete: 6; MiniDV: 6;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada justificou-se, entre outras coisas, por ter sido uma das fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negras e por ter fundado e ser presidente de honra da Fala Preta! Organização de Mulheres Negras.

Temas: Abertura política; África do Sul; Ato Institucional, 5 (1968); Bolsas de estudo e de pesquisa; Ceará; Civis e militares; Discriminação racial; Discriminação social; Estados Unidos da América; Falecimento; Família; Feminismo; Goiás; Intercâmbio cultural; Mercado de trabalho; Movimento negro; Movimentos sociais; Mulher; Negros; Ordem dos Advogados do Brasil; Planejamento familiar; Pós - graduação; Psicologia; Racismo; Repressão política; São Paulo; Saúde pública; UNESCO; Universidade Federal de Minas Gerais;

Sumário

Entrevista: 22.07.2004

FITA 1-A: Origem familiar; trajetória escolar; a experiência do intercâmbio nos Estados Unidos (1967); breve lembrança sobre episódio de racismo no Ceará; considerações sobre a miscigenação da família; recordações da tomada de consciência da condição de negra.

FITA 1-B: As mudanças após a viagem para os EUA; contexto político da entrada no curso de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (1969); longos comentários sobre o envolvimento com o grupo Política Operária - Polop e a repressão militar; mudança para São Paulo e a entrada para a clandestinidade; o emprego de secretária bilíngue em empresas multinacionais: mecanismos para fugir da repressão.

FITA 2-A: Conjuntura da abertura política no Brasil; considerações sobre o mestrado e o início do envolvimento com o movimento negro; informações sobre os movimentos sociais de São Paulo na época da abertura política; breves considerações sobre o Centro de Documentação do Negro - CEDOC.

FITA 2-B: Informações sobre o CEDOC; comentários sobre as diversas tentativas de criação de um grupo militante da causa negra; a criação do Bloco Afro Alafiá; problemas enfrentados para a realização do desfile do bloco; participação da entrevistada no Conselho da Condição Feminina de São Paulo e a criação do Coletivo de Mulheres Negras (1984).

FITA 3-A: A coordenação da Comissão de Mulheres Negras (1988); debate sobre a esterilização e o movimento feminino; conjuntura política da instalação do Tribunal Winnie Mandela (1988); recordações do dia do lançamento do Tribunal; motivos da saída do Conselho da Condição Feminina do Tribunal; relato do preconceito sofrido dentro do Conselho da Condição Feminina; dificuldades enfrentadas no trabalho na Ordem dos Advogados do Brasil; a coordenação do Programa de Saúde da Mulher (1989); informações sobre o Encontro Estadual de Mulheres Negras, em São Paulo (1984); breve discussão sobre a conjunção gênero e raça.

FITA 3-B: Breves considerações sobre o problema de gênero dentro do movimento negro; a criação do Geledés (1988): primeiras atividades; a viagem para os Estados Unidos (1989); informações sobre o financiamento de instituições norte-americanas ao movimento negro; comentários sobre a evolução da estrutura do Geledés; lembranças do Seminário Preparatório para a Conferência Mundial de Pobreza e Desenvolvimento; informações sobre a declaração redigida no Seminário Preparatório.

FITA 4-A: Discussão sobre a importância da prevenção da AIDS entre a população negra; recordações da produção do vídeo Todos os dias são seus (1992); conjuntura da criação da Lei de Regulamentação do Planejamento Familiar; atuação como coordenadora regional da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; articulação da Secretaria de Saúde de São Paulo com o movimento negro: o seminário O quadro negro da Saúde; implementação do quesito cor no Sistema Municipal de Informações em Saúde; relato de casos de racismo

no sistema público de saúde; discussão sobre os critérios de raça no Brasil.

FITA 4-B: Visão sobre os referenciais da cultura negra; avaliação da militância da entrevistada; contexto da criação do grupo Fala Preta!; considerações sobre a bolsa de estudos em Harvard (1997); longos comentários sobre a equipe do projeto Iniciativa Comparativa de Relações Humanas; problemas enfrentados devido ao racha entre o movimento negro e o governo brasileiro na reunião em Cape Town. FITA 5-A Lembranças do encontro com Nelson Mandela; comentários sobre a Comissão de Reconciliação e Verdade da África do Sul; comparação entre o racismo no Brasil, Estados Unidos e África do Sul; consequências do fim do apartheid na África do Sul; impacto da Conferência de Durban nas relações raciais no Brasil (2001).

FITA 5-B: Participação da entrevistada na Conferência Regional de Santiago (2000); opinião da entrevistada sobre o conceito de afrodescendente; a indicação para relatora da Conferência de Durban (2001); o processo de negociação do uso do termo "ação afirmativa ou positiva" com os EUA e a União Europeia.

FITA 6-A: Comentários sobre a questão da presidência do programa de ação; considerações sobre a função de relatora da Conferência de Durban; informações sobre a organização da Conferência; dificuldades enfrentadas na Conferência de Durban devido a saída de EUA e Israel da mesa de negociações; a saída de Hédio Silva Júnior do Conselho Nacional; perspectivas da ação afirmativa para o futuro; breve debate sobre as diferenças entre pobreza e racismo.

FITA 6-B: (continuação) Debate sobre as diferenças entre pobreza e racismo; informações sobre o cargo de coordenadora de combate ao racismo e à discriminação da Unesco; comentários sobre a criação de um índice de desigualdade racial; luta pela implementação de políticas públicas para a população negra; informações sobre anemia falciforme.

FITA 7-A: Opinião da entrevistada sobre a discriminação no mercado de trabalho; breves considerações sobre a participação no Clube de Roma.

Entrevista: 22.07.2004

Verena Alberti – Nós gostaríamos de começar um pouco com a sua biografia. Já vimos que nasceu em Codó, no Maranhão em 12 de janeiro de 1951.

Edna Roland – Isso.

V.A. – Mas já observamos, aqui pelo currículo, que teve uma passagem por Goiânia, nos Estados Unidos ainda jovem, com mais ou menos 16 anos, depois Minas, São Paulo. Então queríamos entender essa itinerância...

E.R. – É. Até um certo momento, eu estava migrando com a minha família.

V.A. – A sua família, vamos ver: Codó, Maranhão, 1951. A sua mãe, como era o nome?

E.R. – Maria de Lourdes Santos Roland.

V.A. – E o pai?

E.R. – Raimundo Ribeiro Roland. Então, a minha mãe faleceu quando eu tinha seis anos e meio, em um acidente de carro, de trânsito. Então esse foi um dos motivos que fez o meu pai não querer permanecer mais morando em Codó. E também, um segundo motivo, foi a busca de escola, a busca de educação. Codó era uma cidade pequena no Maranhão, e meu pai, então, achou que devíamos morar em uma cidade maior em que houvesse melhor qualidade de ensino. Então nós fomos para o Ceará. O primeiro lugar para onde nos mudamos foi para Fortaleza, aonde eu permaneci três anos.

V.A. – Dos seis aos nove, mais ou menos?

E.R. – Dos sete aos dez.

V.A. – Quantos irmãos que tinha?

E.R. – Eu tenho uma irmã.

V.A. – Mais velha?

E.R. – Mais velha. Júlia Maria Santos Roland. E depois da morte do meu pai, eu vim a saber que eu tenho também uma outra meio-irmã, que nasceu antes do casamento de meu pai com a minha mãe. No momento em que ele estava viúvo teve uma filha fora do casamento, que está viva e mora ainda no Maranhão, Iolanda Carvalho.

V.A. – Esse nome Roland vem de onde?

E.R. – Creio que meu trisavô era um francês, cujo filho teve um filho com uma negra, que eu não tenho informações se ela era escrava ou não, mas possivelmente sim, porque meu avô nasceu ainda durante o período da escravidão. Meu avô deve ter nascido em 1875, não sei. Ele nasceu no tempo da escravidão ainda. Mas o meu avô foi reconhecido...

V.A. – Ele era filho desse filho do francês?

E.R. – Isso. E de uma negra. E o seu pai o reconheceu como um filho e lhe deu o nome Roland, e também lhe deu educação. Ele teve acesso a educação, meu avô chegou a ser um rábula. Ele foi um autodidata, ele exercia advocacia.

V.A. – Como era o nome dele?

E.R. – Luís Gonzaga Roland. Ele chegou a exercer a advocacia em Pedreiras, no Maranhão. E é uma figura muito forte na nossa família porque estabeleceu esta referência da educação como um bem fundamental.

V.A. – Ele era pai do seu pai?

E.R. – Pai do meu pai.

V.A. – E esse pai do... Esse trisavô, veio... Não foi na época da invasão francesa, porque a invasão francesa foi século XVII.

E.R. – Eu não conheço bem essa história, mas uma professora minha, historiadora, especialista em inquisição, me disse que Roland é um nome de judeus convertidos. Os judeus mudavam de nomes, adotavam pré-nomes para ocultar a sua origem judaica durante o período da inquisição. Então há muitos Roland que vieram da França, uma parte migrou para a América do Sul e outra parte migrou para os Estados Unidos. Então, segundo ela, deve ser uma família de origem judaica. Eu tenho outros possíveis indícios de que isso seja verdade, porque um dos filhos de meu avô tinha o nome de Efraim e a minha família paterna tem um marco profundamente iconoclasta, anti-Igreja, anti-hierarquia religiosa, e o meu avô também foi maçom. Então há uma série de indícios de que, de alguma maneira, este sentimento tenha perpassado e de fato tenha origem judaica. Mas isso são suposições, provavelmente verdadeiras.

V.A. – Puxa, interessante. Então o senhor Luís Gonzaga criou essa ideia do valor da educação?

E.R. – Isso.

V.A. – E ele tinha, além do seu pai e do Efraim, outros filhos?

E.R. – Sim. Creio que nove filhos. Porque o meu avô teve três esposas, como também o meu pai. O meu pai era o mais velho, o primeiro filho. Além dele, Efraim e Aluísio, os filhos da primeira esposa. Depois vieram, deixe-me ver se eu vou saber: Iomar, Eismar, Cláudio, Teresinha, Lucas, da segunda esposa. E o último que foi Luís, o da terceira esposa.

V.A. – E moravam perto de Codó? Ou eu pai que se estabeleceu em Codó?

E.R. – Sim. O meu pai voltou muitas vezes, ele realmente... O meu avô, da época que eu me lembro, ele morava em Pedreiras. Meu pai teve muitas mudanças. Teve uma época que nós fomos contar quantas mudanças ele tinha feito na vida e já estava em vinte e duas, mais ou menos. E minha irmã por exemplo, nasceu em São Luís do Maranhão, onde ele conheceu minha mãe e depois eu nasci em Codó.

V.A. – Sua mãe era de São Luís mesmo?

E.R. – Não, era de Colinas. Cidade que eu não conheço, não cheguei a conhecer.

V.A. – E ela era dona-de-casa?

E.R. – Ela era dona-de-casa e eu sei que ela tinha um nível de educação, creio que, ginásial. Meu pai na época que eu era criança, ele era um pequeno comerciante, um guarda-livros, como se dizia. Então, nós morávamos em uma casa em que na frente tinha a loja...

V.A. – De quê?

E.R. – Uma loja, se chamava A Baratinha, e vendia todo o tipo de coisa, peças de bicicleta, em uma época vendia peças de bicicleta, de carro, mantimentos, armarinhos... Uma pequena loja de uma cidade do interior. E minha mãe então ajudava meu pai na loja e também nas escritas, ele fazia contabilidade. De dia ele trabalhava na loja e de noite ele fazia contabilidade.

V.A. – Estudava?

E.R. – Não. Ele trabalhava como contador para outras firmas.

V.A. – Ele tinha estudado contabilidade?

E.R. – Ele tinha estudado, como eles chamavam, guarda-livros. É nível secundário. Era tudo junto, a casa, a loja e o escritório. Então era possível os dois trabalharem na loja e

nas atividades de contabilidade, e cuidarem dos filhos. E nós também ajudávamos na loja, era uma unidade de consumo e de produção ao mesmo tempo.

V.A. – Aí, infelizmente, sua mãe faleceu e vocês foram para o Ceará, para Fortaleza. Por que Fortaleza?

E.R. – Aí meu pai se casou com uma irmã de minha mãe. Que é uma forma tradicional no Maranhão de recomposição da família. Minha mãe morreu em agosto de 1957, e em dezembro meu pai se casou com minha tia Marieta, que era irmã de minha mãe, mas tinha um pai diferente porque minha avó materna também teve dois maridos. Minha família tem muitos maridos e muitas esposas. E aí então, nós mudamos para Fortaleza porque havia um irmão de meu pai, meu tio Ivaldo, que eu tinha esquecido naquela conta, que morava em Fortaleza. Então nós fomos para Fortaleza. E no primeiro ano eu não consegui vaga em uma escola pública, eu estudei em uma escola de freiras no primeiro ano. Eu estava no terceiro ano primário. No ano seguinte eu já consegui vaga no Instituto de Educação do Estado do Ceará, e a partir daí eu estudei sempre em escola pública.

V.A. – Aí o Instituto de Educação já estava planejado para a formação de normalista? Era um Instituto de educação nesse sentido?

E.R. – Não tenho certeza, talvez. Mas eu estava na escola primária. Aí nós permanecemos três anos no Ceará.

V.A. – O seu pai se estabeleceu de novo como comerciante?

E.R. – Não. Aí o que aconteceu é que meu pai não conseguiu se estabelecer no Ceará. Ele construiu uma casa lá em Fortaleza, ele tinha um terreno perto da casa do irmão dele. Então ele construiu uma casa e ele ficava indo e voltando do Maranhão para o Ceará. Mas ele não conseguiu vender a loja do Maranhão. E teve uma ocasião em que ele estava sozinho no Maranhão, e que ele teve uma grave crise de saúde, ele teve uma crise de úlcera e ele quase morreu, justamente porque ele estava sozinho, não tinha quem o acudisse. E a partir disso nós ficamos todas muito assustadas e ele decidiu que

era preciso encontrar um lugar em que a família pudesse se reunificar de novo, onde ele tivesse condições materiais, econômicas, para sustentar a família, e onde nós pudessemos estudar. E aí ele tinha um terreno em Goiânia – muito engraçado as decisões da minha família – ele tinha um terreno que ele tinha comprado anos antes, quando a minha tia Marieta passou... Uma história complicada... Enfim, ele tinha esse terreno lá, e tinha um amigo que morava em Goiânia, que era do Maranhão, e que o ajudou então a encontrar um engenheiro em Goiânia que construiu um pequeno prédio, duas lojas, dois apartamentos. E ele à distância no Maranhão mandava o dinheiro e este engenheiro foi construindo. E quando ele julgava que a construção estava terminada, ele nos enviou na frente, minha tia, minha irmã e eu, e ele viria depois, quando ele conseguisse vender, fechar os negócios. E nós chegamos em Goiânia mas a casa não estava terminada ainda, e aí tivemos que ficar, inicialmente, alguns dias na casa desses amigos que estavam em Goiânia, até que a gente tivesse condições de fazer a mudança. É muito engraçado, as decisões, e o que motiva, e como se faz as coisas.

Então morei em Goiânia...

V.A. – Dos dez anos mais ou menos...

E.R. – Dos onze, estava entre dez e onze. E aí eu fiz exame de admissão, aliás, já tinha feito exame de admissão no Ceará, aí em Goiânia eu tive que fazer um exame de seleção no Instituto de Educação também lá em Goiânia. E eu fiz o ginásio no Instituto de Educação, não lembro direito... Instituto de Educação de Goiás, acho que é de Goiás. E depois do colegial eu fiz curso científico no Liceu, também escola pública, e no segundo ano do Liceu eu concorri à uma bolsa de estudos e consegui, fui aprovada. E eu fui então para os Estados Unidos em um programa de intercâmbio do American Field Service. E uma coisa que o meu pai fez logo eu entrei no primeiro ano do ginásio, ele fez duas coisas: ele me colocou no curso de inglês, no Centro Cultural Brasil-Estados Unidos, e na aula de datilografia, que era o correspondente ao computador de hoje. Então ele tinha uma preocupação de que nós tivéssemos habilidades, condições de trabalho e de sobrevivência, então, aos onze anos eu entrei nas duas coisas, na aula de datilografia e no curso de inglês.

V.A. – Sua irmã também?

E.R. – Minha irmã também, lá em Goiânia. E aí, com dezesseis anos então, eu consegui essa bolsa de estudos.

V.A. – Como é que você tomou conhecimento dessa bolsa?

E.R. – No Centro Cultural Brasil-Estados Unidos onde eu estudava. Eu já tinha cinco anos de estudos de inglês, nessa época quando eu consegui a bolsa.

V.A. – E o propósito era passar um ano para estudar inglês, era isso?

E.R. – Não. Eu frequentei a *high school*, frequentei a escola. Certamente que era aprender inglês, mas a experiência cultural, essa coisa toda... E meu pai era muito rígido. Eu nunca tinha dormido fora de casa nenhuma noite. Se eu pedisse: “Papai, tem um passeio...” Ele dizia: “Não. Não pode.” Mas aí eu cheguei e disse: “Papai, tem uma bolsa de estudos para ir morar um ano nos Estados Unidos.” “Vai minha filha.” [riso] Porque como para ele o valor fundamental era a educação, então em nome da educação ele seria capaz de fazer tudo e permitir tudo. E aí eu sei que ele reuniu, acho que foram 600 dólares. Porque eu precisava ter 14 dólares por mês. Era uma contribuição que a família tinha que dar. E esses 14 dólares que eu teria por mês, era para que eu tivesse dinheiro para mandar cartas para casa, não havia e-mail na época, telefone era muito caro, então eu tinha um dinheiro para poder botar uma carta no correio toda semana. E fiquei morando com uma família branca americana, em uma pequena cidade da Califórnia, uma cidade chamada Dixon, que tinha cerca de 4.000 habitantes. Uma região quase rural. O pai da família onde que eu fiquei, ele era criador de gado e de ovelhas, e a mãe era professora primária. E lá eu tive duas irmãs. Então eu fiquei morando com esta família durante um ano, e frequentei a *high school*. Foi uma experiência bastante difícil para mim, como eu disse, eu nunca tinha saído de casa. Eu era uma menina muito tímida e havia diferenças muito grandes entre a minha família brasileira e a família americana. Embora fosse uma pequena comunidade rural, mas alguns valores eram bastante diferentes.

V.A. – Por exemplo?

E.R. – Por exemplo, do ponto de vista de namoro, esse tipo de coisa, era uma família mais liberal do que o meu pai. [risos] E embora fosse uma cidade pequena, mas estava na área de influência de São Francisco. Isso em 1967, 68, em que o movimento estudantil estava muito forte nos Estados Unidos, havia movimentos contra a Guerra do Vietnã, havia um uso crescente de drogas, era uma fase de LSD, marijuana... E teve casos de estudantes da minha escola que morreram cheirando limpador de forno, esse tipo de coisas. Isso me deixava muito assustada porque eu tinha muito medo de me envolver com drogas, qualquer coisa desse tipo. E aí a minha reação foi de tentar me proteger, tentar permanecer o que eu era e como eu era, e não sofrer esse tipo de influência de coisas que eu me assustava. Por outro lado, tinha outras questões que eles eram muito mais conservadores do que eu lá na escola. Teve casos, por exemplo, de estudantes que se engravidavam, uma menina, eles obrigatoriamente eles transferiam a menina para o curso noturno, o que para mim era uma coisa chocante. Porque embora eu fosse muito conservadora no campo da sexualidade e tudo, mas eu não podia compreender como uma punição, transferir aluno. Havia um código de roupa, como você tinha que se vestir na escola. Você tinha que usar meias mesmo quando você estava de sandálias, era uma coisa, um absurdo pensar em usar meias com sandálias, coisas desse tipo assim.

Mas o que acabou acontecendo é que quando eu voltei, ao final de um ano... Eu sofri bastante nesse sentido, como eu era muito tímida e esse temor que eu tinha de me envolver com coisas que...

V.A. – As suas irmãs se envolviam?

E.R. – A menina mais velha, teve uma ocasião em que nós fomos a São Francisco e eu tinha uma expectativa que ela ficasse junto comigo, e ela chegou lá e simplesmente me abandonou, foi para um lado, e eu fiquei sozinha em São Francisco com medo da cidade e tudo. E depois, quando nós voltamos, ela chegou e foi e conversou com a mãe dizendo que ela tinha experimentado LSD. Então para mim era chocante, primeiro que ela experimentasse e segundo que ela contasse para a mãe que tinha experimentado. As duas coisas eram demais para mim naquele momento. Nessa cidade não havia negros, nessa cidade havia um pequeno grupo minoritário de mexicanos. A família que eu fiquei

era uma família WASP, branca, classe média, protestante, tudo... E eu, desta época, quando eu cheguei nos Estados Unidos, eu não me considerava negra ainda. Eu já tinha vivido experiências de discriminação, especialmente no período em que eu vivi no Ceará. O Ceará foi o lugar onde eu vivi as primeiras experiências de discriminação racial.

V.A. – Quais foram? Um exemplo...

E.R. – Coisas de perceber tanto em espaços familiares quanto também na escola, seja gozação em relação ao cabelo, em relação ao nariz, percebi esse tipo de coisa entre as crianças, ou então de perceber preferências dos adultos pelas crianças que tinham características físicas brancas. Então eu senti e percebia isso, nessa fase aí dos oito aos dez anos de idade. Então eu tinha essa percepção de que o meu cabelo era considerado feio, ruim, esse tipo de coisa. Então as primeiras experiências de discriminação que eu percebi foram nessa faixa de idade.

V.A. – Sua mãe era branca?

E.R. – A minha mãe era mestiça. Há miscigenação dos dois lados da minha família, mas sendo que meu pai, fenotipicamente, era mais negro do que minha mãe. Mas também há mestiçagem na família da minha mãe.

V.A. – E sua tia?

E.R. – Minha tia, ela já é... Por conceitos brasileiros ela já poderia ser considerada branca. Porque o pai da minha mãe não é o mesmo que o da minha tia. E justamente o pai da minha mãe que já era um mestiço. E há uma diferença entre as duas irmãs. E então, em Dixon, havia essa pequena minoria de mexicanos, que é completamente separada da grande maioria dos estudantes da escola. Eu os via, eu não tive um relacionamento com esses colegas mexicanos que estavam na escola, e eu percebia uma segregação e uma distância, mas não cheguei a... Na minha classe não tinha colegas mexicanos. Como eu estava muito preocupada com o vestibular que eu teria que fazer quando voltasse ao Brasil, eu tentei ter nos Estados Unidos as matérias que eu teria que

enfrentar no vestibular quando voltasse ao Brasil. Então eu peguei matérias difíceis, peguei Física, peguei Química, e eu tinha que estudar Física e Química em inglês. E a quantidade de material que eu tinha que estudar e de exercícios que eu tinha que fazer no final de semana era uma coisa imensa. Eu passava quase que os fins de semana estudando e fazendo os exercícios para a semana seguinte, até que chegou um ponto em que, no caso de Física, eu acabei ficando só como ouvinte, porque eu não dava conta de resolver todos os exercícios que eu tinha que fazer no final de semana. Então, talvez essas escolhas que eu fiz...

V.A. – Então praticamente você não saía com colegas?

E.R. – Eu tinha alguns amigos, tinha uma família católica, que logo que a família americana me encaminhou para, nos fins de semana, eu visitá-los. Porque como eu era católica e eles eram protestantes, então eles me aproximaram dessa família católica que tinha duas crianças adotadas, uma da minha idade, uma adolescente, e uma menina mais nova. Então eles tinham uma fazenda e aí tinha cavalos, eu gostava de passar os fins de semana com eles, fazer *barbecue*, esse tipo de coisa. E eu fiquei muito... Realmente, o tempo que eu dediquei aos estudos foi muito grande. Eu vendo posteriormente, eu falava: “Puxa, eu fui boba. Deveria ter pegado matérias mais leves e ter me divertido mais.” Mas eu fui sempre na linha do estudo.

V.A. – Do rábula.

E.R. – É, do rábula: estudar. Enfim, quando foi o final do ano, nós tivemos uma... Não, antes disso. Teve um momento que é um momento fundamental do ponto de vista do desenvolvimento da minha consciência racial, que é: um dia, os alunos da minha classe, nós fomos para Sacramento, que é a capital do Estado da Califórnia. Se minha memória não falha, nós fomos para uma representação das Nações Unidas. Os estudantes de cada escola iam representar um país, uma simulação das Nações Unidas. Engraçado isso, esses momentos da vida que depois acabam retornando de alguma forma... E aí, nós estávamos vindo em um ônibus, os alunos da minha escola, e vinha vindo um outro ônibus cheio de estudantes negros. E quando nós estávamos quase chegando lá no local, nós ouvimos barulhos de bombas explodindo. Esse era um momento bastante tenso nos

Estados Unidos, um momento de *rights*, não é? Não sei se eram bombas ou se eram fogos de artifício, mas enfim, soavam como bombas. E o barulho das bombas e a aproximação de um ônibus cheio de estudantes negros fizeram com que todos os estudantes do ônibus em que eu estava entrassem em pânico. E eu junto com os demais colegas que estavam, também comecei a sentir medo também. Nesse momento, eu imediatamente parei e pensei: “Mas por que estamos com medo?” E eu percebi que, vamos dizer, nós – porque eu também estava contaminada pelo mesmo sentimento – estávamos tendo medo dos estudantes do outro ônibus. E eu percebi que se estava tendo medo dos estudantes do outro ônibus porque eles eram negros. E eu então parei para pensar e falei: “Mas como? Como é possível se ter medo de outra pessoa porque ela é negra?” E esse foi um momento fundamental, como um momento de revelação para mim. E eu falei assim: “Afinal de contas, o que é isso?” Então esse é um momento marcante na minha história, porque este é o momento que eu tomo consciência: “Eu sou negra. Como é que eu posso sentir medo dos outros estudantes que estão lá?” Então esse é um momento forte do ponto de vista de tomada de consciência. Mas é uma coisa que fica. É uma coisa que fica...

[FINAL DA FITA 1-A]

E.R. – No final do ano então, nós tivemos uma viagem proporcionada pelo programa American Field Service, em que nós atravessamos de ônibus, saímos de São Francisco até Nova York, nós atravessamos os Estados Unidos de ônibus, todos estudantes estrangeiros que estavam naquela região.

V.A. – Todos os bolsistas dessa instituição?

E.R. – Isso. Eu não me lembro quantos dias nós levamos para atravessar os Estados Unidos, e o meu ônibus era uma verdadeira Nações Unidas, porque tinha gente de todos os lugares do mundo. E essa foi uma experiência muito importante também, que foi essa experiência de ter africanos, asiáticos, latino-americanos, europeus, todo mundo dentro... E você reconhecer toda a diversidade cultural e étnica dos seres humanos. E nós passamos pela Disneylândia lá em Los Angeles, e aí fomos passeando lá e tem lá um boneco imenso do Abraham Lincoln, em que ele faz alguns discursos, eu não me

lembro do conteúdo dos discursos. Mas eu passei por lá e vi aquilo, e essa experiência lá na Disneylândia aprofundou o meu sentimento crítico em relação aos Estados Unidos e a posição dos Estados Unidos em relação ao mundo, e especialmente em relação à América Latina e ao Brasil. Foi uma coisa muito forte, muito intensa para mim no sentido crítico, não no sentido de incorporação do que eu estava assistindo. E não sei exatamente por que mecanismos, mas certamente deve ter sido relacionado com aquela experiência que eu tinha vivido no ônibus, eu me lembro claramente que a questão da minha consciência negra começou a aflorar durante o período desta viagem, e se tornando cada vez mais intensa. E nesse processo de atravessar os Estados Unidos eu comecei a transformar a minha própria imagem, os meus cabelos eu comecei a deixar cabelo *black power*, no momento em que a imagem de Ângela Davis é muito forte na televisão, essa coisa toda. E quando eu chego no Brasil, eu já chego com o cabelo *black power*. E aí, quando eu chego de volta ao Brasil, eu volto para Goiânia e aí eu percebi que todo o esforço que eu tinha feito nos Estados Unidos: “Eu vou me manter o que eu sou, vou me proteger. Eu não quero incorporar valores dessa sociedade...” eu tentava me proteger. Quando eu chego de volta ao Brasil, eu pude perceber o quanto eu havia incorporado certas coisas, e o quanto eu havia mudado. Primeiro, eu queria ser autônoma e independente, então eu logo quis trabalhar. Aí eu já arranjei aulas de inglês para dar, porque eu queria ter meu dinheiro, poder decidir o que fazer. E também fui trabalhar em uma clínica psicológica, uma clínica psicotécnica, porque eu pretendia fazer vestibular para Psicologia, então fui trabalhar com um padre que também era amigo da família e que foi quem fez o meu exame vocacional, e que disse que eu devia fazer Psicologia. Então fui trabalhar. Eu trabalhava meio período nessa clínica, comecei a ganhar meu dinheirinho para não depender da família. E segundo, eu decidi que eu queria estudar longe de casa. Porque eu queria ter independência, autonomia, não queria ficar dependente de casa. Foi aí quando eu decidi fazer o vestibular em Belo Horizonte. Eu poderia ter ido fazer o vestibular em Brasília, que era muito mais perto de Goiânia, mas eu resolvi ir para mais longe para ter mais independência. E também porque esse padre estava de mudança para Belo Horizonte, e ele ia abrir a clínica lá, então eu já teria emprego garantido, e eu queria me sustentar porque eu não queria ficar dependendo de meu pai. Então essas foram algumas mudanças, outra mudança é que eu voltei completamente rebelde. Antes de eu ir para os Estados Unidos eu era muito tímida, muito quieta, muito calada. Aquilo que os meninos chamavam de CDF, eu era uma

estudante CDF, muito estudiosa, primeira da classe, estudava tudo direitinho. Eu voltei completamente rebelde, não suportava mais a minha escola, achava a minha escola um saco. Eu chegava atrasada na escola todo santo dia. Eu chegava na escola e o portão estava fechado e eu pulava pelo muro da escola. Comecei a fumar, ficava fumando pelos corredores. Todos os sinais de rebeldia juvenil eu comecei a apresentar. E quase fui reprovada porque eu não suportava mais as aulas de Química. Lá nos Estados Unidos a aula era dentro do laboratório de química, em que nós ficávamos experimentando e vendo os reagentes, essa coisa toda. E eu voltei e meu professor tinha um giz e uma lousa, e ficava colocando fórmulas. Então eu não suportava mais a aula de Química, quase fui reprovada. Só não fui reprovada porque contava com as notas de antes de eu ter ido para lá, porque o ano escolar é diferente. Enfim, aí eu fui, fiz o vestibular lá em Belo Horizonte e fui aprovada na Universidade Federal de Minas Gerais. Aí depois me mudei para Belo Horizonte, fui morar em uma república de estudantes, quando eu saí de casa nessa época. Eu entrei na Universidade então em 1969, que é um momento bastante difícil, logo depois do AI-5. Uma época em que não se podia colocar um cartaz na parede, recortes de notícias de jornal, se você colocasse na parede, eram arrancadas pelos funcionários da Universidade. O centro acadêmico estava fechado, e havia um colega do terceiro ano de Psicologia, Idalísio Aranha, que eu vim a saber depois, ele era um militante do PC do B, e Idalísio depois veio a morrer na Guerrilha do Araguaia. E ele então resolver trabalhar para a reabertura do Centro de Estudos de Psicologia, que também estava fechado. Tudo estava fechado na Universidade. E ele, naquelas condições, fez uma proposta que foi que cada classe tirasse um representante para que se compusesse uma chapa para promover a reabertura do Centro de Estudos de Psicologia. Então, o primeiro ano, como era uma turma maior, ele propôs que se tirassem dois representantes para compor, precisava de um número certo para compor. E eu fui uma das duas pessoas eleitas, fui eu e um colega, o primeiro nome dele é Nilton, não lembro o sobrenome, que nós chamávamos de Freud, porque ele tinha um cavanhaque parecido com o Sigmund. Então nós dois fomos os representantes do primeiro ano e compusemos então a chapa do Centro de Estudos de Psicologia. Reabrimos o Centro de Estudos de Psicologia, isso em 1969.

V.A. – E o que fazia esse Centro?

E.R. – Eu não me recordo muito bem o que a gente fazia. [riso] Mas realmente, eu não sei o que a gente chegou a fazer. Eu me lembro mais de algumas atividades supostamente clandestinas que tentamos fazer, não sei se enquanto Centro de Estudos, eu não lembro mais direito. Mas teve um vestibular em que, nós todos dentro de um carro, Idalísio, eu e outros caras, a gente queria fazer uma panfletagem, certamente falando desses problemas da repressão, sei lá, dessas coisas dentro da universidade... Chegamos a ir próximo ao estádio do Mineirão, aí chegando lá, avaliamos que não havia condições de segurança para distribuir os panfletos, desistimos. Tudo era proibido, você era preso pelos livros que você tinha em casa. Era uma situação de muito medo. Professores denunciavam alunos, denunciavam colegas. Quando eu estava no terceiro ano, teve uma professora que chegou, segundo nos disseram, chegou a denunciar colegas e denunciar alunos, e, de certa forma, também me envolvi em um conflito, porque ela era de formação junguiana e ela entendia que nós todos tínhamos que passar por uma experiência como uma terapia de grupo, e que era obrigatório. E uma parte da classe não aceitava que fosse possível você ser obrigado a viver uma experiência de terapia em sala de aula. E houve uma revolta da turma, e eu e um outro colega fomos os portadores desta posição, que deveria ser uma atividade voluntária, que quem quisesse poderia e deveria participar, mas quem não quisesse não deveria fazer. E quando se estava na sala no momento, teve um colega que entrou na sala, tinha botado uma cadeira fechando a porta, e ele empurrou, e ela então considerou que tinha sido agredida. Ele entrou na sala para pegar uma pasta, e foi um grande escândalo na escola. E aí então, houve um movimento para tirá-la e, segundo me disseram, ela nos denunciou, eu e este colega teríamos sido denunciados por ela.

V.A. – Vocês sofreram alguma represália, alguma coisa?

E.R. – Eu não me recordo muito bem dessa história. O que eu sei é o seguinte: nesse exato momento eu creio que não. Aí, quando eu estava no quinto ano da escola, já é 1973... No terceiro ano eu conheci uma pessoa que veio a ser o meu companheiro, depois meu marido, na aula de Francês. Tinha uma aula de Francês na escola e eu o conheci e ele tinha vínculos com a POLOP, Organização de Combate Marxista-leninista Política e Operária. E ele então me recrutou. A gente fazia reuniões clandestinas em que a gente estudava. A gente estudava marxismo, a gente estudava *O Capital*, a gente

estudava textos de Lênin, ou textos de Emir Sader, os irmãos Sader eram da POLOP. E aí a gente se reunia em casa, essa coisa toda... Quando chegou em 1973, nós já morávamos juntos, e aí um dia, voltando para casa, nós chegamos em casa e a porta tinha sido aberta, arrombada creio. Nossa casa funcionava como um arquivo da organização, nós tínhamos uma mala com quilos de documentos considerados clandestinos. E essa mala tinha sido revirada, tinha coisas que tinham sido reviradas na casa, e nós informamos então aos companheiros e isso foi considerado como tendo sido a repressão. A repressão teria entrado na nossa casa. E teve outros companheiros, mais ou menos na mesma época, se julgou que eram situações semelhantes também. Teve o Alemão, que hoje é líder sindical, ele era meu companheiro de organização. Ele julgou que chegou em casa, ele deixava a chave em uma determinada posição e a chave estava não sei de que jeito. Tudo era muito assim... Enfim, a organização achou que pelo menos três diferentes grupos, casais, estavam sendo vigiados pela repressão e considerou que havia riscos de prisão. Nesse momento a POLOP vivia um momento que se chamava o momento do recuo organizado provisório. A avaliação política se fazia era que a Ditadura Militar tinha condições de eliminar fisicamente a esquerda no Brasil. E nesse sentido, a tarefa prioritária de todos os militantes era permanecer vivo. E havendo risco de repressão, havendo risco de prisão, era um momento que havia muitas torturas, as pessoas quando eram presas... A POLOP então decidiu, a direção decidiu que não havia condições da nossa permanência em Belo Horizonte, e que nós devíamos entrar para a clandestinidade. Isso em 1973. Eu na época não acreditei muito nessa interpretação dos fatos, eu falei: “Pôxa, mas se a repressão quer nos pegar, por que não ficou nos esperando? Se não queria pegar, por que deixou sinais da sua presença?” Eu achava que não era muito coerente essa interpretação. Mas os companheiros diziam assim: “Você não tem que ficar cobrando coerência da repressão. Os fatos estão aí. Há elementos que indicam que há riscos.” Parece que o pessoal da AP também tinha indícios de que havia movimentações, de que haveria quedas, como se falava. Enfim, nós ainda permanecemos, eu e meu companheiro que se chama Antônio Maurício Fonseca de Oliveira – foi meu primeiro marido –, nós permanecemos ainda cerca de, não sei se um mês ou dois em Belo Horizonte, já escondidos, não mais morando em nossa casa, mas eu morando na casa de alguns amigos e ele morando na casa de outras pessoas, aguardando que a direção da POLOP definisse para onde que a gente ia. Eu nessa época, na verdade, eu era de uma OPP, Organismo Para-Partidário, eu nem era

propriamente militante da própria organização, eu estava na periferia da POLOP. Ele era o meu assistente, ele era o responsável pelas reuniões. E aí, finalmente a POLOP definiu que nós deveríamos ir para São Paulo, e que nós teríamos que romper todos os laços com nossa vida anterior. Isso significava romper relações com a família, com o trabalho, com os amigos etc. Estabelecer um corte de tal forma que, vivendo em São Paulo, ninguém pudesse nos localizar e a repressão não nos pudesse atingir. Então quando foi, deve ter sido mais ou menos no final de novembro...

V.A. – De que ano?

E.R. – De 1973. Então nós nos mudamos para São Paulo. E é muito engraçado, porque você chega em um primeiro momento, em uma situação dessa, e você ainda não tem muita consciência do que está fazendo, do peso dessas decisões, da mudança que vai acontecer na sua vida. Eu, antes de ir, eu pedi a minha irmã, minha irmã morava em São Paulo, eu pedi que ela viesse em Belo Horizonte porque eu tinha que falar com ela. Aí eu comuniquei a ela, eu falei: “Eu estou entrando para a clandestinidade.” Era assim que se falava. “E tu vais ter que segurar as pontas.” Eu falei para ela. E entreguei para ela então uma carta para os meus pais, uma carta em que eu dizia – uma história maluca – que eu tinha chegado a conclusão que eu não queria ser psicóloga, porque não era essa a minha vocação, e que eu precisava de um tempo para repensar o que eu ia fazer da minha vida. Que eu ia fazer uma viagem, que eles não se preocupassem porque eu mandaria notícias. Entreguei a carta para a minha irmã e falei: “Vai segurando a onda lá. Eu vou, na medida do possível, tentar enviar informações, notícias. Mas não me procura, porque isso vai me colocar em risco.” Então eu fui para São Paulo com o meu companheiro.

V.A. – Mas isso tinha relação com aquela professora?

E.R. – Eu creio que não. Realmente eu não sei, porque envolveu outros companheiros da POLOP também. É possível, eu não sei. Me disseram que havia denúncias, mas isso foi em um momento anterior. Agora, digamos assim, eu posso ter passado a ser observada e seguida, porque eles seguiam as pessoas durante um certo tempo... Eu não sei direito, eu nunca soube direito essa história. Nessa época então, saímos eu e meu

companheiro e saíram mais dois companheiros da POLOP, nós saímos na mesma época. Um que é o Alemão, que é hoje líder sindical, presidente de uma central sindical, e outro, o Ervê, não lembro o sobrenome do Ervê.

V.A. – E o Alemão, você lembra o nome?

E.R. – Não consigo lembrar o nome, porque a gente conhecia todos pelo nome de guerra. Edmilson, o Alemão. Ele é da Central... Uma das centrais aí, não é difícil vocês acharem. Enfim, aí chegamos em São Paulo, eu já tinha estado uma vez em São Paulo há muito tempo, não conhecia bem a cidade. Aí chegamos, deixamos a nossa bagagem na rodoviária para primeiro ver o que a gente ia fazer, aí Tônico, como eu chamava meu marido, conhecia a USP, sabia onde era a USP, e a gente não sabia para onde ir, resolvemos procurar um hotel em Pinheiros, porque Pinheiros era perto da USP. Então, assim, nós estávamos entrando em uma nova situação de vida clandestina, mas o referencial é todo anterior. Então a gente queria estar perto da USP, do lugar onde os estudantes moravam. Passamos três dias em um hotel lá em Pinheiros, depois arranjamos um quarto para morar no Paraíso. Então esse meu primeiro ano em São Paulo eu passei morando em cortiços na verdade. A gente alugava quartos e, como a situação era sempre precária, a gente estava sempre suspeitando de alguma coisa, que alguém tinha seguido, esse tipo de coisa. A gente ficava, às vezes, um mês, dois meses em um quarto e daí a gente mudava para outro canto. Foi bastante difícil, porque nós passamos por um processo de queda social muito profundo. Eu, lá em Belo Horizonte, eu já era professora universitária. Porque eu já tinha o bacharelado, no quarto ano eu já era bacharel, tinha feito a seleção na Católica de Minas Gerais então eu já era professora universitária aos 22 anos de idade. Enfim, vivia na universidade, a gente ganhava pouco e tudo, mas do ponto de vista da vida social, a gente vivia em espaços interessantes, embora tivesse pouco dinheiro. E aí, em São Paulo, nós passamos a viver em cortiços, perdemos todas as relações sociais, todos os laços sociais que a gente tinha. A única coisa e pessoa que cada um tinha era o outro, e as relações com a organização, que a gente chegou em São Paulo já tendo pontos para encontrar com os companheiros.

V.A. – Mas vocês mudaram de nome?

E.R. – Não. Nós não mudamos de nome. Não foi uma clandestinidade absoluta. Nós só estabelecemos o corte com o passado. Eu então sobrevivi, logo eu arrumei trabalho como datilógrafa, emprego temporário. Aí eu fui trabalhar em uma livraria, no Centrão de São Paulo, esquina da Consolação com a avenida São Luís. Só uma cabeça de vento para ir se esconder na esquina da Consolação com a avenida São Luís. [riso] Pouco tempo depois se tornou evidente que era impossível continuar trabalhando lá. Primeiro eu estava trabalhando lá e entrou uma colega do curso de Psicologia, mas eu a percebi antes que ela me visse e consegui me esconder lá atrás da loja. Me tranquei dentro do banheiro e só saí porque eu sabia que tinha poucos livros de psicologia e que ela não permaneceria muito tempo na loja. Eu consegui me esconder. Aí, uma segunda vez, justamente o Ervê, que era este amigo, companheiro que tinha também vindo para a clandestinidade na mesma época, entrou na livraria. E aí quando eu vi Ervê, eu não consegui reagir, porque a minha alegria de vê-lo foi tão grande, que eu não pude correr. E eu fiquei paralisada, e aí fomos almoçar juntos, e eu falei: “Que maravilha te encontrar, mas que desastre. Vou ter que pedir demissão e mudar de emprego.” Eu era vendedora bilíngue, de novo o Inglês foi que me salvou, as providências de meu pai. Aí, quando eu saí dessa livraria... Eles me ofereceram para aumentar o salário e tudo, não queriam que eu fosse embora de jeito nenhum e eu: “Não, mas eu tenho que ir...” Tive que inventar uma história para sair. E aí, eu procurava emprego e não conseguia... Aí um dia eu cheguei a conclusão assim, eu falei: “A concorrência está muito grande.” Porque eu não tinha experiência anterior para contar porque a minha experiência era toda ligada à universidade, estagiária, monitora, professora... Aí eu falei: “Bem, eu vou inventar que eu tenho dois anos de experiência como secretária do professor Célio Garcia.” Que era o diretor do setor de Psicologia Social ao qual eu estava vinculada antes lá em Belo Horizonte. Então eu inventei dois anos de experiência como secretária. Inventei uma história de que eu tinha experiência como secretária. Fui em uma agência de emprego... Falei: “Vou aumentar o salário também porque a concorrência está muito grande. Então vou aumentar o salário porque aí diminui a concorrência.” [riso] E funcionou. Essa agência de empregos acreditou na minha história, me encaminhou para um banco internacional. Eu fui lá, fui entrevistada pelo diretor de câmbio, que percebeu claramente que eu tinha praticamente nenhuma experiência, mas como eu tinha um inglês muito bom para o padrão das outras concorrentes, ele resolveu correr o risco e me contratou. Ele imaginou que em poucos meses eu adquiriria a experiência necessária. E

realmente, eu comecei como secretária bilíngüe no nível de diretoria de um banco internacional. Eu nem sabia o que era secretária, porque eu só tinha visto em filme. Eu pensava que secretária andava com um bloquinho na mão para lá e para cá.[risos] Isso que secretária fazia. E eu tive que aprender tudo sozinha, e não podia perguntar para as pessoas porque as pessoas não podiam saber que, de fato, eu não tinha experiência nenhuma. Era a época da máquina elétrica e eu não conhecia todas as teclas da máquina, eu ficava esticando o olho assim para ver o que as outras secretárias faziam para eu poder aprender. Nunca tinha mexido em um arquivo na minha vida, nem sabia direito o que era um arquivo, então eu tive que aprender como é que arquivava, essas coisas... Enfim, é um mistério que eu tenha conseguido sobreviver como secretária durante muitos anos, durante todo o tempo da clandestinidade, a maior parte do tempo, eu sobrevivi como secretária bilíngüe em empresas multinacionais. E como era uma época de muito emprego, década de 1970, os salários eram bons, e aí o meu salário passou a ser considerado muito importante para a organização. Eu tinha ido para São Paulo para me integrar na produção, porque eu estava vinculada à Frente de Trabalho Operário, e meu sonho era ir trabalhar na fábrica. Mas como eu consegui um bom emprego e um bom salário, a organização não me liberava e não me encaminhava para trabalhar na produção, era o que eu queria. E eles foram me mantendo no trabalho burocrático. E eu então, entregava à organização praticamente todo o meu salário. Era só o essencial para sobreviver, a gente anotava o cafezinho, os cruzeiros que a gente gastava com cada coisinha, apresentava o meu relatório dos gastos mensais e o restante do meu salário era todo entregue para a organização.

V.A. – Continuaram morando em cortiços?

E.R. – E morando em cortiços, até um dia em que eu me rebelei, falei: “Não. Eu agora preciso de um lugar para morar, não vou mais aguardar nenhuma decisão e vou alugar uma casa para morar...”

[FINAL DA FITA 1-B]

V.A. – ...Morando em um cortiço, você se rebelou e falou: “Vou arrumar uma casa.”

E.R. – Eu falei: “Eu preciso de um lugar. Não vou aguardar mais.” Me rebelei, e a primeira casa que eu morei lá em São Paulo, uma casa velha, antiga, na Vila Mariana. E foi uma coisa impressionante voltar a viver em um espaço em que havia um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Eu ficava perdida dentro da casa, andando de um lado para o outro. [riso] Não sabia mais como me situar no espaço, é impressionante essa coisa da redução e da ampliação do espaço físico que você dispõe. E ainda era uma situação... Não lembro, isso deve ser final de 1973, será?

V.A. – Em 1973 você saiu de Minas.

E.D. – É final de 73. Deve ter sido final de 1974. Fiquei mais ou menos um ano morando nessa situação de cortiços, de um lugar para o outro. E aí, estou tentando lembrar aqui, questão de datas... Eu não consigo me recordar, quando as coisas começam a ter uma certa abertura política. Eu não sei que ano que é. Bem, nesse período, digamos, em que as coisas estavam mais difíceis, então nós mantínhamos sempre o contato nas células, nos organismos... E eu continuava sempre vinculada à Frente Operária, embora nunca tenha botado os pés em uma fábrica. Houve alguns momentos em que eu ajudei, por exemplo, teve uma época em que a gente fazia um jornalzinho da PO – a POLOP se chamava PO nessa época – em que a gente usava uma técnica de *silk-screen*, igual se faz camisetas, então se fazia um jornalzinho com *silk-screen* e a gente se encontrava, tipo assim, 5 horas da manhã durante o inverno em São Paulo, para ir fazer reunião. Parecíamos um bando de loucos. A gente se reunia em parques, um frio terrível, o parque completamente vazio e aquele grupinho secretamente reunido no meio do parque. Às vezes em lugares, a gente levava varas de pescar, enfiava varas de pescar no chão, a vara de pescar passava o dia todinho lá, abandonada, e o grupinho ali sentado por horas a fio discutindo, debatendo questões, fossem textos, fossem avaliações de conjuntura. Enfim, uma coisa completamente fantasmagórica, você pensando *a posteriori*. Eu não me recordo exatamente quando que nós começamos a considerar que havia uma abertura política suficiente para se voltar a uma vida um pouco mais normal, mas o meu companheiro fez o vestibular na PUC de São Paulo. Ele entra no curso de História, lá em Minas ele fazia Ciências Sociais. Aí ele faz o vestibular no curso de História na PUC, ele entra e recomeça a militar no movimento estudantil, já nesse período em que começa reabertura política no Brasil. E há um

momento então que os estudantes começam a lutar para a libertação de presos políticos. É constituído um comitê de libertação dos presos políticos. E tem um dia em que ele chega em casa bastante preocupado e diz: “O movimento radicalizou demais. E eu creio que a essas horas é possível que a repressão já esteja buscando as lideranças, porque não há condições políticas para o grau de radicalização que o movimento assumiu.” Eu fiquei preocupada e falei: “Você fez esquema de segurança para voltar para casa?” Ele falou: “Fiz.” “Você tem certeza que você não foi seguido?” “Tenho.” A gente pegava um ônibus, andava, fazia milhões de coisas, sempre observando para ver se não estávamos sendo seguidos. Eram regras que você tinha que seguir diariamente na hora de vir para casa, para ter certeza que não estava levando a repressão para casa. “Tem certeza?” “Tenho certeza.” Falei: “Então vamos dormir e vamos aguardar os acontecimentos amanhã.” Aí fomos dormir, de repente nós começamos a ouvir ruídos na rua. Passos. E de repente a gente ouve alguém batendo com muita força em uma porta de ferro: “Polícia! Polícia!” E tinha um cara que morava na mesma rua que era tão estranho quanto nós, então a gente olhava para o indivíduo e dizia: “Ele deve ser de esquerda.” [riso] E ele morava em uma casa que tinha uma garagem de porta de ferro assim. A gente falou: “Deve ser na casa daquele cara. Devem estar prendendo. A polícia chegou para prender.” E os ruídos da rua, vozes... E aí nós começamos a achar: “A polícia está vindo para cá.” Porque a gente ouvia as vozes se aproximando. E nós tínhamos uma mala, nossa casa sempre foi depósito, tínhamos uma mala de material. E era impossível a gente destruir aquilo, eu falava: “Não vai dar tempo. É impossível. Não dá para queimar porque vai ser um incêndio aqui.” Não dava para jogar pelo vaso sanitário, era impossível. Eu falei: “Bem, não tem como destruir o material, então nós temos que nos preparar. Se a polícia chegar aqui nós temos que inventar uma história, o que nós vamos dizer.” Inventamos lá uma história maluca de como a gente tinha encontrado aquela mala. Aí verificamos o tempo de pontos de segurança que a gente tinha, que cada um tinha marcado para poder avaliar o tempo que nós teríamos que resistir na prisão, caso fossemos torturados, para que ninguém fosse colocado em risco. Avaliamos tudo, e os ruídos... E a gente calculando: “A casa está sendo cercada. Eles vão entrar aqui a qualquer momento.” E aí, eu nunca senti tanto medo na minha vida. O meu queixo batia assim: “Tá, tá, tá, tá...” Essa coisa de dizer “bater o queixo” é verdade. Você bate o queixo de medo. A temperatura do teu corpo desaparece, você se sente congelado e isso bate, bate, bate... E nada da polícia chegar. Chegou uma hora que eu

falei: “Eles estão demorando demais. Eu não agüento mais. Eu não vou esperar. Eu vou dormir.” Falei para ele: “Você fica esperando porque agora eu vou dormir.” Peguei, deitei e dormi mesmo. Quando foi umas seis horas da manhã, ele me acordou: “Você que é mulher, vai lá no bar da esquina perguntar a dona do bar o que é que aconteceu. Vai lá comprar pão.” Eu fui. Cheguei lá: “Teve um barulho essa noite passada. A senhora sabe o que foi que aconteceu?” Aí a mulher assim, olhando para mim: “Fui eu que chamei a polícia porque meu marido estava me batendo.” [riso] Era a coisa mais real para nós o fato de que a polícia estava nos cercando, ia nos prender, e nós íamos ter que enfrentar metralhadoras e torturas, e tudo mais. E na verdade o que estava acontecendo era uma situação de violência contra a mulher. Que é uma coisa sempre, até esse momento, sempre a ponta não muito visível, tanto nas relações internas dentro da própria PO, da própria Política Operária, quanto em outros campos da vida. Ainda não tinha ali me dado conta para certas dimensões que sempre estiveram presentes na minha história de vida. Mas essa foi a situação de maior medo que eu passei na minha vida e que tudo foi fruto da nossa imaginação, embora naquelas circunstâncias poderia sem dúvida ser verdade.

O processo de abertura é uma coisa que eu acredito que tenha sido vivido de formas muito diferentes pelos militantes. O momento em que cada pessoa considerou que podia retomar uma vida normal, um espaço maior de liberdade, eu acredito que isso variou de pessoa a pessoa, o momento em que essa avaliação foi feita. Eu ainda permaneci trabalhando como secretária mesmo depois de uma situação de abertura política no Brasil. Primeiro porque não tinha ainda como sobreviver, não sabia o que fazer. Eu a princípio tinha um desejo de voltar para Minas Gerais e ver se eu voltava para a universidade, se eu retomava, no caso da UFMG, eu esqueci de dizer que eu tinha feito um concurso. Eu tinha sido aprovada. E nas vésperas de eu assumir, eu tive que encaminhar uma carta dizendo que por motivos pessoais, eu desistia da vaga. Então eu perdi o cargo que eu deveria ter assumido na Universidade Federal de Minas Gerais.

V.A. – De professora?

E.R. – De professora, no setor de Psicologia Social. Então eu tinha um sonho, de uma possibilidade de voltar para a universidade. Mas eu tentei de alguma forma conversar com alguns colegas, mas eu nunca fiz gestões concretas de ir na Universidade, de

conversar, ler se tinha ou não o direito, essa possibilidade, nunca fiz isso. Aí fiquei achando que não havia condições de retomar esse sonho, de voltar para a Universidade, e acabei ficando em São Paulo. Aí eu voltei para a universidade, primeiro eu fiz vestibular na USP para Ciências Sociais, que eu não concluí. Depois entrei no mestrado na PUC de São Paulo. Em um determinado momento eu deixei então o trabalho como secretária, nessa época eu já trabalhava meio período. Concorri a uma bolsa de estudos lá na PUC, e é o momento então em que eu faço a transição, eu deixo essa história da vida burocrática e volto para a universidade. No mestrado eu escolho como meu tema de pesquisa a questão do emprego doméstico. Porque até então a questão da consciência racial, para mim, era uma coisa puramente, digamos, de ordem pessoal, individual.

V.A. – Que tinha acontecido lá nos Estados Unidos.

E.R. – Tinha acontecido lá nos Estados Unidos, redefiniu a minha identidade pessoal, eu me considerava negra, mas ela não teve imediatamente uma militância política. A minha militância, ela foi inicialmente no movimento estudantil, depois nessa questão do movimento *underground* contra a Ditadura, vinculada a esta organização. E não se traduziu em militância, nem tinha contatos, na década de 1970 eu não tinha contatos com o movimento negro. Então, em meados da década de 1980, esse é o momento em que eu retorno para a universidade, e para poder concorrer à bolsa eu tinha que definir um tema de pesquisa, foi uma coisa assim rapidinho, eu tinha que fazer. E aí na hora em que eu falei: “O que eu vou estudar, o que eu vou fazer?” Aí me veio o tema do emprego doméstico em que eu queria estudar a relação entre patroas e empregadas domésticas, e eu defini o meu projeto então, incluindo a temática racial. Era uma das coisas que eu queria investigar.

V.A. – E por que o emprego doméstico? Você tinha tido contato com experiências?

E.R. – Eu não sei te dizer. Eu queria estudar essa questão das relações entre mulheres, e imaginava então, via de regra, mulheres que seriam de raças diferentes provavelmente. Então eu coloco a questão de gênero e a questão racial, mas ainda não muito claramente definido. Esse é um momento em que ainda nem se utilizava esses termos gênero e tal. Eu estava estudando psicanálise e é o momento que estava bastante entusiasmada,

estudando Freud e essas coisas todas. Então eu tinha de um lado um referencial de economia política, por conta da minha formação marxista nessa época. E de outro lado, um referencial psicanalítico. Eu queria pegar essas duas coisas bem simples e ver como é que articulava esses dois níveis da realidade. E também eu queria fazer uma pesquisa que fosse mais participante. Eu queria ter um grau de envolvimento com a situação. Aí, então, para realizar essa pesquisa que eu começo a buscar o pessoal do movimento negro. Porque eu queria encontrar sujeitos da minha pesquisa, eu queria entrevistar, eu queria procurar mulheres negras empregadas domésticas. E o caminho como eu achei que deveria fazer isso, era através do movimento negro. Então eu começo a buscar contatos com o movimento negro, pessoas do movimento negro, começo a fazer minhas entrevistas.

V.A. – Como é que você conseguia esses contatos? Porque aconteceu em 1978 o famoso ato nas escadarias do Municipal...

E.R. – Eu não participei disso. Em 1978 eu estava vivendo clandestina ainda. Estava na clandestinidade. Eu não me lembro exatamente por onde é que eu passei para chegar ao movimento negro. Eu lembro que talvez eu tenha... Eu não sei muito bem. Eu sei que uma das pessoas que eu entrevistei foi... Esqueci o nome dela... Que tinha sido militante do MNU... Dona Geralda.

V.A. – Sabe o sobrenome?

E.R. – Não. Não me lembro o sobrenome. Ela foi uma das fundadoras da Associação de Empregadas Domésticas de São Paulo. Então ela foi uma das pessoas que eu entrevistei, fiz uma longa entrevista com ela. E fui chegando, uma pessoa aqui... E nessa coisa de entrevistar e buscar pessoas para entrevistar através de gente do movimento negro, que eu não me lembro inicialmente qual foi a ponte. Pode ter sido o Miltão Barbosa. A memória vai falhar... Eu me lembro que o contato com o Miltão é no momento em que eu queria contato com o movimento negro. Aí eu já não era mais a coisa da pesquisadora que está procurando sujeitos de pesquisa. Aí já é um momento em que eu queria realmente me tornar militante, porque nesse processo de investigar, vai acontecendo uma coisa de identificação minha com o movimento, com a temática, com

a luta. E isso vai se tornando não um tema de pesquisa, mas um tema para a minha vida. Vai ocorrendo esse processo de transformação, e tem um momento em que eu fui a um debate que o Miltão era o debatedor, que aconteceu em um espaço... o PT estava se constituindo. Acho que não era nem diretório ainda, nem sei como se chamava... Era um núcleo, qualquer coisa assim, do Partido. E eu fui lá e fiquei, tinha pouquíssimas pessoas, uns gatinhos pingados. E eu fiquei assistindo o debate esperando o final para poder conversar com o Miltão. Aí no final eu cheguei, me apresentei... “Querida saber acerca do MNU...” Perguntei de uma forma assim indireta, e ele me respondeu de uma forma mais indireta ainda. Até que eu perdi a paciência e falei: “Escuta. Se eu quiser entrar para o MNU, como é que eu tenho que fazer?” Aí ele me apresentou um catatau de documentos dessa grossura, e falou: “Aqui está o nosso programa. Então primeiro você leia para ver se você está de acordo com o nosso programa. Aí se você estiver de acordo, nós vamos te avaliar. Nós vamos avaliar se você tem condições ideológicas para você entrar para o MNU.” Aí quando ele falou isso, eu falei: “Muito obrigada.” Peguei o documento e: “Vou levar para casa.” Mas depois de ter vivido cinco anos na clandestinidade, eu estou em busca do movimento social, eu quero um espaço de militância social, uma pessoa dizer que vai fazer uma avaliação ideológica, se eu tenho condições... Eu falei: “Esse filme eu já vi. E não é esse o filme que eu estou querendo ver mais. Eu quero um espaço de atuação política e social.” Nesse meio tempo, nessa fase de transição para a legalidade e tudo, eu atuei no movimento popular na periferia de São Paulo, eu e o meu companheiro, com o pessoal do movimento da água. Porque tem uma fração da PO, acho que foi o FOC, o FOC que depois veio a se ligar com o MR-8. E eles tinham uma atuação lá na Zona Sul de São Paulo, então eu passei alguns meses ajudando o pessoal do movimento da água. Todos os finais de semana eu ia para a periferia de São Paulo ajudar na organização do movimento da água, e eu e meu companheiro, a gente fazia o boletim da associação de moradores. Os movimentos populares de São Paulo, nessa época, um que tinha muita força foi o movimento da água.

V.A. – Eu não sei o que é esse movimento da água.

E.R. – Não havia água encanada lá na Zona Sul de São Paulo. Então, quando começa o processo da redemocratização, da abertura, surge uma série de movimentos populares. O movimento da carestia, que é o que ficou mais conhecido. Você tem, com o movimento político, o movimento da anistia, que foi basicamente um movimento

conduzido pelas mulheres. E você tem na periferia de São Paulo, muitas associações de moradores que começam a lutar por saneamento, por água encanada. Isso se constitui um verdadeiro movimento social. E nós, eu e meu companheiro, a gente não conseguia viver sem ter uma atuação política. Tinha que encontrar alguma coisa para se sentir vivo, se sentir contribuindo. E nós ficamos um tempo nessa questão do movimento da água. Até que houve um momento em que eu desisti, porque esses companheiros que tinham sido da PO, que foram do FOC, depois do MR-8, eles romperam com um certo setor do movimento sindical, do pessoal da oposição sindical, e teve um conflito muito feio, em que houve guerra física. Utilizaram correntes para enfrentar os outros companheiros do sindicato, e isso foi inaceitável para mim, que houvesse esse tipo de comportamento entre companheiros do movimento sindical. E eu me afastei então. Eu cheguei a ajudar, nessa época, em fundos de greve. Foi a época das grandes greves no ABC, e lá na Zona Sul de São Paulo a gente participou de comitês de apoio às greves, em que a gente arrecadava alimentos e dinheiro para contribuir para os grevistas. Aí, quando teve esse pau com a oposição sindical, eu me afastei desses companheiros, porque eu achei que eticamente era inadmissível o comportamento que eles tinham tido. Então eu estava assim, uma militante disponível, em busca de uma causa social, e querendo entrar para o movimento negro e não encontrando portas por onde entrar. Nesse dia teve essa conversa com o Miltão – eu nunca contei isso para ele, já contei isso para várias pessoas, mas nunca contei para ele – e aí então, eu desisti do MNU por conta disso. Porque eu falei: “Não. Não quero mais essa prática das organizações dos partidos marxistas, leninistas, de esquerda... Não quero mais isso. Eu quero outra coisa.” E aí eu conheci uma companheira do Grupo Negro da PUC, Roseli de Oliveira. E ela estava organizando uma comemoração do aniversário do Grupo Negro da PUC. Eu estava estudando na PUC e aí eu vi um cartaz chamando para o aniversário. Aí eu fui atrás. Eu estava assim, procurando mesmo. Aí fomos em um bar essa noite comemorar o aniversário do Grupo Negro da PUC. Rafael Pinto, que é um dos fundadores do MNU estava lá, e lá o conheci. E em uma determinada hora eu resolvi ir embora e não queria sair sozinha do bar, falei: “Rafael, você vai comigo até o meu carro?” Mas ele ficou que nem um carrapicho se enganchando por ali, não ia embora. Eu olhei lá fora na rua, achei que estava tudo calmo e resolvi sair do bar sozinha, isso lá no Bexiga, em São Paulo. E ao caminhar até o carro onde eu deveria ir, vieram duas meninas e um rapaz, uma delas com um pau, um cacete nas mãos, e acabaram me agredindo no meio da rua naquela

noite. E aí eu lembro muito dessa data porque eu falei: “Gente, aquelas cacetadas que eu levei naquela madrugada, talvez já fosse uma premonição no momento em que eu estava entrando para o movimento negro.” [riso]

Amilcar Pereira – Eram brancos?

E.R. – Não. Foi uma situação de violência urbana na verdade. Me roubaram um relógio. Eu conto isso como uma anedota, porque nesse início de militância, quando eu começo no movimento negro, havia muitas situações, muitas tensões... Então eu acabei assim... Eu nunca entrei em uma organização pré-existente. Todas as organizações de que eu participei, foram organizações que eu ajudei a fundar, junto com outros militantes, junto com outros companheiros e companheiras. Logo em seguida, então tinha esse contato com o Rafael, logo em seguida...

V.A. – Você não chegou a participar do Grupo Negro da PUC?

E.R. – Não. Não cheguei a participar do Grupo Negro da PUC. Eu conheci... Digamos, ou os grupos não me recrutaram, ou eu não encontrei as portas para entrar neles, ou não achei interessante. E logo em seguida conheci Sueli Carneiro na casa de uma amiga comum... Acho que eu já tinha conhecido Sueli Carneiro na casa de uma amiga comum que tinha sido da minha organização, Lúcia Baiana, não sei o sobrenome dela, não me recordo.

V.A. – Ela era negra?

E.R. – Ela é negra, mas eu não sei se ela sabia disso. Ela é irmã de uma cantora que é mais famosa fora do Brasil do que aqui. Passos. Ela se chama Lúcia Passos, a baiana. Ela é irmã... Eu não lembro agora. A irmã dela é cantora de Bossa Nova, famosa nos Estados Unidos. E eu conheci então, na casa da Lucinha baiana, a Sueli Carneiro, que na época estava grávida de Luanda. E aí conversa vai, conversa vem... No dia do aniversário do Grupo Negro da PUC, Sueli estava na mesa, era uma das pessoas, creio que, falando sobre religião, porque ela fazia um trabalho sobre Orixás. E aí, reencontrei Sueli e ela me disse: “A gente precisa conversar, passa lá em casa...” Aí eu voltei,

depois um dia fui na casa dela e ela estava envolvida em um projeto junto com o Hélio Santos, Marcos, não me lembro agora o nome do Marcos.

A.P. – Cardoso?

E.R. – Não. Não é o Marquinho não. É mais antigo, é outro Marcos, lá de São Paulo. Que era o CEDOC, não? Era Centro de Documentação do Negro? Eu não lembro direito o que era. É um projeto que durou um certo tempo, mas não chegou a deslanchar. Era um projeto que estava vinculado à uma ONG vinculada ao pessoal da USP, não lembro direito agora o que é. Se o Hélio Santos for entrevistado, ele vai saber desse negócio. É Centro de Documentação do Negro...

[FINAL DA FITA 2-A]

E.R. – ...Esse projeto era um mega projeto. Ia ser um Centro de documentação que ia ter um arquivo, ia ter história oral, ia ter não sei o que... Era um megaprojeto e o espaço em que se reunia era esta ONG. Eu não sei se tinha vínculo com a Igreja, não sei direito. É um pessoal, basicamente, do grupo político do Fernando Henrique, eu acho. Funcionava lá na rua dos Ingleses em São Paulo, eu esqueci agora o nome da instituição. E tinha então, vários subgrupos... Vera Benedito estava vinculada a esse projeto, Hélio Santos era a figura de ponta dessa ideia. CEDOC? Não lembro agora. E aí, Sueli, sempre muito esperta, logo propôs que eu ficasse como representante do grupo. Eu falei: “Mas eu acabei de chegar no movimento negro, nem entendo nada...” Ela disse: “Não, você tem muita experiência... Você vai para a coordenação.” E eu falei: “Mas...” “Não, não... Você tem todas as condições, o perfil...”

V.A. – Já sabe arquivar documentos...

E.D. – Já tinha aprendido lá no banco. [risos] Aí eu fui direto para a tal da coordenação do negócio, o grupo de coordenação. Era eu, o Rafael Pinto, Vanderlei José Maria, que já faleceu, fazendo esse projeto também, o Marcos... Eu sei que um dia, a reunião de coordenação era eu, o Marcos e Isidório, não lembro o sobrenome de Isidório. E eu muito ingênua, sem conhecer as cobras criadas e sem entender direito as regras de

relacionamento dessa coisa toda, um dia, nessa reunião da coordenação, referi certas conversas que tinha havido, certas avaliações acerca do projeto... Eu não me lembro mais muito bem detalhes dessa conversa, mas o fato é que essa conversa acabou sendo, digamos assim, um certo estopim, que fez com que as outras pessoas que estavam na coordenação considerassem que certas pessoas que eu tinha mencionado na conversa estavam... Enfim, boicotando o projeto, estavam... Eu não sei. Só sei que acabou tendo um efeito desagregador do projeto o fato de eu ter revelado certas conversas que tinha havido. Esse projeto acabou não indo para frente. Eu creio que eu ainda tenho na minha casa, lá em São Paulo, alguns documentos dessa época. Algumas coisas eu guardo, eu não consigo, eu falo: “Algum dia alguém pode querer saber disso.” Enfim, a primeira tentativa de entrar em alguma coisa foi esse negócio que não deu muito certo. Logo em seguida, algumas dessas pessoas, Isidório principalmente, Sueli estava, Rafael, a gente entra em uma nova tentativa que chegou a ser denominada informalmente de INEB, que seria o Instituto Negro de Estudos Brasileiros. A gente chegou a formular, creio que, os estatutos, os objetivos... É o momento da constituinte, é o momento em que Hélio Santos foi o único negro que foi indicado para compor aquela comissão dos notáveis, e a gente começa a promover algumas discussões, alguns debates entre nós, levando em conta o processo constituinte e tudo mais, escrevemos um documento. Eu lembro que eu, Rafael e Isidório escrevemos um documento elaborando propostas para o processo constituinte. Eu cheguei um dia a ir me encontrar com o Hélio Santos, que eu não conhecia. Eu tinha participado de um projeto que ele era o líder, mas eu não o conheci. Ele era candidato a deputado federal e fui encontrá-lo um dia no comitê para entregar este documento que o grupo do INEB, que ainda não tinha existência legal, tinha elaborado. Esse projeto não chegou também a vingar porque no meio da história houve um rompimento de um casal que era uma figura central na história, e a proposta aborta por conta dos problemas pessoais, das divisões pessoais. Mas se ficou com esse material, essa proposta de estatuto que não chegou a ser registrada estava lá disponível. E aí... Tem que voltar para trás porque em... Quando é o processo constituinte? É 1986?

V.A. – Em 1987 instala-se a assembléia, mas desde 86 já está se discutindo as propostas. Inclusive uma comissão em Brasília que vai apresentar...

E.R. – Então, na verdade, eu tenho que dar um retrocesso aí, porque a minha inserção se dá antes. Em 1984... Aí, esse grupo que é Rafael, Sueli, eu, a irmã de Sueli, Solimar Carneiro e mais algumas outras pessoas, a gente cria um bloco afro. Tinha havido um Congresso de Cultura Negra das Américas, eu não sei se é 1983, me parece. Abdias do Nascimento e Elisa Larkin, através do Ipeafro, realizam este Congresso na PUC de São Paulo.

A.P. – 1982.

E.R. – 82? Então é. E para esse congresso vem o pessoal do Ilê Aiyê para São Paulo. E nós ficamos todos maravilhados com a questão do Ilê Aiyê. E resolvemos então que a gente ia criar: “Vamos criar um bloco afro em São Paulo.” E nos articulamos então com... Esqueci o nome agora... Que era um militante negro vinculado à Escola de Samba Vai-Vai, e que tinha um grupo dele lá que tinha umas ideias bastante mirabolantes acerca das relações de África, cultura negra no mundo, não sei o que... Ciro Nascimento, ele era vinculado à Vai-Vai e esse outro grupo que eu não lembro o nome, e o Ciro era a figura-chave que tinha o poder de aglutinar todo mundo em torno da história da criação do bloco. Porque ele vinha dos espaços de escola de samba... Aí começamos a pensar a proposta do tal do bloco, eu e o Ciro elaboramos lá na minha casa os estatutos do bloco. E o Ciro tinha uma ideia maluca que ele nos impôs. Ele achava que o bloco tinha que ter um conselho vitalício e que este conselho vitalício teria a tarefa de garantir o respeito a tradição africana. Então teria que ter um corpo dentro desse bloco, que fosse garantir esta fidelidade à verdadeira matriz cultural africana. E ninguém estava de acordo com essa ideia do Ciro, mas ninguém tinha condição de enfrentá-lo, porque ele era o cara que tinha as relações com Vai-Vai, com todas as escolas de samba e que ia garantir o espaço para a coisa funcionar, e ele que tinha a força e nós tivemos que aceitar esta imposição de Ciro, com o tal do conselho vitalício. Este bloco então foi a primeira organização negra da qual eu participei da fundação. E se convocou... Foi uma frente amplíssima. Todas as forças políticas de São Paulo foram convidadas.

V.A. – Como é que se chamava?

E.R. – Veio se chamar Bloco Afro Alafiá.

V.A. – O que quer dizer alafiá?

E.R. – Alafiá é uma palavra ioruba. É uma posição do jogo de búzios. É a posição, digamos, é a resposta mais perfeita. Quando você obtém a resposta de alafiá... E aí já há uma divergência, se a palavra é alafiá ou aláfia. Essa foi uma das coisas que se debateu na assembléia de fundação, se o nome ia ser aláfia ou alafiá. E os mais antigos dizem que é aláfia e outros dizem que é alafiá.

V.A. – O conselho vitalício então achava que era aláfia. [risos]

E.R. – É mais ou menos isso depois. [risos] Que são os quatro búzios abertos. A posição dos quatro búzios abertos e assim, na posição perfeita, e é uma resposta que diz: “Tudo de bom que há no mundo.” Então se você consegue aláfia na resposta, todos os caminhos estão abertos. E na hora da definição do tal conselho vitalício, que seria o guardião da verdadeira tradição, eu também fui indicada para fazer parte do conselho vitalício. Eu falei: “Gente, mas eu cheguei ontem no movimento negro. Como é que eu posso fazer parte desse conselho vitalício?” “Não, mas você tem que estar no conselho vitalício.” Então, fazia parte do conselho vitalício: eu, Sueli Carneiro, Rafael Pinto, o Flavinho fazia parte do conselho vitalício, eu não lembro mais...

V.A. – O próprio Ciro...

E.R. – Não. O Ciro acha que não fazia parte.

V.A. – Ele não era guardião?

E.R. – Ele era só o mentor intelectual que ficava articulando as coisas. Na assembléia de fundação um dos “paus” foi essa história do aláfia ou do alafiá, que se votou por alafiá, mas os mais antigos insistiam em falar aláfia. E outro problema era a questão de presença ou não de brancos no bloco.

A.P. – O Ilê Ayiê não permitia.

E.R. - O Ilê Ayiê não permitia. E acontece que havia uma mãe de santo branca que tinha participado de todo o processo de discussão do bloco, e quando chega na assembléia geral a gente acha que não deveria haver brancos no bloco. Isso foi uma confusão danada na assembléia geral e acho que se manteve essa posição. Não se escreveu nos estatutos, mas se definiu na prática que não haveria brancos no bloco. Aí se constituiu o tal do conselho vitalício, com uma turma sempre muito crítica em relação ao conselho vitalício. Outra parte, o grupo que eu estava, que era crítica, mas que tinha aceitado essa imposição. Isso acabou, alguns meses depois... O bloco é fundado em junho de 1984, e aí nós só conseguimos fazer um único desfile que foi no ano seguinte. E assim, a proposta, que também foi o Ciro que nos impôs, era uma proposta tão radical, que era inviável, era impossível ela funcionar. Primeiro tinha esse bandido desse conselho vitalício, que era uma encrenca. Segundo, o bloco tinha que ser absolutamente, totalmente autônomo. E o conceito de autonomia era assim: não podia receber recurso de nenhuma fonte que não fosse a própria contribuição dos membros. Não podia receber qualquer recurso nem de empresa, nem de Estado, nem de nada. Ele era tão radical, o Ciro, que ele achava, por exemplo, assim: o bloco não podia se apresentar nem em uma escola, porque uma escola era um espaço institucional do Estado. Nem em uma escola não poderia se apresentar. Era uma coisa impossível de se conseguir realizar. Na prática, o que acontecia? Como não se podia pedir dinheiro para o governo, não se podia pedir dinheiro para empresa e teria que viver só da contribuição dos sócios, e os sócios praticamente ninguém contribuía, eu que acabava sustentando o bloco. Então eu pegava meu dinheiro, meu salário e investia nas coisas que eram necessárias para fazer o bloco funcionar. E nós conseguimos então fazer um desfile. Uma semana antes do desfile houve um racha, em cima da história do conselho vitalício. O Flavinho e outras pessoas conduziram no domingo antes... A gente ensaiava na quadra de uma escola de samba lá em São Paulo, e uma semana antes eu e o Rafael falamos: “Vamos fazer o ensaio na rua ao invés de fazer na quadra.” Porque ali era a rua onde morava boa parte do pessoal que frequentava, tinha as negras velhas. “Aí as negras velhas vão, porque elas não descem para a quadra.” E a turma do Flavinho enlouqueceu, achou que era um golpe essa coisa de mudar o lugar do ensaio. Mas acabou sendo o melhor ensaio, porque foi o maior sucesso, as negras velhas foram, as crianças, todo mundo, foi aquela coisa toda... E no

final desse ensaio havia uma reunião que o Flavinho tinha convocado na casa dele. E aí havia trinta pessoas na casa dele que ele nunca tinha visto, que normalmente não frequentavam os ensaios. Aí estávamos eu e o Rafael de um lado e as outras trinta pessoas que tinham sido convocadas. E aí então um outro cara vira e fala o seguinte: “Nós estamos exigindo a dissolução imediata do conselho vitalício. Se o conselho vitalício não for dissolvido nós não vamos desfilar.” E eles tinham o controle do canto e da dança, toda a parte artística. Nós tínhamos a infraestrutura do bloco, a organização. Eu não era nada nem ninguém, tinha chegado no movimento negro na véspera.

V.A. – Mas o Flavinho também fazia parte do conselho vitalício.

E.R. – Fazia. Ele fazia parte.

V.A. – Mas ele era de acordo com dissolver?

E.R. – Ele não era de acordo com o conselho e estava exigindo a imediata dissolução senão o bloco não ia...

V.A. – Mas essas outras pessoas que vocês não conheciam...

E.R. – Eram pessoas ligadas, por exemplo, ao Grupo Negro da PUC, pessoas militantes do movimento, que não tinham uma vida muito ativa na vida cotidiana do bloco.

V.A. – Mas elas faziam parte, elas que estavam com o canto e a dança na mão?

E.R. – Algumas. Mas tinham outras que tinham vindo pela primeira vez. Ele articulou um monte de gente para vir dizer isso. Aí quando o Flavinho disse isso, aí eu falei: “É ruim. Colocar a faca no meu pescoço é uma coisa muito ruim.” Aí eu virei para ele e falei assim: “O conselho tem um compromisso com esse bloco. O bloco vai para a rua com vocês ou sem vocês. Vocês escolham.” Eles não mudaram de posição. Isso era domingo e o desfile era na sexta-feira. Aí eu e o Rafael saímos de lá e dissemos: “Então vamos articular para fazer o desfile.” E a rua, essa rua onde a grande maioria das pessoas que frequentavam o bloco morava, era a rua em que mora a mãe de Rafael. E

ele então chamou o irmão dele, Luís Cláudio, e disse: “Luís Cláudio, procura a rapaziada. Informa para eles o que está acontecendo, e fala com fulano, informa ele que ele vai ter que tocar um surdo melhor do que o Carlão.” O Carlão era uma pessoa do grupo do Flavinho e que é inclusive é portador de deficiência, ele andava com muletas. E ele, para tocar o surdo, nós tínhamos que organizar para colocar uma cadeira em cima do carro que ia no desfile para que ele pudesse tocar o surdo. “Arranja alguém para substituir o Carlão...” E foi falando para todo mundo... Eu fui falar com o Ciro para ver a questão das fantasias, porque as fantasias estavam sendo feitas em uma confecção que ele trabalhava. Eu falei: “Vamos distribuir as fantasias para todo mundo. Não vamos exigir o pagamento das fantasias. Depois a gente vê como é que está.” E o bloco... Aí o Rafael procurou um primo dele que era puxador de samba de uma escola de samba lá em São Paulo. Passou a fita do samba do bloco: “Você vai cantar. Você vai ser o puxador do samba.” Substituímos tudo. Na sexta-feira... Ah sim, como o bloco era muito radical, ele não podia sair nos desfiles oficiais. Ele tinha que sair em um esquema próprio, que era sair da praça da República para a praça da Sé. Quando nós chegamos na praça da República, todos os que tinham rachado estavam lá aguardando a confirmação de que o bloco não sairia. Então nós chegamos, eu não lembro se foi um ônibus ou dois ônibus, lotados. Foi uma loucura, porque havia uma intervenção da prefeitura de São Paulo nas empresas de ônibus. A gente não conseguia alugar ônibus, sem dizer que a gente não tinha dinheiro para alugar, mas a gente nem conseguia os ônibus porque a prefeitura estava intervindo. E conseguimos, com muito esforço, alugar dois ônibus. As crianças todas bonitinhas, arrumadinhas, cabelinhos trançados, pintadinhas... Eu olhava para as crianças e dizia: “Meu Deus do céu, como é que eu vou conseguir levar essas crianças para a praça da República?” Porque nós tínhamos crianças de quatro, cinco, seis anos, que estavam todas esperando para irem desfilar. No final deu tudo certo. Nós chegamos na avenida, a TV Globo estava na praça da República esperando a abertura do carnaval paulista, os companheiros lá esperando para confirmar que não ia sair, o fracasso. Nós chegamos, e aí, a maioria deles foi fazendo a segurança para que a gente pudesse atravessar a rua e fazer o desfile até a praça da Sé. E o tema era Oxalá. Estávamos todos vestidos de branco. Quando nós entramos na praça da Sé, uma chuva fina começou... E eu não tinha dinheiro para pagar. E eu não sei de onde, apareceu um homem, que eu não sei quem era, não conhecia. Quando chegou no final do desfile e que eu estava lá no desespero: “Como é que ia pagar a Kombi que transportou os

atabaques e tudo?” Essa pessoa chegou para mim e falou: “Olha, eu posso pagar.” E me deu um cheque para que eu pudesse pagar o transporte. Nós não tínhamos dinheiro nem para dar um guaraná para cada criança que saiu. O desfile terminou e eu tive que por todo mundo dentro do ônibus e levar de volta para o Ipiranga. E foi uma das coisas mais emocionantes que eu já vivi na minha vida foi o desfile desse bloco, sob as condições que a gente conseguiu fazer. Depois disso o bloco foi caindo pelas pirambeiras, porque além do racha que aconteceu, depois houve uma outra separação também...

V.A. – De casais?

E.R. – De casais de novo. E que foi o que acabou levando ao fim dessa experiência do bloco.

V.A. – Quem fez a segurança, foi o pessoal do racha?

E.R. – O pessoal do racha. Alguns deles.

V.A. – No final estavam apoiando.

E.R. – Alguns deles. Alguns deles choravam quando viam que estávamos lá, e principalmente com as crianças na frente, colocamos todas as crianças na frente. E eles ficaram emocionados com a coisa. E houve todo um ritual na quadra antes de sair, porque havia dois pais de santo e eles diziam justamente: “Houve um racha, os pais de santo brigaram. Não vai para a rua. O bloco não vai sair.” Era uma guerra de comunicação. [riso] Na praça da República: “Vai sair. Não vai sair...” E um pai de santo, que era ligado inclusive ao grupo deles, acabou se incorporando, participando e fazendo um ritual lindíssimo e maravilhoso lá na quadra antes de sairmos com todos os instrumentos colocados no chão, e com um alá de pano cobrindo os instrumentos. E ele abençoou os instrumentos, antes que nós saíssemos da quadra. Então os meninos vieram para a avenida como guerreiros, eles estavam tocando aqueles instrumentos, eles estavam dando tudo que eles tinham. Foi uma coisa extraordinária, um momento muito bonito que eu vivi.

Então essa foi a primeira organização negra da qual eu participei da criação, depois chegou a ter uma eleição. Eu fui eleita presidente depois. Saí do conselho vitalício e virei presidente antes do bloco morrer. Ele teve a vida muito efêmera. E eu sempre no papel de carregar piano. Sempre no papel de formiga, de quem carrega, de quem organiza. E quase simultâneo a experiência do bloco, se criou o Coletivo de Mulheres Negras. É quase simultâneo, o bloco é um pouquinho antes do Coletivo. E o Coletivo de Mulheres Negras se criou porque o governador Franco Montoro constituiu o Conselho Estadual da Condição Feminina por 30 mulheres brancas. E quando ele anunciou a composição do Conselho, uma mulher negra, Marta Arruda, uma mulher de posições políticas conservadoras, e que tinha muito acesso à mídia, começa um processo de denúncia do Conselho, começa a atacar o Conselho. O Conselho era presidido por Eva Blay, uma mulher judia. E Marta Arruda começa a dar entrevistas no rádio, atacando o Conselho, chamando Eva Brown, o nome da amante de Adolf Hitler. E virou um escândalo imenso em São Paulo, e aí estávamos eu, Sueli, acho que Lúcia Pereira, acho que outras pessoas e nós dissemos: “Nós temos que fazer alguma coisa, por que como é que fica essa questão?” E a nossa preocupação era de tentar garantir que se fosse definir uma representação para o Conselho, que fosse uma mulher de posturas mais progressistas. Era essa a nossa preocupação. Então se organizou, se chamou todas as mulheres que se conheciam, militantes lá em São Paulo e se chamou Tereza Santos, que é uma militante histórica, antiga, muito vinculada à área de cultura, e se considerou que Tereza Santos era o nome que reuniria todo mundo, teria força suficiente para ser indicada, poderia ser aceita pela Marta Arruda e teria um perfil político mais adequado. E se conseguiu, então, nesse processo, a indicação da Tereza Santos como titular, e Vera Saraiva, creio que, assistente social que trabalhava no Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo, como suplente. Então, nesse processo, para que a gente conseguisse a indicação de Tereza Santos e da Vera, nós constituímos o Coletivo de Mulheres Negras. Porque uma das coisas que as mulheres brancas diziam era: “O problema é que vocês são desorganizadas.” Então nós juntamos várias militantes que estavam dispersas, individuais ou em vários grupos, e constituímos o Coletivo de Mulheres Negras. Ele nasce então, muito acoplado, muito próximo ao Conselho da condição Feminina de São Paulo. Inicialmente então, ele funcionava no espaço do Conselho inclusive, até fisicamente. E aí, com a entrada da Tereza, a gente buscou indicar mulheres negras para várias comissões do Conselho de São Paulo. Eu então fui

indicada para compor a comissão de saúde do Conselho. Comissão essa, na qual havia pessoas como Ruth Cardoso, Elza Bercó, Marina... Outras figuras bastante importantes... Margareth Arilha, figuras ligadas, creio que a maioria, ao campo do hoje PSDB. Eu ia para essa comissão, e a princípio não gostava muito, porque nessa época então, eu estava trabalhando em um centro de saúde. Eu sou profissional da área da Saúde, eu fiz concurso para o Estado. Trabalhei como psicóloga em um centro de saúde de Taboão da Serra. Então, meu espaço profissional era no campo da Saúde, então as companheiras falaram: “Você tem que ir para a comissão de saúde.” Eu ia, mas sem muito gosto, porque não queria muito estar militando na área da saúde. Eu achava outras coisas mais interessantes, questões mais ligadas à Cultura, à Educação, mas era a minha área profissional. E então depois, em 1988 – isso é 1984 mais ou menos que a gente entra no Conselho – aí se cria uma comissão de mulheres negras, que foi então, inicialmente coordenada pela Sueli Carneiro. Sueli então fica nesta comissão, Quando é 1988, Jaqueline Pitanguí, que era então presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, resolve criar um Programa da Mulher Negra no Brasil e ela então convidou Sueli Carneiro para ir coordenar este Programa. A Sueli então aceita o convite da Jaqueline e me chama para vir assumir a coordenação da Comissão de Mulheres Negras no Conselho. E então tem mudança de governo, sai Montoro, entra o Quéricia. A nova presidenta do Conselho é então a vereadora Ida Maria, e eu entro como conselheira também, do Conselho da Condição Feminina. A data certinha eu não sei, mas é governo Quéricia. Aí eu vou...

[FINAL DA FITA 2-B]

V.A. – ... Ainda no Conselho, no final do governo Franco Montoro e início do governo Quéricia.

E.R. – Isso. Nessa fase do Conselho... Antes de eu assumir a coordenação da Comissão de Mulheres Negras, nessa faz em que eu estava participando da Comissão de Saúde, eu creio que é nessa fase... Há um evento importante...

V.A. – Aconteceu uma coisa enquanto você estava na Comissão de Saúde.

E.R. – A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo realiza, junto com o Conselho da Condição Feminina, um debate importante acerca da possibilidade da regulamentação da esterilização cirúrgica. E então, nesse momento, havia uma médica lá em São Paulo que era a única mulher negra médica que estava, e ela então nos representou nesta mesa de debate. Mas a proposta que foi assumida, o discurso que foi proferido, foi fundamentalmente elaborado por mim. Eu elaborei o texto que essa companheira deveria falar, começando a definir quais seriam as posições das mulheres negras em relação a essa questão da esterilização cirúrgica, que é um tema que vai ocupar um espaço considerável da pauta do movimento de mulheres aí neste final da década de 1980 e especialmente na primeira metade da década de 1990.

Quando então eu vou para o Conselho, eu fui para o Conselho assumir a coordenação da Comissão de Mulheres Negras juntamente com essa companheira Maria Lúcia da Silva, que hoje faz parte de um grupo de terapeutas, psicólogos, chamado AMA. Isso em 1988, o ano do centenário da abolição, por isso mesmo é que Jaqueline cria um Programa da Mulher Negra no Conselho Nacional, e eu chego no Conselho...

V.A. – Deixa só eu voltar à questão da esterilização. Qual foi o teor, o conteúdo do discurso? Ou você vai retomar isso?

E.R. – Nesse momento?

V.A. – Isso foi em 1988 também, mais ou menos 1987, 88?

E.R. – É, eu acho que é início de 88, final de 87, não sei precisamente. O conteúdo do discurso é apontar para a necessidade... Deixa eu me lembrar direitinho...

V.A. – Havia uma prática de esterilização? É isso que eu queria entender um pouco.

E.R. – Se estava começando a tomar consciência da extensão do problema da esterilização cirúrgica no Brasil. E a Secretaria da Saúde começa a cogitar a possibilidade de se discutir uma regulamentação. Mas esse é o momento em que o movimento de mulheres como um todo, e não apenas as mulheres negras que estão começando a se constituir enquanto um setor próprio do movimento de mulheres, todo

mundo em conjunto recebe como um certo mal-estar, quase com uma certa suspeita, essa proposta de uma regulamentação da esterilização. Então, tanto o movimento feminista no geral quanto as mulheres negras, nesse momento organizadas através do Conselho da Condição Feminina, da Comissão de Mulheres Negras, definem uma posição de que, mais do que se pensar em regulamentar a esterilização, se deveria oferecer outras alternativas para as mulheres: “As mulheres precisam de informação e elas precisam de acesso a outros métodos contraceptivos.” Este é um momento em que, inclusive, o movimento de mulheres negras ainda tem certas dificuldades com o conceito de planejamento familiar, que é ainda associado a políticas de controle da natalidade. Então, é um momento bem inicial nessa discussão no interior do movimento de mulheres negras... Não sei nem se podemos falar já de movimento de mulheres negras, mas é o momento em que está surgindo, pelo menos no Estado de São Paulo, é preciso se ver aí se a linha do tempo é semelhante no Rio de Janeiro também, porque têm alguns grupos que surgem no Rio de Janeiro um pouquinho antes do que o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Mas o tema da questão da esterilização já é um tema que vem de cara, de início, quando se começa a constituir o movimento de mulheres negras no Estado de São Paulo. E a posição histórica que vem de organizações como o Movimento Negro Unificado, era uma posição de recusa absoluta...

V.A. – A qualquer planejamento familiar...

E.R. – À questão da esterilização cirúrgica especialmente, e de muita desconfiança em relação aos métodos contraceptivos, porque há uma identificação dessa questão da contracepção, dos métodos contraceptivos, e mais ainda esterilização, com políticas de controle populacional. Então, quando o movimento de mulheres negras começa a se constituir, a matriz política e ideológica do movimento negro a partir do qual se debate esses temas, é uma matriz que coloca essas práticas na conta do genocídio. A partir da ideia de genocídio, das tentativas de redução populacional ou de eliminação populacional, que inicialmente se pensa nessa coisa dos métodos contraceptivos. Mas eu, como era uma profissional de Saúde, eu vinha no campo profissional debatendo, trabalhando com mulheres dentro de centros de saúde, eu de princípio tento redirecionar um pouco essa discussão, e já colocar questões acerca da necessidade de informação, da necessidade de opções para as mulheres, de tentar colocar a discussão de planejamento

como um espaço também de liberdade para as mulheres. Mas ainda é uma coisa bem inicial porque o grupo está se constituindo, eu ainda não tinha um lastro e uma tradição no interior do movimento, mas nesse discurso que foi proferido eu já tento fazer com que o discurso não venha na linha do genocídio, do não sei o quê, porque é preciso considerar que as mulheres têm necessidades do ponto de vista da reprodução. Então começa um trabalho por aí, que depois vai se desdobrando.

V.A. – Bem, temos 1988, Jaqueline...

E.R. – Centenário da abolição: Sueli vai para Brasília e eu chego no Conselho, e ela tinha deixado várias propostas em vários campos, várias questões: saúde, educação, creche, violência, várias coisas. Eu olhei aquilo tudo e achei que era preciso ter uma proposta mais articulada, uma coisa que organizasse vários assuntos, que pretendíamos debater no ano do centenário da abolição. Então, eu apresentei uma proposta de se realizar o Tribunal Winnie Mandela. É o momento em que Mandela está ainda preso lá na África do Sul. Periodicamente havia articulações ou manifestações contra o *apartheid*, em defesa da libertação de Mandela, mas como nós estávamos em um espaço que era um espaço feminino, nós tínhamos que pegar a face feminina dos Mandela. Então eu apresentei a proposta de se fazer o Tribunal Winnie Mandela, que seria um tribunal que teria como objetivo avaliar a Lei Áurea cem anos depois. Avaliar as consequências da Lei Áurea para as condições presentes naquele momento, para as mulheres negras especialmente, e para a população negra como um todo. Esse projeto então começa a ser elaborado em parceria entre o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a OAB, que naquele momento tinha a OAB Mulher, a Comissão da Mulher Advogada, que era presidida, se não me engano, pela doutora Norma Kyriakos. Então constituímos esse triângulo para tocar a frente o projeto do Tribunal Winnie Mandela. Esse projeto causa, inicialmente, um debate acirrado no interior do Ministério da Justiça, que é onde o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estava localizado. O ministro era o Paulo Brossard, e ele então considera absurdo que o Estado brasileiro fosse avaliar uma Lei que tinha sido elaborada pelo próprio Estado. Ele considerava uma contradição.

V.A. – Mas esse Tribunal era no âmbito do Conselho Estadual de São Paulo, o que o Ministério da Justiça...

E.R. – Porque era uma parceria entre o Conselho de São Paulo e o Conselho Nacional.

V.A. – Está certo. E a OAB.

E.R. – E o Conselho Nacional era um órgão do Ministério da Justiça. Então o ministro da Justiça considera inadmissível que o Estado brasileiro fosse julgar uma lei que ele próprio assinou cem anos antes. Ele, a princípio, não queria admitir que este projeto tivesse este objetivo. Um segundo problema era o nome do Tribunal, o fato de que nós tínhamos denominado Tribunal Winnie Mandela. O Ministério da Justiça temia que o desenvolvimento desse projeto pudesse implicar em manifestações públicas na porta da embaixada e dos consulados da África do Sul, pelo Brasil afora, na medida em que o projeto pudesse vir a estabelecer relações entre o que se passava no Brasil e o que se passava na África do Sul, estabelecer a relação com o *apartheid*. Ou seja, era isso mesmo que a gente queria fazer e o governo brasileiro temia esse estabelecimento de relações. E ele não queria. Jaqueline Pitanguí então, ameaça de pedir demissão. Ela define que este é um projeto prioritário para o Conselho Nacional e que não podia abrir mão da realização do projeto. Mas aceita fazer algumas concessões para que o projeto pudesse prosseguir. Porque na idéia original, concebida em conjunto com a OAB Mulher, seria um júri simulado. Se teria sessões deste Tribunal, que iria de maio a novembro de 1988, e nessas sessões seriam sessões em que pessoas seriam convidadas para vir trazer seus depoimentos. Depoimentos estes que iriam focalizar diferentes aspectos do problema do racismo, da discriminação racial, essa coisa toda. Com esse posicionamento do Ministério da Justiça, se muda um pouco o enfoque do Tribunal Winnie Mandela, que ao invés de fazer audiências públicas para ouvir casos, queixas e registros de demandas, ele passa então a ter seminários, uma série de seminários abordando, cada um, um tema diferente. E no final do Tribunal haveria um júri simulado. Mas assim: o processo dos depoimentos, da coisa viva e quente, isso é eliminado para que o projeto pudesse ser aceito pelo Ministério da Justiça.

Toda essa negociação se dá depois da abertura, porque a abertura foi próxima do 13 de maio. Foi um momento também extraordinário que eu vivi, esse momento na instalação do Tribunal.

V.A. – A abertura que você está dizendo é a instalação do Tribunal?

E.R. – A instalação do Tribunal. Benedita da Silva foi uma das pessoas, Lélia Gonzalez foi outra pessoa que esteve presente. Eu não me recordo outros nomes, mas elas duas com certeza estavam entre as pessoas que compuseram a mesa da instalação. Acho que foi na Sala do Estudante da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, lá de São Paulo. Muito emocionante. E depois então, se teve essas sessões, que foram Educação, Trabalho, Saúde, Violência... Se foi abordando as temáticas, em que eram convidados, digamos, especialistas para falar sobre os assuntos. Era uma coisa mais contida. Esses seminários aconteceram na OAB de São Paulo. E em novembro, no final, em uma data próxima ao 20 de novembro, não sei se foi no dia 17, uma coisa assim... Finalmente fizemos uma grande encenação, um grande júri, lá no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. O promotor que acusava o Estado Brasileiro era o presidente da OAB de São Paulo, Antônio Carlos Marins de Oliveira. E agora, quem é que fazia a defesa do Estado Brasileiro? Eu creio que foi um criminalista. Não me recordo. Só lembro o nome do que era do nosso lado, do outro lado eu esqueci. [riso] E nós conseguimos colocar mais de 1.000 pessoas, cerca de 1.200 e pessoas. E quando eu digo nós: eu e Maria Lúcia da Silva. Porque o que aconteceu, é que após o lançamento do Tribunal em maio, a presidenta do Conselho de São Paulo, a vereadora Ida Maria, decidiu que não queria mais o projeto. E ela tentou fazer com que todas as outras instituições também desistissem do projeto, para o projeto se encerrar ali. Mas nem Jaqueline Pitanguí e nem Norma Kyriakos aceitaram. Então o Conselho saiu, o Conselho que era o dono do projeto afinal, o autor do projeto, desistiu, e ela em um gesto magnânimo me cedeu para a OAB, para que eu pudesse continuar trabalhando. Porque o problema dela era que nós mulheres negras, nós duas, lá dentro do Conselho, causávamos muito incômodo. Era o ano do centenário da abolição, o Brasil inteiro estava em ebulição, inúmeras organizações negras surgiram e foram criadas ao longo de 1988, mil mobilizações, mil coisas... E nós utilizávamos, é verdade, toda a base material do Conselho da Condição Feminina para mobilizar o movimento, especialmente, de

mulheres negras a nível nacional. Então tinha dia que todas as linhas de telefone do Conselho estavam ocupadas por nós. E nós ocupávamos toda a base material do Conselho, é verdade. Nós tínhamos que fazer isso. Era uma oportunidade única que nos estava se apresentando. E ao mesmo tempo em que estava organizando o Tribunal Winnie Mandela enquanto Conselho, eu e Lúcia estávamos ajudando a organização do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras. E a comissão do Conselho foi responsável pela organização da segunda reunião preparatória do Primeiro Encontro que aconteceu lá em São Paulo, em uma faculdade. Então nós estávamos mobilizando do Oiapoque ao Chuí. Nós estávamos mobilizando as mulheres negras todas, e isso era inaceitável, era insuportável para a presidenta. Ela, a partir da postura do governo Quércia, estava em um processo de expulsão do movimento de mulheres do interior do Conselho. Ela foi desarticulando todas as relações que o Conselho tinha com o movimento de mulheres.

V.A. – De mulheres negras?

E.R. – De mulheres em geral.

V.A. – Mas não era do Conselho da Condição Feminina, como é que ela vai desarticular?

E.R. – Isso. Porque na visão dela, não era papel do Conselho ficar fazendo esse tipo de interlocução com o movimento e mobilizando o movimento. O papel do Conselho era formular e implementar políticas públicas de Estado, e não ter esta interlocução com a sociedade civil.

A.P. – O problema era a militância dentro do Conselho?

E.R. – Era a militância dentro do Conselho. O fato de sermos negras era mais grave ainda, porque a forma de atuar, o comportamento, as mulheres negras e os homens negros que viviam transitando lá pelo Conselho atrás da gente... Para vocês terem uma idéia, nós éramos frequentemente acusadas de roubar coisas no Conselho. Qualquer coisa que acontecia no Conselho: “Foram as negras.” Porque a gente ficava trabalhando

até oito, nove horas da noite, então qualquer incidente, qualquer coisa que acontecia, nós estávamos permanentemente sob a suspeita de estarmos tendo práticas ilegais e fraudulentas no interior do Conselho. Isso foi assim uma coisa terrível que a gente teve que viver lá. Até que quando chega em maio, depois do lançamento do Tribunal, ela encontrou essa solução maravilhosa, que foi sair, tirar o Conselho do projeto e me ceder para a OAB. Então foi isso. E ela mantinha a Lúcia em uma situação irregular, sem pagamento. Ela não resolvia o problema do salário da Lúcia. Lúcia estava trabalhando sem pagamento. E aí **[incompreensível]** eu falei: “Lúcia, ela não vai nos derrotar. Você entrega o seu apartamento, enquanto não resolve a situação você vai morar lá em casa. E onde comem dois – na época eu era casada – comem três. Você fica lá em casa. Ela não vai nos derrotar.” E assim fizemos.

V.A. – A Lúcia era conselheira?

E.R. – Não, ela não era conselheira. Ou era? Acho que era. Nós duas éramos conselheiras. Éramos conselheiras e funcionárias, a gente estava em uma situação dupla. Não tenho certeza se ela era, mas acho que era.

V.A. – Funcionária do Conselho?

E.R. – Do Conselho. E aí a gente vai para a OAB, e continuando essa situação de Lúcia ainda sem salários. Eu bancava ela porque eu dizia: “Não. Nós não vamos... elas não vão nos barrar.” Fomos para a OAB, em uma situação que a gente, às vezes, trabalhava pelos elevadores, porque não havia um lugar decente para a gente poder trabalhar. A gente trabalhava lá no espaço da OAB Mulher, era o que era disponível, mas às vezes as advogadas estavam lá, a gente não tinha onde trabalhar, a gente trabalhava onde era possível: no corredor, no elevador, na sala, na mesa... não importa. Aí nós colocamos 1,200 pessoas em novembro. Foi assim uma coisa emocionante. Porque aí, quando chegou novembro, então nós não tínhamos mais que nos conter para poder o projeto levar até o fim. Então na preparação discurso do promotor, aí nós demos elementos para que ele dissesse tudo que tinha que ser dito acerca do racismo, da discriminação. Aí, todas as palavras que estavam proibidas de serem pronunciadas, puderam ditas.

Isso então é 88. Em maio teve a marcha que foi organizada, fundamentalmente, pelo Conselho da Comunidade Negra de São Paulo. Foi um momento extraordinário lá em São Paulo. Nós não estivemos diretamente envolvidas na organização, aí foi o Conselho do Negro. Nossa articulação foi sempre a partir do Conselho da Mulher e a Comissão de Mulheres Negras. E foi uma marcha com cerca de 30.000 pessoas. Para mim foi assim um grande momento. É quando começa esse processo crescente... A história recente, da visibilização cada vez maior do movimento negro no Brasil. Aí, depois que passa o Tribunal, no final do ano... Quando chega o final do ano, a Ida Maria manda uma carta para a Secretaria da Saúde, e eu era originária da Secretaria, dizendo: “Não necessitamos mais desta funcionária.” E aí eu deveria voltar para a Secretaria. Mas em 1989 é quando Erundina é eleita. Erundina foi eleita e aí, uma companheira do movimento feminista, Maria José de Oliveira Araújo, que hoje coordena o Programa de Saúde da Mulher no Ministério da Saúde, ela foi convidada pelo secretário de Saúde Eduardo Jorge para coordenar o Programa de Saúde da Mulher. E ela é amiga de uma companheira que foi da POLOP. Ela não foi minha contemporânea, eu a conheci depois que ela voltou do exílio, Carmem Fisher – foi presa torturada, viveu no Chile, sobreviveu ao golpe do Chile, morou na Suécia, e depois na volta a gente se encontrou através do Ervê

Então a Carmem lembrou para a Masé, Maria José, do meu nome, e aí a Masé me convida para ir trabalhar na Secretaria da Saúde no governo da Erundina. Então eu fui e integrei a coordenação do Programa de Saúde da Mulher na prefeitura de São Paulo. Então eu tinha que trabalhar temas de saúde da mulher no geral. Eu começo trabalhando contracepção, esterilização, aborto, câncer de mama, DSTs, AIDS... Esses eram os temas prioritários. Mas... Retrocesso pequenininho: em 1988, quando nós percebemos que o espaço político do Conselho da Condição Feminina estava se fechando com a nova postura do governo Quéricia e da Ida Maria, nós percebemos que nós precisávamos de um espaço não-governamental. Porque a gente ficou de 1984, quando a gente vai para o conselho e cria o Coletivo de Mulheres Negras, até 1988, nós ficamos atuando muito mais no espaço governamental. O Coletivo ficou uma coisa débil, ele nunca... Ele fez uma coisa importante logo em 1984, que foi a organização do Encontro Estadual de Mulheres Negras. Nós colocamos cerca de 400 pessoas, mulheres e homens, porque os homens tinham muito interesse nos assuntos das mulheres e eles iam nas coisas das mulheres, no início. Era um encontro estadual, mas veio gente de

outros lugares do Brasil, foi quando eu conheci Benedita da Silva, que era vereadora aqui no Rio. Conheci Bené, conheci outras companheiras do Nzinga, um grupo de mulheres negras do Rio. E isso foi uma coisa importante que o Coletivo fez. Foram importantes também, algumas questões conceituais que começaram a ser discutidas nesse Encontro Estadual. Eu apresentei um pequeno trabalho, nunca escrito nem publicado, em que eu analisei dados do IBGE para mostrar diferenças entre mulheres negras e brancas e diferenças entre homens e mulheres negros. E aí, eu percebi, analisando, o impacto que tinha a questão de gênero e o impacto que tinha a questão racial, do ponto de vista da questão da renda das mulheres negras. E eu comecei a falar da questão a interseção de gênero e raça. Não se falava isso de gênero e raça, falava sexo...

V.A. – Recuperando a sua dissertação de mestrado... Que acabou, foi concluída nesse assunto das empregadas domésticas?

E.R. – Não. Eu acabei não concluindo o mestrado – esqueci de dizer – na época eu passei de pesquisadora a sujeito. [risos] A sujeito político. Teve um momento em que a militância se tornou muito mais importante e eu deixei para lá o mestrado e fui me metendo em todas essas organizações.

V.A. – Mas essa conjugação de pensar gênero e raça junto veio desde lá?

E.R. – Ela vem desde lá. E aí eu começo a perceber, eu começo a pensar que... Porque até então, a tendência das mulheres negras era sempre de enfatizar a sua condição de negra. Então é o impacto da questão racial, da discriminação racial. E nos embates com o movimento feminista sempre se colocava a questão que o fundamental, o prioritário era a questão racial. Demarcando a diferença em relação às outras mulheres pelo fato de ser negra. A tendência era sempre essa. E eu peguei esses dados e fui mostrar a desigualdade que havia entre negros, considerando homens e mulheres. Aí comecei a mostrar. Nessa época, se a minha memória não me falha, os dados disponíveis então são do Censo de 1980, a hierarquia de renda no Brasil ainda era: primeiro homem...

[FINAL DA FITA 3-A]

V.A. – Censo de 1980...

E.R. – Se a minha memória não me falha, nos dados de 1980 que eu analisei para o Estado de São Paulo, a hierarquia de rendimentos médios que eu encontrei então foi... os rendimentos mais altos: primeiro homens brancos, em segundo vinham os homens negros, em terceiro as mulheres brancas e em quarto as mulheres negras. Então eu peguei esses dados e mostrei nesse Encontro para as companheiras. Mostrando como, se é verdade que a questão racial tinha um impacto muito grande, mas a questão de gênero – a gente não chamava ainda isso, era questão, nem sei se a gente falava de sexo, a gente falava a questão da mulher – tinha um impacto imenso também. E eu passei a jogar luz sobre a desigualdade que havia dentro do grupo negro. A desigualdade entre homens e mulheres também era uma grande desigualdade, que não podia ser desconsiderada em se enfatizar só a desigualdade entre brancos e negros.

Aí, voltando para onde eu estava antes, já no governo de Erundina.

V.A. – Mas eu acho que você ia recuperar...

E.R. – Eu estava falando do Coletivo.

V.A. – Você estava falando do Coletivo, acho você ia recuperar que de 1984 a 88, vocês trabalharam basicamente na esfera do Estado.

E.R. – É, atuamos muito mais na esfera do Estado. Deixamos o Coletivo meio morto, e ficamos lá no Estado. Quando Ida Maria, em 1988, quando a gente viu que o espaço político ia se fechar, nós falamos: “Nós precisamos de um espaço não-governamental.” E aí nós tínhamos duas alternativas: ou a gente recuperava o Coletivo que estava meio amortecido, ou a gente criava um novo espaço. Aí, para a gente recuperar o Coletivo, nós teríamos que, talvez, nos confrontarmos com algumas companheiras com quem tinha havido um certo distanciamento, porque algumas companheiras que tinham ficado mais no espaço do Coletivo, e nós fomos para o espaço governamental. E nós tivemos um ritmo e uma dinâmica de trabalho muito mais intensa, e ficou um certo, digamos, um certo mal-estar, por a gente ter ido muito à frente, digamos, independente do

Coletivo. Sueli em Brasília e eu em São Paulo, com a coisa do Tribunal e outras coisas que ela fez lá em Brasília. A gente teve um destaque que ficava... Não. Ainda não tinha tido. Esse raciocínio não está certo. Isso é no início de 1988. Mas já, digamos, a gente sabia que provavelmente nós teríamos que passar por uma luta com outras companheiras que estavam no Coletivo para poder imprimir ao Coletivo as concepções, as ideias e o ritmo que a gente gostaria de ter. Aí, avaliamos que o custo político de criar uma nova organização era menor do que o custo político de ter que enfrentar um debate interno. E aí então, resolvemos criar o que veio a ser o Geledés. O Geledés foi criado com base, inclusive, nos estatutos que tinham sido elaborados anteriormente para o INEB, aquele que não chegou a nascer. Então nós pegamos e reformulamos, agora já definindo para uma organização só de mulheres. Criamos isso no dia 30 de abril de 1988. Mas ficou *standby*. É uma organização que nós deixamos inicialmente *stand by*. Estávamos com a coisa pronta, os estatutos prontos. Foi diferente do que costuma acontecer. Geralmente as organizações, primeiro elas já têm a existência real e depois é que ela vai se formalizando. No caso do Geledés não. Nós preparamos todos os documentos, deixamos tudo prontinho para a hora em que a gente precisasse detonar, já estava tudo certo. Fizemos estatutos, cuidamos das coisas...

V.A. – Mas chegaram a registrar em cartório e tudo?

E.R. – Registramos, eu creio que sim. Não tenho certeza, mas já estava tudo no forno, só aguardando a hora em que o espaço político governamental se fechasse. Porque a gente não tinha energia e tempo para cuidar das duas coisas. Deixamos lá pronto, na hora em que o negócio fechasse, a gente detonava a organização não-governamental. Aí quando, no final de 1988, a Ida Maria, generosamente, me devolve para a minha Secretaria de origem, e aí eu vou para o governo de Erundina. E aí também, pouco depois se fecha o espaço em Brasília também. Eu agora já não me recordo, ainda é Sarney em 1989?

V.A. – Em 1988 é.

A.P – É. Em 1989 é a eleição.

V.A. – 1990 que é Collor.

E.R. – Por que... Eu sei que o espaço do Conselho Nacional vai se fechando...

V.A. – Eu sei o que é. É o Saulo Ramos.

A.P. – Mudou o...

E.R. – Muda o ministro.

A.P. – Sai o Paulo Brossard e entra o Saulo Ramos.

V.A. – E tem um ainda entre um e outro, o Oscar Dias Correia, mas fica meses. Aí depois entra o Saulo Ramos.

E.R. – Eu sei que o espaço político do Conselho vai se estreitando, estreitando... Eu não sei exatamente os incidentes, o que determina, mas chega um determinado momento em que há uma demissão coletiva. Da presidenta Jaqueline Pitanguí... Eu não sei porque não estava lá, não vivi diretamente. E todas as funcionárias se demitem, acho que eles decidem deixar só uma pessoa para ser a memória, uma pessoa que pudesse permanecer de alguma forma. Todo mundo se demite e Sueli então, volta para São Paulo. Aí, em 1989 então, eu na Secretaria da Saúde, e com mais a Sueli, Deise Benedito, que é uma companheira que vinha também desde o Coletivo de Mulheres Negras, e outras companheiras, a gente começa a operar enquanto Geledés. A primeira atividade que nós realizamos foi, creio que em janeiro, bem no início de 1989, recebemos um pedido, creio que do reverendo Santana, se não me engano, para organizar uma visita do... Como era o nome dele? *Touche pas à mon pote*. Que era presidente do SOS Racismo da França.

V.A. – Nós vimos um cartaz lá no Geledés

E.R. – Exato. Harlem Désir é o nome dele. Harlem Désir vem acompanhado de um outro companheiro dele e nós organizamos então, essa visita de Harlem Désir sem um

centavo no bolso, é claro. Conseguimos um cartaz na Imprensa Oficial, montamos um debate na OAB de São Paulo, conseguimos viatura da prefeitura para ficar subindo e descendo o mapa de São Paulo com ele, conseguimos almoço com o deputado não sei quem, jantar com não sei quem mais, hospedagem... Armamos tudo sem um centavo no bolso e fazemos um grande “boom” na cidade com a passagem do presidente do SOS Racismo. Com isso, essa ideia do SOS Racismo é uma coisa que começa a pintar na nossa cabeça, já havia uma experiência de SOS Racismo aqui, se eu não me engano do IPCN, aqui no Rio de Janeiro. E aí, o que tinha acontecido com a nossa passagem no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e no Conselho Estadual da condição Feminina? Nós tínhamos aprendido certas coisas. Primeiro, nós tínhamos aprendido certas práticas administrativas, como é que você organiza uma instituição, comissões, grupos de trabalho... E tínhamos entrado em contato com algumas agências financiadoras. Então quando há esse processo de fechamento do Conselho Nacional, a Sueli estava em Brasília negociando um projeto, que era justamente um projeto do SOS Racismo, que ia ser um projeto do Conselho Nacional com a OAB, acho que a OAB de São Paulo. Quando o Conselho praticamente fecha, ela então negocia com a Fundação Ford a transferência desse projeto, que seria do Conselho Nacional, para ser um projeto em parceria OAB com o Geledés, o nascente Geledés. Ela negocia isso e entra, a pedido da Ford, entra um terceiro parceiro, que é o Núcleo de Estudos de Violência da USP. Então aí ela está nesse processo de negociação, mas o primeiro financiamento que nós tivemos no Geledés, foi um financiamento da International Women’s Health Coalition. Um contato que eu fiz a partir da minha relação com a Masé lá na Secretaria. Acho que em 1989, eu começo a organizar, em nome do Geledés, junto com a Masé, que era do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, e Margareth Arília, que nesse momento é pessoa física, não tem instituição nesse momento, a gente organiza um seminário nacional sobre morbimortalidade materna. Era um seminário razoavelmente grande e a gente estava...

V.A. – Morbi?

E.R. – Morbi, de morbidade. Morbimortalidade. É que seria morbidade e mortalidade, mas às vezes na Saúde se fala morbimortalidade, é um estudo tanto da morbidade quanto da mortalidade. Então eu começo a organizar este seminário junto com essas

outras companheiras do movimento feminista, é um processo longo a organização desse seminário. Durante o processo de organização desse seminário, a representante da Coalition, International Women's Health Coalition, vem ao Brasil para ver como está o processo de organização, ela nos encontra em um restaurante, aí depois de meia dúzia de parágrafos que conversamos, ela vira para mim e fala assim: “E como está o Instituto da Mulher Negra?” E ela estava extremamente interessada, porque eu era do Geledés, no Instituto da Mulher Negra. E ela vem praticamente assim: ela quer financiar a gente, ela quer nos oferecer algum tipo de apoio. E aí ela se oferece para financiar uma ida minha e da Lúcia aos Estados Unidos, para conhecer o National Black Women's Health Project, que é um projeto, não sei se ele ainda existe. Era um projeto que existia baseado, a sede era em Atlanta, nos Estados Unidos. E aí então, nós vamos em novembro, se eu não me engano, eu e Lúcia vamos...

V.A. – De 1989?

E.R. – De 1989, nós vamos para uma viagem de duas semanas nos Estados Unidos. Aí nós conhecemos o National Black Women's Health Project, conhecemos outras instituições lá em Atlanta, depois vamos para Nova York, conhecemos a Coalition, visitamos várias instituições, conhecemos inclusive a esposa de Malcolm X lá em Nova York. Fomos em cidades, várias coisas... No ano seguinte, acho que já em 1990, sai o financiamento da Ford para o SOS Racismo. Ao mesmo tempo, Carmem Barroso – que foi da Fundação Carlos Chagas no Brasil – ela tinha ido para os Estados Unidos dirigir um programa de população. E ela vem ao Brasil, ela está em busca de projetos interessantes e instituições para financiar. Ela tinha sido minha professora de Metodologia Científica na USP, quando eu estudei Ciências Sociais. Então eu procuro Carmem para falar que nós estamos com essa organização de mulheres negras, se a Fundação MacArthur poderia nos apoiar. Ela demonstra interesse, pede que a gente elabore um projeto. Então a gente elabora um projeto, e aí então, eu creio que é isso – eu não sei se é 1990, 91 –, eu sei que o primeiro grande financiamento é da Ford – a Coalition foi um pequeno para essa viagem, aí vem a Ford. Não, a Coalition só intermédia, mas ela foi fundamental. Aí a Fundação Ford é um grande financiamento, depois a Fundação MacArthur é o segundo grande financiamento. A Ford então vai

financiando o Programa de Direitos Humanos do Geledés e a Fundação MacArthur financiando o Programa de Saúde.

Aí tem uma coisa interessante do registro, do ponto de vista de concepções, é que justamente se definiu o SOS Racismo dentro de um Programa de Direitos Humanos a partir de uma visão e de uma concepção que vem da Fundação Ford. Porque é a área de Direitos Humanos da Fundação Ford que vem a financiar isso, e isso é interessante depois porque aos poucos é que a gente vai conhecendo e dominando essa coisa do referencial, do marco teórico dos Direitos Humanos. Antes pensava apenas em termos de combate ao racismo. Aí que entra dentro desse marco teórico.

Aí eu tenho uma longa experiência no Geledés, eu fiz parte da direção do Geledés desde a sua fundação até quando eu saí de lá. Eu permaneci nove anos no Geledés. O primeiro escritório do Geledés foi um cômodo da minha casa, o telefone era o meu telefone, o arquivo foi um arquivo que eu doeie, a minha mesa de trabalho... E aquele primeiro financiamento que nos permitiu a viagem aos Estados Unidos também tinha uma parte do dinheiro que nós utilizamos para pagar uma menina para trabalhar como secretária, porque ela vinha algumas horas por dia para poder atender telefone, organizar as coisas... Nós estávamos todas em vários lugares, então a gente começou tentando ter uma pessoa profissional administrativa para poder manter a organização, telefonemas, cuidar da parte administrativa... Então eu fiz parte da diretoria do Geledés nos dois primeiros mandatos, depois se mudou a estrutura, passou a ter um conselho diretor e uma coordenação executiva. Aí quando se mudou a estrutura eu passei a fazer parte da coordenação executiva enquanto coordenadora do Programa de Saúde. Então eu, durante todo o tempo em que permaneci no Geledés, estive nesses espaços de direção. Então fui responsável pela formulação do Programa de Saúde, o Geledés, na época, foi a primeira organização negra no Brasil a trabalhar com o tema da Saúde, a considerar que Saúde seria um tema prioritário para a população negra. A formulação que eu fazia então era que você, enquanto está falando de trabalho e de renda etc., você está falando de coisas que as pessoas têm ou não têm, mas quando você está falando de saúde, você está falando da maneira como as desigualdades se corporificam no próprio sujeito. As desigualdades estão na esperança de vida, nas condições de saúde, na saúde mental, no bem-estar físico e mental. Então eu formulava como sendo, digamos, um campo em que as desigualdades raciais se manifestariam da forma mais brutal. Eu creio que o Programa de Saúde do Geledés nesse período, nesses nove anos em que eu fiquei

lá, tenha tido um impacto importante, considerável sobre, especialmente, o movimento de mulheres negras do Brasil. Eu fiz um artigo que foi publicado no livro *Tirando a máscara*, organizado pelo Antônio Sérgio Guimarães e pela Lynn Huntley, em que eu fiz um rápido levantamento a partir de contatos telefônicos com as organizações de mulheres negras que eu conhecia, e constatei que a quase totalidade de todas as organizações de mulheres negras do Brasil trabalhavam com a temática da Saúde, e com questões relativas a direitos reprodutivos... E um momento importante para o Programa de Saúde do Geledés foi a realização do seminário de Itapeverica da Serra, que foi um seminário sobre direitos reprodutivos e políticas públicas, que foi um seminário preparatório a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, que as Nações Unidas realizaram no Cairo em 1994. E esse foi um seminário histórico, um seminário extraordinário...

V.A. – Mas foi o Geledés que organizou?

E.R. – Foi, o seminário. Eu enquanto coordenadora do Programa de Saúde. Seminário esse em que então nós tentamos trazer mulheres de todas as organizações negras conhecidas e grupos de mulheres negras, profissionais de saúde, núcleos de universidades... Nós tentamos abrir o leque e reunir todo mundo, todas as posições, todo mundo que a gente achava que era importante no movimento para vir debater essa questão de direitos reprodutivos e políticas públicas, políticas de população, como falava. E parecia como um empreendimento de alto risco, porque até então, diversas iniciativas, por exemplo, o Primeiro Encontro Nacional, que foi em dezembro de 1988, o Segundo Encontro Nacional foi, creio que em 1992, eu não tenho certeza... Foram momentos de muita tensão política, muitas divergências, muitos rachas... então colocar todo mundo junto era um risco considerável. Mas eu acreditava que isso era possível e que deveríamos tentar fazer isso e tomar todos os cuidados necessários para que a coisa pudesse ter um bom resultado. E a coisa foi feita com muita atenção, uma atenção assim personalizada para cada pessoa, foi um seminário... talvez tenha sido o primeiro seminário do movimento de mulheres negras que aconteceu em um hotel, ainda que um hotel simples. Mas um lugar, digamos, minimamente digno, com refeições adequadas, as pessoas foram recebidas no aeroporto pessoalmente, transportadas... Foi uma organização de alto nível para o momento em que a gente estava vivendo. Até então, as

condições das reuniões normalmente eram precárias, com muitas dificuldades. E esse nós trouxemos, digamos, o que a gente aprendeu no espaço governamental, para colocar no espaço do movimento.

V.A. – E quem pagava o hotel, o traslado etc.?

E.R. – O financiamento deste seminário foi, justamente, feito pela Fundação MacArthur, acho que a Coalition também pôs algum dinheiro, nós já estávamos com os projetos, já tínhamos dinheiro... e colocamos na organização do seminário. Então a gente deu uma qualidade e uma profissionalização no funcionamento, na administração... Eu lembro que nós tínhamos um *laptop*, que nós tínhamos ganho...

V.A. – Muito chique, em 1994.

E.R. – É, mas foi um buffet chiquíssimo. [riso] Nós ganhamos esse *laptop* de uma estagiária canadense, uma jamaico-canadense que estava conosco lá no Geledés, fazendo um estágio lá com a gente, a Anne Phillips, uma pessoa extraordinária. E ela, não somente nos ajudou muito na concepção, nos temas, ela tinha conhecimentos porque ela estava muito mais desenvolvidas do que nós do ponto de vista do debate sobre bioética e outras coisas assim... Como fazia parte do acordo com a gente que ela doaria o *laptop* que ela trouxe para o Brasil, ao final da permanência dela, ela doaria esta maravilhosa máquina para nós. Então, o que aconteceu? Nós tínhamos um instrumento de trabalho extremamente ágil, que ninguém nunca nem tinha visto. E aí, por exemplo, no sábado, a gente entrou no seminário sem definir qual seria o produto, o que a gente ia tirar de lá. A gente queria tirar uma declaração, mas o risco político parecia ser tão grande, que dizer que a gente iria fazer isso, já era uma coisa que poderia colocar em risco. Então nós não chegamos dizendo nem propondo nada. Mas ao longo do dia de sábado as coisas que foram acontecendo, os debates, a riqueza das coisas, foi tão extraordinário, que foi surgindo do próprio grupo: “Nós temos que tirar alguma coisa daqui. Nós não podemos ir embora simplesmente assim, sem tirar um documento, uma declaração.” O pessoal: “Está bom.” Aí então se tirou uma comissão, no sábado à noite, sentamos com o maravilhoso *laptop* e redigimos a proposta de declaração, acho que tinha uma impressora também, ou o hotel, não sei como é que foi. Eu sei que no dia

seguinte, às nove horas da manhã, quando as pessoas sentaram na sala, no lugar de cada participante havia uma proposta de declaração. Foi...

V.A. – Buscar no aeroporto, levar para o hotel e ainda ter proposta de declaração...
[riso]

E.R. – Ter a proposta escrita na sua frente para você emendar... E aí, essa plenária final foi as pessoas apresentando emendas: “Suprime isso, acrescenta aquilo...” E uma condução democrática, em que todo mundo tinha direito a palavra, e que todo mundo podia participar, e todas as propostas eram aceitas, a menos que houvesse divergências na platéia: “Bem, vamos decidir.” E o compromisso era: “Todas as sugestões serão incorporadas ao texto.” Enfim, foi simplesmente...

V.A. – E o que diz a declaração?

E.R. – Essa declaração ela é uma declaração histórica, eu considero assim e muita gente também, porque ela define a posição das mulheres negras em relação às questões de direitos reprodutivos e políticas de população. Então essa declaração é o primeiro documento assim público, de um conjunto representativo de mulheres negras, em que o movimento de mulheres negras assume, por exemplo, o conceito de direitos reprodutivos. As mulheres negras assumem como um direito, o direito a regular a sua própria fecundidade, mas consideram que essa questão do direito a regular sua própria fecundidade, não pode se restringir a simples questão do acesso aos métodos contraceptivos. Há políticas públicas macroeconômicas que têm um impacto sobre essas questões. Então, além do acesso aos métodos contraceptivos, à informação etc., as mulheres negras precisam ter condições dignas de vida. É preciso que elas tenham trabalho, que elas tenham acesso à educação, que elas tenham um sistema de saúde que funcione, não ter acesso à pílula ou a camisinha, ou o que quer que seja. É preciso que você tenha um sistema único de saúde garantindo de fato o direito à saúde. Então, é colocada toda um ênfase nessa questão dos direitos, da saúde como um direito e da não-separação desses direitos sociais mais amplos das questões da reprodução. Em um determinado momento da declaração, por exemplo, se diz que não se pode tratar os direitos sociais como uma questão privada e os direitos reprodutivos como uma questão

pública. Porque nesse debate, o fio da navalha dessa dificuldade de se distinguir direitos reprodutivos de controle de natalidade e de políticas de população, frequentemente, agências com um cunho controlistas, ou Estados com políticas com um cunho controlista, querem controlar a fecundidade das mulheres como se fosse uma questão do Estado, o Estado vai controlar a fecundidade da mulher e o problema da sobrevivência é um problema dela, o Estado não assume nenhuma responsabilidade. Então a gente exige que o Estado assuma seu papel enquanto responsável por garantir os direitos sociais. Direitos esses que no bojo, no âmbito do exercício desses direitos sociais amplos é que pode-se colocar o exercício dos direitos reprodutivos. Então há uma recusa de políticas controlistas, há uma recusa de interferência, é até dado uma ênfase muito grande a questão do HIV AIDS. É um momento em que o movimento feminista ainda está hesitante em entrar no tema da questão da AIDS, porque a prevenção da AIDS, em um primeiro momento, é chocante para o movimento feminista de cunho mais tradicional. Porque a ênfase toda do movimento feminista até então é de abrir o leque de opções contraceptivas. Aí vem o trabalho de prevenção da AIDS vem e se coloca: “Use camisinha.” Então há uma ênfase numa a redução para um único método, e ainda um método que naquele momento é usado pelo homem. Então, para o movimento feminista...

[FINAL DA FITA 3-B]

V.A. – ...De Itapeccerica da Serra em 1993.

E.R. – É , acho que é 1993. O que eu dizia é o seguinte: na minha percepção, o movimento feminista de mulheres brancas, ele tem inicialmente uma dificuldade de assumir o trabalho de prevenção contra o HIV AIDS, porque isso entra em choque com essa matriz do leque de opções, que era uma coisa importantíssima para o movimento de mulheres que trabalhava com as questões da saúde. No nosso caso, enquanto mulheres negras, como a gente vem de uma outra matriz política, e eu percebi muito inicialmente que a AIDS seria uma prioridade para a população negra, nós não tivemos nenhuma dificuldade de assumir de pronto a necessidade de dar prioridade ao trabalho de prevenção à AIDS. Estava muito claro que haveria uma conjugação de fatores que tornava a população negra especialmente vulnerável à AIDS. Desde, digamos, o menor

acesso aos serviços de saúde, o menor acesso à informação, o fato de que a compreensão da questão da AIDS é uma coisa complexa, complicada, poderíamos dizer assim, a história natural da doença. O fato de ser uma doença sexualmente transmissível, o que levaria a que todos os estereótipos em relação a homens negros e mulheres negras, seriam fatores que estariam presentes, estariam jogando na questão da vulnerabilidade que homens e mulheres negras estariam submetidos. Fatores de ordem social e econômica, se você pensar: setores marginalizados da população que poderiam trabalhar como trabalhadores ou trabalhadoras do sexo. Havia uma série de coisas, que de cara eu já sabia, sem nenhum dado epidemiológico eu já sabia: “Isso vai ser prioridade para nós.” E de tal forma que... Isso deve ser... Não sei que ano que é... Enfim, nós fizemos o primeiro vídeo sobre mulher e AIDS no Brasil, que foi o *Todos os dias são seus*. Um vídeo que nós fizemos em parceria com um grupo feminista da área de comunicação. Elas queriam fazer um vídeo e queriam fazer algo que fosse sobre a temática da AIDS, e aí eu tinha escrito um artigo no Caderno Geledés número 1, *Mulher Negra e Saúde*, foi o Caderno Geledés número 1, eu escrevi um artigo que chamava... *Aids, cara sexo...* Não lembro. Eu sei que eu já coloco a história do feminino, a questão de raça, em que eu abordo um pouco essas coisas que eu estou dizendo para vocês. E aí, por conta desse artigo que já saiu no primeiro Caderno Geledés, isso é 1992 – acho que é 92, nós fizemos o lançamento. O Programa de Saúde foi lançado junto com dois Cadernos, aí tinha o 1 e o 2. O 1, que era *Mulher Negra e Saúde*, passava desde essa discussão epidemiológica do porquê saúde era prioridade, tinha artigo sobre AIDS, tinha um artigo sobre os grupos de autoajuda que nós tínhamos conhecido lá em Atlanta, foi Lúcia que fez essa matéria. E aí esse grupo Com Mulher queria fazer o vídeo e veio procurar a gente, e aí nós fizemos em parceria. Usamos esse artigo como a base do argumento, ganhamos um concurso da ABVP, Associação Brasileira de Vídeo Popular. No concurso nós ganhamos os recursos para fazer o vídeo. Aí fizemos este vídeo, que eu também acho que foi um vídeo histórico. As meninas do Com Mulher eram pessoas muito sensíveis, especialmente uma delas com toda uma alma de poeta, e este vídeo foi feito com mulheres que eram HIV positivo. Então pensa: em 1992 fazer vídeo com mulheres HIV positivo olhando de frente para a câmera. Era em um momento em que nos vídeos, as pessoas todas na sombra, de costas... e elas falam mostrando a sua cara de frente, falando do que é viver com o HIV. Mulheres negras e brancas. E a gente vai tentando colocar de alguma forma a questão racial na AIDS,

ainda pouco articulada, mas é um vídeo muito bonito. O título é uma citação de um verso de Fernando Pessoa, *Todos os dias são seus*, quando ele fala que: “Na vida só existem duas datas: a data do nascimento e a data da morte. Entre essas duas datas, todos os dias são seus.” Você escolhe o que faz com eles. Foi muito legal isso, então, fizemos a partir daí muitos trabalhos na área de prevenção de AIDS, e o outro carro-chefe do trabalho do Programa de Saúde foi essa temática da esterilização. Por conta disso, e eu estava lá na Secretaria da Saúde no governo da Erundina, então a partir da Secretaria, eu participei de uma comissão organizada pelo Conselho da Condição Feminina de São Paulo, que elaborou uma proposta de regulamentação da esterilização.

V.A. – Esse Conselho é o estadual ou é da prefeitura?

E.R. – Estadual.

V.A. – Mas ainda estava aquela Ida Maria, não?

E.R. – Não. Já não estava mais ela. Eu nem sei mais quem estava, mas com certeza não estava mais ela. Então se discute uma proposta de regulamentação que depois vai ser debatida no Congresso Nacional, apresentada pelo deputado Eduardo Jorge. Quando o Eduardo Jorge apresenta um projeto de regulamentação do planejamento familiar, do artigo da Constituição Federal que fala de planejamento familiar, e a ênfase principal era a regulamentação da esterilização. Ele apresenta uma proposta porque tinha sido apresentado um projeto lá no Congresso Nacional vindo de um deputado que eu não me lembro mais o nome, que ele era vinculado a essa área de crianças com Síndrome de Down. Então esse outro deputado tinha apresentado um projeto de legalização da esterilização de portadores da Síndrome de Down. Quando o Eduardo Jorge viu aquilo, e ele tinha sido secretário de Saúde, ele volta para a Câmara, ela fala: “Tenho que chamar as feministas aqui.” Então ele faz uma mesa redonda no Congresso Nacional, se abre um grande debate nacional que leva... eu não lembro mais qual é o tempo, não sei se é meses ou anos, porque foi muito intenso. Acaba resultando na Lei de regulamentação do planejamento familiar. E teve uma CPMI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, existe um relatório dessa CPMI, que foi instalada a partir de requerimento da Benedita da Silva na Câmara e de Eduardo Suplicy no Senado. Eles

dois apresentaram um requerimento pedindo a constituição dessa CPMI. A CPMI é realizada de uma forma meio conturbada. Se faz então um projeto de Lei baseado nessa proposta de regulamentação que tinha sido discutida aqui em São Paulo, mas com algumas modificações e com polêmicas muito intensas. Além da polêmica com a Igreja Católica que não podia admitir nada, nem mesmo a própria camisinha, posição oficial. Mas especialmente a questão da esterilização. E um dos temas mais polêmicos é a idade mínima para se aceitar, se regulamentar a esterilização. A proposta do movimento feminista branco era uma proposta de que não deveria haver... a idade mínima seria idade para ser considerada adulta, cidadã, que seria 21 anos de idade. Eu tentando, de alguma forma, expressar as preocupações de setores do movimento negro com essa questão, eu assumo uma posição de uma idade superior do que os 21 anos de idade. Eu propunha que fosse 25 anos, que era a proposta que acho que foi feita aqui em São Paulo. O movimento feminista discute a contradição entre por que, se um indivíduo aos 21 anos é considerado maior de idade, pode ser eleito, é eleitor, tem todos os direitos, por que não teria direito de tomar uma decisão acerca do próprio corpo. Eu reconheci que, do ponto de vista do princípio filosófico, pode ser contraditório, mas eu disse: “Nesse ponto eu vou ser pragmática. A minha referência vai ser uma questão pragmática, muitas mulheres certamente se esterilizarem nessa faixa de idade, depois poderão se arrepender. E o custo de uma reversão de esterilização é alto. E certamente muitas mulheres não terão acesso a uma reversão depois, caso se arrependa. Além do que, nós sabemos as dificuldades aqui no Brasil.” E é o momento em que a esterilização estava crescendo muito, especialmente na região nordeste no Brasil, alto percentual de mulheres negras. Então tínhamos um temor que, de alguma forma, a ênfase na esterilização estivesse voltada justamente para as populações pobres e mulheres negras. E uma regulamentação com uma idade muito baixa, nós temíamos que isso pudesse aumentar ainda mais a verdadeira epidemia de mulheres esterilizadas. Assumi a contradição, defendi 25 anos, mas como a coisa ficou, no final do projeto, ficou 21 anos e o mínimo de dois filhos. O princípio do mínimo de dois filhos eu não aceitava, junto com o movimento feminista, porque aceitar um número mínimo de filhos significaria aceitar que o Estado podia regulamentar o tamanho da família. Implicitamente, como princípio, uma família boa é uma família de um determinado número de filhos. Então a partir do princípio de que deve haver uma liberdade de escolha dos cidadãos, então eu não aceitava essa coisa dos dois filhos.

No livro que publica os anais dessa CPMI tem depoimentos de quatro mulheres negras, eu sou uma das quatro e há outras companheiras. Quatro ou três? Acho que três: eu, Jurema Werneck do Criola e Luísa Bairos, que então era do MNU. Enfim, foram três mulheres brancas e três mulheres negras nessa CPMI. Há um debate acerca da esterilização e ele é bastante importante para a constituição do movimento de mulheres negras enquanto um ator político nacional. Muitas atividades se deram no bojo dessa discussão, desse debate da esterilização.

V.A. – Você sabe dizer de quando que é a Lei?

E.R. – A Lei, deixe-me ver... Deve ser... Eduardo Jorge estava no Congresso Nacional... Deve ser durante o governo do Maluf, em termos de São Paulo. Não. Governo Pitta. É depois de Erundina, ou é durante o final do Governo Erundina? Não sei, a memória me falha. Ou é final do governo Erundina, ou é durante o governo do Pitta, por aí.

V.A. – É a Lei de regulamentação do planejamento familiar?

E.R. – Do planejamento familiar. É a Lei que regulamenta o parágrafo lá do planejamento familiar. Uma Lei com uma participação social muito grande, muito grande o debate. Outra coisa que eu faço nesse período, enquanto eu estava lá no Geledés, eu fui a coordenadora regional da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos por dois turnos. Na qualidade de coordenadora da Rede Feminista, eu conduzi, a partir de São Paulo, tive um papel importante em uma campanha que a Rede Feminista levou então, que foi derrotar, acho que, a PEC 25, uma Proposta de Emenda Constitucional apresentada... Como é que é o nome do deputado de Pernambuco? É um deputado bastante conservador, vinculado a Igreja Católica, a setores conservadores da Igreja Católica, em que ele propunha o direito à vida desde a concepção. O que significava que tornaria ilegal, no Brasil, qualquer tipo de aborto. O aborto se tornaria ilegal em qualquer circunstância, em qualquer caso. Seria um retrocesso em relação ao código penal da década de 1940, porque o código penal brasileiro exclui de criminalizar o aborto em dois casos: quando a gravidez resulta de estupro e quando a gravidez coloca em risco a vida da mulher. E aí... o nome do homem está bem na ponta da língua...

V.A. – A gente acha.

E.R. – Enfim, então foi uma luta ferrenha para a gente derrotar esta PEC, foi um processo de mobilização nacional. Foi uma experiência também muito forte, muito interessante. Em um momento em que não existia e-mail, e a gente mobilizar o mulherio a nível nacional utilizando fax e telefone... Eu nem consigo imaginar o que era a vida da humanidade antes da existência do e-mail. Parece que foi assim há anos luz de distância. É Severino, esqueci o sobrenome dele.

Outra coisa interessante lá na Secretaria da Saúde foi participar da criação do primeiro serviço de aborto legal do Brasil, no Hospital do Jabaquara.

V.A. – Aí, na Secretaria...

E.R. – Na Secretaria da Saúde. Então eu participei da elaboração da proposta da portaria que criou o serviço de aborto legal, participei dos processos de avaliação dos hospitais, de sensibilização dos profissionais da Saúde... essa foi também uma experiência muito importante e que teve muito impacto em termos de políticas públicas posteriormente. Porque o Hospital do Jabaquara passou a ser como um modelo para todos os outros hospitais em que foram criados serviços de aborto legal. Foi impacto na América Latina, foi uma coisa muito importante em termos de políticas públicas. Aí, eu tinha que, de alguma forma, encontrar um espaço para poder colocar as questões raciais na Secretaria da Saúde, e a oportunidade veio, justamente, com a proposta de introdução do quesito cor no Sistema Municipal de Informação em Saúde. Então, o que eu fiz? Eu articulava o movimento negro fora da Secretaria para o movimento vir demandar a Secretaria a necessidade disso. E dentro da Secretaria eu conversava com o secretário, falando para o secretário que aquela coisa era importante e que ele deveria fazer isso. Então eu fazia um trabalho por dentro e por fora para que houvesse a possibilidade política da criação dessa proposta. Então o movimento fez essa demanda, o secretário Eduardo Jorge, na época, aceitou, de repente Eduardo... não sei que avaliações que houve, que era importante o retorno dele para o cenário nacional no Congresso, ele então ia sair da Secretaria, ia voltar para a Câmara. No último dia da permanência dele na Secretaria eu me dei conta que esse acordo dele não tinha sido escrito, não havia um documento. Eu falei: “Meu Deus. E se o próximo secretário não concordar com a

proposta do Eduardo?” Eu fui e falei com ele: “Eduardo, nós não fizemos uma portaria...” Ele falou: “Você acha que é importante?” Eu falei: “Acho.” Ele falou: “Então vai. Escreve agora e me traz para assinar.” Aí eu desci e escrevi uma portaria, que acho que tem uns dois parágrafos, determinando a introdução do quesito cor. Isso então foi publicado em Diário Oficial, com data atrasada, e a partir daí foi feito então um seminário, *O quadro negro da Saúde: implementação do quesito cor no Sistema Municipal de Informações em Saúde*, já com o novo secretário, Carlos Néder. E para esse seminário então, nós convidamos gerentes, pessoas responsáveis pelos núcleos de Epidemiologia na Secretaria. Isso então entrou no Sistema de Informação. Aí, um problema era que frequentemente esta informação era subregistrada. Muitos funcionários não registravam essa informação por considerar desnecessário. Então nós fizemos alguns seminários, algumas atividades de sensibilização dos funcionários, especialmente na zona leste em São Paulo, em que havia militantes negros lá nos distritos de saúde. Então nós fizemos atividades de sensibilização dos funcionários, para mostrar porque era relevante a questão de discriminação e tudo mais... Houve relatos impressionantes que a gente pôde ouvir, de coisas que se passam dentro do Sistema de Saúde e que configuram situações de discriminação racial.

V.A. – Então, por que era relevante?

E.R. – Por que era relevante? Era relevante primeiro porque nós precisávamos ter um diagnóstico das condições de saúde da população negra na cidade de São Paulo. Isso só é possível se você tem a informação de raça ou cor. A negação da informação tem sido um dos instrumentos mais virulentos, existentes no Brasil, produto do racismo e da discriminação. É justamente a negação da informação. Um problema sobre o qual você não tem informação, ele não existe. Você não pode combater o que não existe. Se não está documentado, a desigualdade não existe. Então nós já vimos há décadas lutando para que todos os sistemas de informações públicas no Brasil, acerca da população, tenham essa informação. Seja no trabalho, na educação, na saúde, habitação, acesso ao crédito, ao capital... Tudo isso precisa ter informação. Antes que movimento negro reivindicasse no Brasil, o único lugar em que se registrava a cor era na polícia. O Estado brasileiro só estava interessado em saber, em comprovar que os negros são marginais e que cometem crimes. Então nós precisamos ter informação do outro lado da moeda.

Quais são as condições sociais existentes, que conduzem a população negra a uma situação de marginalidade? E para isso a gente precisa dessas informações. Então São Paulo se tornou...

V.A. – Você estava falando dos relatos que comprovaram. Por exemplo?

E.R. – Aí, são experiências que os funcionários falavam, de coisas que acontecem, que a gente abria espaço para que as pessoas relatassem: “Será que tem discriminação, tem racismo...” Nós ouvimos coisas do tipo: recusa, seja por parte de profissionais ou por parte de pacientes, de contatos com pessoas negras. Por exemplo: relatos de pessoas em uma mesa de operação e que se recusavam a serem operadas por um médico negro; situações em que uma mulher negra chega em um pronto-socorro, ele está tendo um aborto, ela chega sangrando e as pessoas deixam ela em cima de uma maca, exposta, sem colocar um lençol em cima. Coisas assim, que para quem não vive o cotidiano, pode parecer, às vezes, coisas sutis. Mas será que a discriminação... Sabe assim: não garantir o mínimo de privacidade a uma mulher em uma situação desse tipo. Então esse tipo de relato foi apresentado por funcionários que sentiam a discriminação, seja enquanto trabalhadores, ou que percebiam acontecendo em relação à população usuária do serviço de saúde. Fizemos dramatizações em que os funcionários apresentavam situações de conflitos inter-raciais no cotidiano dos postos de saúde. Foi uma coisa muito interessante, coisa que demonstra que sem um processo de sensibilização dos funcionários, você não consegue que essa informação seja sequer coletada. Então não basta ter o quadrinho lá no prontuário, é preciso que os funcionários compreendam por que essa informação está lá. E era muito polêmico, inclusive, porque a proposta é que a gente deveria seguir a metodologia do IBGE quando realiza o Censo e a PNAD. Portanto, deveria ser autodeclaração, com base nas cinco categorias de cor, e muitos funcionários se sentiam constrangidos em virar para a pessoa e perguntar: “Qual é sua cor?” Diziam: “Mas como que eu vou fazer uma pergunta dessa se tem um negão na minha frente, como é que eu vou perguntar para ele: Qual é a sua cor?” Então a gente tinha que falar da importância, e da importância de explicar por que o sistema de saúde estava perguntando essa informação, a necessidade de poder ter os diagnósticos comparativos... Depois de alguns anos, algum tempo, não sei, o Núcleo de Epidemiologia e Pesquisas da Secretaria Municipal de Saúde, foi capaz de analisar

algumas informações, foi capaz de demonstrar, por exemplo, a relevância da hipertensão arterial entre as mulheres negras, comparada com o restante da população. O Proaem já tinha essa informação, então é mais fácil você ter mortalidade do que de morbidade. Morbidade é sempre mais complexo.

V.A. – São cinco categorias, isso me interessou bastante. Eu estava falando com o Amílcar, por causa desses seminários de sensibilização dos funcionários... Como que ele vai identificar a cor? O que é ser negro no Brasil? São cinco categorias que então, que ele teria que responder, mas era autodeclaratório.

E.R. – Autodeclaração. As categorias oficiais do IBGE são: branca, preta, parda, amarela e indígena. São essas as cinco opções. E aí o sujeito escolhe. Eu pergunto para você: qual é sua raça ou cor? O que você disser... Eu digo são essas as cinco categorias oficiais: branca, preta, parda, amarela e indígena. Qual é a sua raça ou cor? Se você responder para mim: indígena. Eu vou colocar: indígena. Se você responder para mim: parda. Eu vou colocar: parda. Porque a metodologia proposta pelo IBGE é a da autodeclaração. Às vezes há pesquisas, ou há atividades que propõem tanto a autodeclaração quanto a classificação pelo pesquisador ou pelo funcionário. Às vezes se prefere ter as duas informações e comparar. Ou se prefere ter a hetero, ou seja, o funcionário classifica. Mas você tem sempre um viés, não existe objetividade possível nisso. É sempre o olhar de quem está vendo, ou o próprio sujeito como se vê, ou um outro que o vê. Nem sempre há unanimidade em relação à classificação.

V.A. – Eu achei isso interessante porque depois, mais tarde, você vai voltar para os Estados Unidos, passa seis meses lá...

E.R. – Em Harvard estudando isso.

V.A. – E como você tem essa experiência nos Estados Unidos, e lá é muito mais claro...

E.R. – Embora lá...

[FINAL DA FITA 4-A]

E.R. – ...Dessa coisa do quesito cor?

V.A. – Dessa questão: o que é ser negro? A partir da sua experiência lá também, nos Estados Unidos.

E.R. – Não me referindo aí especificamente aos Estados Unidos, mas eu trabalho com a noção do ser negro a partir... Tem dois referenciais possíveis, acho que são dois, não sei se são dois ou três. Mas, primeiro considero negro todos os descendentes de africanos, um primeiro referencial. Todos os descendentes de africanos são negros. Um segundo referencial é: quem se considera como tal. Você tem que ser descendente de africano, e segundo, você tem que se considerar como tal.

V.A. – Como descendente ou como negro?

E.R. – Como negro. É negro quem diz que é negro. E terceiro, um terceiro referencial é: quem é tratado como tal. Ou seja, quem sofre discriminação. Você pode levar em conta, você pode enfatizar um desses três referenciais. Ou seja, pode acontecer, digamos, um indivíduo que é descendente de africano, é percebido como negro, mas não se considera como tal. Se ele diz que ele não é, para mim ele não é. Para mim vale a declaração do sujeito, como referencial antropológico, aí no caso. O sujeito tem que se definir, tem que dizer o que ele é. Agora, do ponto de vista, digamos, da ocorrência da discriminação, o que pesa mais é como os outros o percebem. Se você não é percebido como negro no Brasil, você poderá não sofrer discriminação, embora você se sinta enquanto tal e se considere enquanto tal, e tenha uma identidade racial de negro. Então dependendo do que está em foco, você enfatiza mais a percepção do outro ou a percepção do próprio sujeito. E na minha forma de ver, não há uma possibilidade de uma objetividade absoluta disso. Não há um limite possível a partir do qual você diz: vai haver uma unanimidade de opinião acerca de onde está a fronteira, onde termina o negro e onde começa o branco. Eu acho que não há objetividade possível. É uma questão que passa pelo olhar, seja do próprio sujeito ou seja pelo olhar do outro. Essa questão é extremamente relevante no momento em que vai se começar o processo de formulação das políticas de ação afirmativa, em que você vai definir quem são os

beneficiários destas propostas. Mas eu continuo me atendo à este referencial, que eu acho que é um referencial produzido pelo movimento negro ao longo de décadas, que eventualmente se começa, alguns começam a ficar em dúvida se você deve ou não, trabalhar com a autorreferência. Eu mantenho essa posição, acho que devemos trabalhar com a autorreferência.

Mas... Eu estou tentando retomar o fio histórico. Estou no cronológico. Não sei se volto para o cronológico ou embarco nessa discussão...

V.A. – A gente pode depois voltar. Se você quiser embarcar nessa discussão, depois...

E.R. – Vamos no cronológico, depois a gente volta para isso aí. Estava lá... Erundina termina, deixa eu ver... O que é relevante, mais ainda nesse período do Geledés, é que eu tenho uma importante experiência internacional representando o Geledés, normalmente em espaços vinculados ao movimento de mulheres na área da saúde. Minha inserção, nesse período do Geledés, a minha inserção é fundamentalmente nesse lugar. Eu era coordenadora do Programa de Saúde, então a minha participação internacional é fortemente vinculada à eventos na área de saúde da mulher. Uma experiência internacional considerável. Estive, sei lá... nas Filipinas, estive no Cairo, Dinamarca, Canadá, diversos países do mundo, Índia, Malásia, Colômbia, diversos países, sempre em eventos ligados à área de saúde da mulher. Então a minha militância estava especializada, era uma militância especializada nesta área de saúde. O Cairo é o momento importante, em 1994, porque a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, foi a primeira conferência em que o governo brasileiro incorpora a representação da sociedade civil na delegação oficial do Brasil. Aí o governo brasileiro admite três representantes nessa delegação oficial, que foram: Jaqueline Pitanguí, representante da Comissão de Cidadania e Reprodução, comissão da qual eu também fazia parte; a que foi também presidenta do Conselho, que é daqui do Rio... Rosiska Darcy de Oliveira que vai representando... nem lembro a ONG que ela tinha na época, esqueci; e eu fui representando a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Então aí é a minha primeira experiência mais forte, em termos de uma conferência internacional, mas ainda bastante limitada. Ainda não entendia muito bem o mecanismo da coisa, mas tive uma breve experiência colaborando com o embaixador brasileiro, vendo como é que era o mecanismo de formulação, de elaboração de

emendas, os negócios... Mas foi uma experiência pequena porque a delegação era grande, era uma disputa tão grande de todo mundo para poder estar lá grudada nos embaixadores que a experiência foi pequena. Mas já foi, digamos, um aperitivo. Foi a Conferência do Cairo. Tinha participado também aqui no Rio de Janeiro da Conferência de Meio-Ambiente, no Planeta Fêmea, mas no espaço não-governamental. Cheguei a ir à Copenhague na Cúpula Social, mas também no espaço não-governamental, em um projeto que eu participava. Aí, o que acontece é que em 1997 eu acabei saindo do Geledés e, com toda a minha equipe do Programa de Saúde, nós criamos a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, uma organização que foi criada, inicialmente, pela equipe do Programa de saúde do Geledés. E aí aos poucos a Fala Preta! foi se ampliando para outras temáticas. Inicialmente ela era especializada na área de saúde, mas aos pouquinhos ela foi trabalhando com outras temáticas também, envolvendo direitos humanos, educação ambiental, um forte trabalho com jovens, capacitação de jovens, outras coisas... A Fala Preta! foi criada em 1997 e no ano seguinte eu consegui essa bolsa para Harvard. Aí eu fui e fiquei cinco meses lá no Harvard Center for Population and Development Studies. Eu fiquei cinco meses lá, foi um período muito legal porque eu só tinha que estudar, escrever, coisa boa. E tendo acesso a uma coisa maravilhosa, que são as bibliotecas de Harvard, que é a coisa mais extraordinária do mundo. Com a minha carteirinha eu poderia ter acesso a todas as 100 bibliotecas da Universidade, aos seis milhões de livros. E ao mesmo tempo uma experiência difícil: que é você se confrontar com os seus limites. Porque os limites não estão nos recursos, os recursos estão todos oferecidos para você. E os limites estão na tua capacidade de usar todos os recursos que estão disponíveis, na tua capacidade de estudar, e de decodificar, e de dominar as tecnologias de comunicação que eu ainda estava arranhando. Quando eu fui para lá... eu aprendi a usar e-mail lá em Harvard praticamente. Então foi uma coisa assim extraordinária, uma coisa muito interessante, de consultar livros extraordinários do Brasil, que estavam lá nas bibliotecas de Harvard. Documentos do IBGE que estão lá... foi um negócio muito legal, foi uma experiência muito boa para mim. E ao mesmo tempo, a partir de 96, no finalzinho do meu período no Geledés, e depois já na Fala Preta!, eu participei deste projeto que se chamou *Iniciativa Comparativa de Relações Humanas*, um projeto que pretendia estudar e comparar relações raciais no Brasil, Estados Unidos e África do Sul. Essa foi também uma experiência extraordinária na minha vida.

V.A. – Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso.

E.R. – Esse projeto, a diretora é Lynn Walker Huntley, uma ex-funcionária da Fundação Ford. Uma mulher extraordinária que, ao sair da Fundação Ford, ela foi para uma ONG de Atlanta chamada Southern Education Foundation. Ela então cria este projeto e, que a gente sabe, é a primeira vez que se tenta fazer esse estudo comparativo triangulado, Brasil, Estados Unidos e África do Sul. Ela reúne um grupo de trabalho e consultivo internacional, que deveria ser integrado por doze pessoas. A ideia é que teria assim: um homem negro, um homem branco, uma mulher negra e uma mulher branca de cada um desses três países. E aí, ela passou pelo Brasil, ela conhecia inicialmente a Sueli Carneiro mais do que a mim. E havia um requisito para poder integrar este grupo, que era ser fluente em Inglês. Além de entender da questão racial, tinha que ser fluente em Inglês, porque as reuniões do grupo seriam em inglês e não haveria tradução. Então o fato de saber falar inglês e ter fluência no inglês, foi um fator decisivo. Eu não era a única militante negra do Brasil fluente em Inglês, mas era uma das poucas e por alguma razão a Lynn me convidou, e eu passei a integrar este grupo que era composto por figuras extraordinárias. Por exemplo: um dos membros do grupo era Franklin Thomas, ex-presidente da Fundação Ford. Era um dos meus coleguinhas de trabalho. Então eu me sentia assim como Alice no país das maravilhas provavelmente, ou algo semelhante.[riso] Outra membra dos Estados Unidos era Glória Steinem, que é uma feminista histórica. Foi a mulher que inventou a palavra miss. O tratamento que deve ser dado às mulheres em inglês, independente do seu estado civil. Ela transformou até a maneira como a língua deve se dirigir às mulheres. Alguns assessores, não membros do grupo de trabalho, mas membro do grupo: Alexander Neville, que foi companheiro de Mandela na prisão em Robben. Pelo Brasil ela convidou Milton Santos, que não aceitou porque falou que estava muito ocupado, ele achou que não seria relevante. Ele não aceitou o convite e ela não o substituiu. Então eu fiquei sendo a única negra brasileira no grupo, porque o Milton Santos não aceitou o convite. E os brancos eram: Paulo Sérgio Pinheiro, que já era relator especial das Nações Unidas para o Burundi, já tinha tido mil funções públicas nessa questão; e Ana Maria Brasileiro, que trabalhava no BID. Eu não me lembro dos outros membros, mas enfim, era um grupo de altíssimo nível, e eu me sentia realmente como a mais júnior da equipe no início. Eu precisei de um

tempo para eu me sentir integrante daquele grupo, e me sentir empoderada o suficiente para falar o que eu pensava e manifestar as minhas opiniões, porque o peso das pessoas que compunham o grupo era muito grande. Além do que, essa saída do Geledés se deu logo, quase que, no início deste projeto, e eu estava passando por um processo, tanto pessoal quanto político, delicado. Eu havia perdido meu pai, e quase simultaneamente eu perdi meu pai e depois saí do Geledés, a organização que eu havia fundado e que eu tinha permanecido por nove anos, então já eram muitas mudanças na minha vida. E até a poeira assentar eu precisei de tempo para poder abrir a boca e sentir que eu tinha esta capacidade, e poderia falar em pé de igualdade com essas pessoas e tudo. E teve algumas conferências muito interessantes, e reuniões que aconteceram... Era Estados Unidos, África do Sul e Brasil, estava sempre rodando nesse triângulo. Nesse meio tempo eu fui para Harvard. Uma das conferências que foi na África do Sul, eu já estava em Harvard. Então esse projeto, eu acho que representou para mim um processo de empoderamento muito forte. E acesso à informações, e acesso à pessoas. De tal forma que quando se inicia o processo preparatório para Durban, tem um momento do qual eu não participei e que foi em Belaggio na Itália, uma reunião em que a Lynn Walker Huntley estava presente – eu não sei se ela organizou, mas ela teve um papel importante na organização desta reunião em Belaggio, juntamente com Gay McDougall, que é de uma ONG que se chama hoje Global Rights, na época se chamava International Human Rights Law Group. E nessa reunião de Belaggio é quando se discute os objetivos da conferência, o formato que a conferência deveria ter, e esse tipo de coisa. Então algumas dessas pessoas estavam lá em Belaggio conversando. Eu não estava lá, mas depois eu vim a ver os documentos. E o projeto da Iniciativa Comparativa das Relações Humanas era para ter se encerrado em Cape Town na África do Sul em 2000, uma última conferência. Conferência essa, que já aconteceu em junho, após a realização da primeira PrepCon do processo de Durban, que foi em maio em Genebra. Eu não participei da primeira PrepCon. Aí em junho tem o que deveria ter sido a última conferência da Iniciativa Comparativa. Foi um momento extraordinário para mim. Nessa conferência tinha 22 brasileiros. Pela primeira vez eu vi uma conferência internacional em que você tinha uma presença maciça. Porque era maciça, 22 militantes negros em uma conferência internacional. Foi a primeira vez que eu vi isso acontecer, foi lá em Cape Town. E nesse grupo de 22 pessoas estavam alguns dos mais importantes militantes do movimento negro brasileiro. E apesar das fraturas políticas, das

dificuldades de relacionamento pessoal que havia entre algumas pessoas, nós tivemos um desempenho extraordinário como um grupo. Poderia dizer assim: “Apesar de nós, nós tivemos um desempenho extraordinário.” E o Brasil foi a bola da vez naquela conferência. Abdias estava lá, Elisa Larkin estava lá, Hélio Santos estava, eu, Sueli Carneiro estava, o Ivanir estava lá, Cida Bento estava, a Martinha de Oliveira, Edson Cardoso estava, eu não me recordo mais todos os nomes, mas era um grupo pesado. E a gente parece que atuou, já quase, por códigos. Nem sem muito acertar direito as coisas, mas assim: cada um fez o devia fazer, pelo menos, do ponto de vista dos espaços públicos. E fizemos um *boom* nesta conferência.

E para os americanos e para os sul-africanos que estavam lá, eu creio que houve uma compreensão de que, derrotado o *apartheid* na África do Sul, o Brasil era o próximo *front*. O Brasil deveria ser a bola da vez, do ponto de vista de luta contra o racismo e a discriminação racial. E eu sei também que eu tive um desempenho importante naquela conferência. Foi o momento em que eu me firmei, em que eu me senti com estatura política para me considerar uma militante de responsabilidade no movimento negro do Brasil. E tentei naquela conferência... Já tinha acontecido um desastre na primeira PrepCon lá em Genebra. Tinha uma pequena delegação de ONGs, todos com pouca experiência internacional, e foi o momento em que o governo brasileiro anunciou a desistência de organizar a Conferência Regional no Brasil. E a militância que estava lá então, que tinha pouca experiência internacional, especialmente nos processos das Nações Unidas, na minha interpretação, considero que eles cometeram um erro. Porque ao invés de atuarem buscando aliados com as ONGs de outros países, e com os governos de outros países, para tentar fazer o Brasil mudar de posição, recuar e dizer não; fazer apelos para que o Brasil mantivesse a Conferência Regional no Brasil; o grupo de militantes que estava lá preferiu atuar denunciando a presidência da Fundação Palmares, porque ela tinha anunciado, teria dito pelos corredores que o Brasil tinha desistido de organizar a Conferência aqui porque o movimento negro brasileiro não queria. E aí então se colocou um confronto entre o governo e o movimento social, e foram cartas de denúncia, denunciando a Dulce Pereira nesse momento, e ficou um impasse. Lá em Cape Town, que foi logo em seguida, em junho, estava presente um representante do Alto Comissariado dos Direitos Humanos, a Mary Robinson, que era então a alta comissária. Ela não estava em Cape Town, estava um adjunto dela. E ele então veio conversar comigo, perguntando o que era possível, o

que se poderia fazer para mudar a posição do governo brasileiro. Eu falei: “Eu acho que é viável, é possível negociarmos a posição do governo brasileiro. O governo brasileiro precisa negociar com o movimento social.” E aí ele perguntava: “O que vocês querem para que essa negociação se dê?” E eu então ia para os companheiros e falava: “O Alto comissariado quer negociar, quer atuar como um elemento negociador dessa questão, para que o governo brasileiro mude de posição.” Aí se chegou a cogitar de fazer uma reunião em um espaço neutro, que não fosse nem o Itamaraty, ou nem Nações Unidas. Aonde se faria isso? Chamar imprensa, uma declaração em que o governo mudasse de posição, com presença da militância... Aventamos todas as possibilidades. Mas eu não consegui que os meus companheiros do movimento negro realmente se unificassem nessa posição, e considerassem que era relevante a gente tentar mudar a posição do governo brasileiro para manter a Conferência Regional no Brasil. Seja porque alguns setores preferiam uma postura de denúncia e de desgaste ao governo, ou seja porque, talvez, a algumas pessoas não interessava que eu estivesse fazendo esse papel de mediação que permitiria se retomar o local da Conferência regional no Brasil. Enfim, não foi possível que isso acontecesse, mas, digamos, eu comecei a me meter no processo da Conferência, embora eu não tivesse nenhum mandato para estar fazendo esse tipo de conversa.

V.A. – Deixa eu só fazer esclarecimentos. Essa reunião do Cape Town era para ser a última reunião desse...

E.R. – Era para ser. Mas aí, diante da Conferência de Durban que se avizinhava, a Iniciativa acabou realizando atividades até Durban.

V.A. – Mas era uma reunião na esfera dessa...

E.R. – Da Iniciativa Comparativa das Relações Humanas.

V.A. – E, com esses 22 brasileiros que estavam ali presentes, você conversou para tentar, o que fazer para trazer esta Conferência Regional...

E.R. – Para manter no Brasil, e não foi possível. Porque o Alto Comissariado, pelo menos este representante do Alto Comissariado, estava altamente interessado em que a Conferência fosse no Brasil. Para isso, precisava botar em volta de uma mesa o governo brasileiro e o movimento social. Então eu precisava unificar a posição do movimento para poder fazer a negociação acontecer.

V.A. – Porque o governo brasileiro se retirou, desistiu?

E.R. – O governo brasileiro desistiu da Conferência Regional no Brasil por conta dos incidentes em abril de 2000 em Cabralia. Esse foi o fato. O que deveria ter sido a comemoração do descobrimento. Setores do movimento indígena e do movimento negro estiveram presentes lá em Porto Seguro e Cabralia, e inesperadamente, para as condições sociais de liberdade política que estávamos vivendo no Brasil, foram colocadas tropas em Porto Seguro e em Cabralia. E houve momentos de confronto entre o movimento social, indígena e negro, e tropas do exército, não sei se foi exército ou polícia. Não sei exatamente quais eram as tropas que estavam lá. E essas cenas foram transmitidas para o mundo. Há uma cena que ficou registrada, é histórica: um militante do MNU da Bahia, que tem longos cabelos rasta, em que ele é puxado pelos cabelos. A foto que foi transmitida para o mundo. Foi puxado pelos cabelos pela polícia. Então o temor do governo brasileiro era que, se a Conferência fosse no Brasil, houvesse conflitos sérios por ocasião da Conferência. O Brasil estava temendo isso e por temer esses conflitos o Brasil desistiu de realizar a Conferência no Brasil. Então, lamentavelmente a Conferência Regional não pôde ser feita no Brasil, o Chile se ofereceu como candidato e acabou realizando. A alta comissária Mary Robinson, ela ainda esteve no Brasil posteriormente, em uma visita, em que ela fez apelos ao governo brasileiro para que reconsiderasse a sua posição. Mas me parece que naquele momento o Chile já estava na fita. Então eu não sei se, digamos, de fato a posição do governo brasileiro era irreduzível, ou se tornou irreduzível por não ter havido um esforço por parte da sociedade civil, especialmente o movimento negro, para manter a Conferência aqui. Eu considerava que era extremamente importante que aquela Conferência Regional tivesse acontecido no Brasil. Porque se nós já tivemos o impacto que tivemos com Durban – estou me antecipando no tempo – com o processo de mobilização que teve a nível nacional, nós podemos imaginar o que poderia ter sido se a Conferência

Regional tivesse acontecido aqui. Poderíamos ter tido um impacto político e social ainda maiores, se essa Conferência Regional tivesse acontecido aqui. E eu estava convicta de que era importante a gente tentar de alguma forma trazer...

[FINAL DA FITA 4-B]

V.A. – ...Conferência de Cape Town, que seria a última dessa Iniciativa Comparativa de Relações Humanas.

E.R. – Foi quando eu conheci Nelson Mandela. Inesquecível!

V.A. – Como foi?

E.R. – Porque ele foi o homenageado. Teve um jantar no início da Conferência e ele foi convidado como o homenageado da noite em um grande hotel lá de Cape Town. E aí, a coisa mais extraordinária... no momento em que ele entrou no salão...

V.A. – No restaurante do hotel?

E.R. – É. Um grande salão, centenas e centenas de pessoas... Todo decorado com elementos da África do Sul, coisas da terra...

V.A. – Colorido...

E.R. – Não. Não muito colorido. Eu pensava que ia ser muito colorido, mas foi mais assim: sementes, ou tipos de capim... uma coisa muito linda, ovos de avestruz... Muito bonita a decoração. Eu tenho isso lá na minha casa em São Paulo, que eu trouxe como lembrança. E aí, o momento em que ele chegou, com um fundo musical... E aí, as pessoas ficam em absoluto silêncio. A relação com ele é uma relação de reverência. E ele então, muito sorridente, simpaticíssimo, entrando apoiado, porque já bastante alquebrado pelos anos. E ele então foi entrando, e eu emocionadíssima... e ele ia passando, e quem estava perto dele ia agarrando ele. E eu não estava tão perto e meio

tímida também de ir, fiquei vendo ele chegar. Foi um jantar maravilhoso. Comida de origem hindu, porque lá na região de Cape Town há uma forte presença cultural da população hindu. Melhor do que comer foi ouvir a história acerca do jantar. A pessoa que preparou o jantar é que foi explicar todos os ingredientes, os elementos e as várias influências étnicas, culturais que havia na comida, e depois ele proferiu um discurso. Eu não me recordo muito do conteúdo dos discursos dele, mas falando de toda a saga dele e da África do Sul. Aí, no momento da sobremesa, nós que éramos do grupo consultivo internacional, então fomos chamados para ir no andar de baixo para fazer uma foto com ele. Então fomos lá e ficamos esperando ele chegar. E ele então veio vindo, sempre sorridente, e ele estava então com um laço vermelho aqui, da luta contra a AIDS. Então a hora que ele foi chegando perto, eu falei: “Agora não vai ter jeito. É agora mesmo que eu vou agarrar o meu ídolo.” [riso] Aí eu cheguei perto dele e falei: “Você também está lutando contra a AIDS?” Ele falou: “Sim. Você vem à Conferência?” Porque ia ter a Conferência logo depois, em Johannesburgo. Eu falei: “Não. Não vou poder ficar.” Aí eu falei: “Eu posso lhe dar um beijo?” Ele falou: “Pode.” Aí eu peguei ele e dei dois beijos. E eu tenho a foto lá na minha sala de trabalho na Unesco.

V.A. – Do grupo com ele?

E.R. – Do grupo. É uma foto oficial, tem umas cadeiras na frente. Ele está sentado no centro, sentado na cadeira e eu estou atrás dele toda sorridente, logo atrás dele assim, com todo o grupo do lado. Então foi um dos momentos de grande alegria, de grande felicidade, para mim, foi esse momento que eu conheci Nelson Mandela. E essa Conferência foi muito extraordinária também, além dessa presença dele e mais alguns dos debates, teve uma mesa que foi um debate sobre a comissão de reconciliação lá na África do Sul. Foi um momento fortíssimo. Porque primeiro, estava o presidente da comissão de reconciliação, que era um sul-africano branco inclusive, falando da experiência extraordinária da comissão... Eu ouvi e fiquei muito positivamente impactada, impressionada, pelo fato de que eles tenham tido a coragem de criar uma Comissão de Reconciliação e Verdade, era o nome. Nós saímos da ditadura com uma anistia recíproca em que nada se apurou. E a África do Sul teve essa coragem de construir essa Comissão de Reconciliação e Verdade, em que os indivíduos que cometeram crimes tiveram a possibilidade de serem anistiados se reconhecessem os

crimes que cometeram. Então é uma possibilidade de reconciliação. É uma possibilidade de se fazer um acerto com o passado, ao mesmo tempo em que o perdão é oferecido se você reconhece os crimes. Você tem que reconhecer.

Então eu já achei que era uma experiência histórica extraordinária comparando com a experiência da anistia no Brasil. Aí esse indivíduo termina de falar, aí vem um outro indivíduo – eu não lembro os nomes – que era um professor universitário de formação étnica hindu, em que ele então vem questionando a Comissão de Reconciliação e Verdade. Dizendo o seguinte: “Como que uma comissão como esta teria condições de fazer um acerto de contas histórico? Como se o *apartheid* se resumisse, digamos, a alguns episódios, a alguns crimes que foram cometidos individualmente. Como que se poderia, de fato, avaliar o impacto dos danos que tinham sido causados a um povo? Não era um ou outro indivíduo.” Mas uma fala de uma força, de um peso extraordinário. Um silêncio na sala, mas você não ouvia um mosquito naquela sala. E assim, ao mesmo tempo em que o primeiro indivíduo tinha sido ovacionado, aí vem a réplica em que ele diz: “Não é possível, através de um tribunal criminal apenas, reparar os danos do *apartheid*.” Nossa! Mas foi um... Foi uma Conferência em que as emoções que eu vivi, em função do que estava sendo dito, do que estava sendo discutido, da firmeza das posições, foi uma coisa fantástica. Em que eu também pude ter, da mesma forma, um papel muito forte, dizendo o que eu tinha aprendido ao ser participante da Iniciativa Comparativa de Relações Humanas. Eu tenho certeza absoluta que a minha fala também foi uma fala de grande impacto. Enfim, eu saí de lá reconciliada comigo mesma, achando que eu fiz o que tinha que ser feito.

V.A. – Ainda mais: deu um beijo no Mandela. [riso]

E.R. – Isso foi maravilhoso.

V.A. – Eu queria saber exatamente o que essa Iniciativa Comparativa...

E.R. – Produziu...

V.A. – Produziu em você? E eu queria fazer a ponte, porque me interessa muito essa investigação comparativa. Você diz que nessa reunião de Cape Town ficou claro que o

Brasil era a bola da vez, depois dos Estados Unidos, dos Direitos Civis e do fim do *apartheid*. O Brasil é um país onde nós temos a “democracia racial”. Essa diferença das três experiências, por que o Brasil, nesse momento da história dele é a bola da vez? E em um momento em que o governo Fernando Henrique e os movimentos sociais, o movimento negro, não conseguiram colocar a Conferência Regional no Brasil. Eu queria entender um pouco.

E.R. – Eu acho que ficou muito evidente, ficou bem compreendido, pelos participantes dos três países que a forma como o racismo se reproduz em cada sociedade, ele tem formas específicas. Mas ficou também muito bem afirmado que a forma de existência do racismo no Brasil é a mais sofisticada de todas. Ela é muito mais sofisticada, ela é muito mais eficaz, ela é muito mais eficiente do ponto de vista do racismo. Porque se você tem, como se teve nos Estados Unidos, um sistema de segregação, e no caso do *apartheid*. Se você tem primeiro leis, no caso do *apartheid*, leis que definem que os indivíduos são desiguais e que se diz qual é o lugar de cada um, então, primeiro você já tem um alvo muito claro. Tem uma lei que tem que ser derrubada. Se os direitos estão legalmente definidos como desiguais, então está muito claro que se você quer promover a igualdade, você tem que derrubar essa lei, você tem que instituir direitos iguais. Se você tem lugares socialmente definidos por lei inclusive, escolas para brancos, escolas para negros, banheiros para brancos, banheiros para negros... Está muito claro que você tem que acabar com essa segregação, com essa divisão. E aí, além, digamos, do sistema de segregação racial e o sistema de *apartheid* na África do Sul serem alvos fáceis porque eles mostravam a sua face, apesar disso, essas duas sociedades garantiram certos direitos aos seus cidadãos de segunda classe. Eu conheci, nos Estados Unidos, escolas que foram criadas pelos escravos nos Estados Unidos, escolas seculares que foram criadas durante o período da escravidão. Enquanto aqui no Brasil, os escravos eram proibidos de aprender a ler, eram proibidos de colocar os pés na escola. Na África do Sul havia universidades destinadas aos negros. Universidades de segunda classe, é verdade, mas havia universidades destinadas aos negros. Então, sob o regime do *apartheid*, proporcionalmente havia mais negros universitários do que no Brasil sob a democracia racial. Então a gente pôde constatar estas realidades ao estudar estas três nações. E a conclusão a que chegamos é isso: é muito mais difícil você combater um inimigo que se esconde, um inimigo que se disfarça, um inimigo que diz que não existe.

É muito mais complicado a desconstrução do racismo quando ele tem faces sutis e mutantes, como é o caso do racismo no Brasil. A Gloria Steinem, esta colega da Iniciativa Comparativa de relações Humanas, ela tem uma construção muito interessante para se referir às diferenças desses três países. Ela fala que nos Estados Unidos e na África do Sul, o racismo adotou uma forma masculina de ser. Enquanto que no caso do Brasil você tem uma forma feminina de racismo, uma forma que, digamos, ela dá voltas, ela é uma forma insidiosa, funciona como a água que vai ocupando todos os espaços e você não consegue pegar. Então é muito mais eficaz, é muito mais eficiente essa forma do exercício de formas de dominação. Por isso mesmo o Brasil, desses três países, é o último país em que se inicia o processo de superação do racismo. É o último país em que você tem um processo de reconhecimento da existência do racismo e do reconhecimento da necessidade de políticas de promoção da igualdade e de combate ao racismo, não por acaso. Isso se dá justamente porque é muito mais eficiente o racismo aqui. E aí também, uma reflexão que eu faço é que a forma como o racismo existe no Brasil, para sua reprodução o racismo aqui no Brasil se apóia muito mais nos mecanismos de internalização do racismo. É muito mais eficiente uma forma de racismo que é sustentado por mecanismos internos em que os sujeitos internalizam, em que as vítimas internalizam e em que os opressores internalizam, do que uma forma de racismo que é sustentada por instituições externas que são visíveis. Porque é o seguinte: se eu não sou capaz de me libertar, se eu não sou capaz de exercer plenamente todas as minhas capacidades e tudo mais, eu não preciso de uma pessoa de fora me impedindo. Eu não preciso da polícia me impedindo, eu não preciso de um inspetor do quartirão me impedindo de ir para cá ou para lá, eu não preciso ter um passe que me impeça de circular se eu próprio não tenho a coragem de chegar ao lugar que está definido como o lugar no qual eu não devo estar. É muito mais eficiente, é muito mais eficaz e muito mais difícil de ser erradicado. Então eu acho que isso é o que mais caracteriza, na minha opinião, na minha forma de ver, as formas de existência do racismo brasileiro. Porque o negro se coloca no lugar do negro. E aí para você poder tirar isso de dentro e assumir todo o seu potencial enquanto ser humano, você tem que lutar contra um inimigo que está dentro de você. Ele não está lá fora para você balar. Ele está dentro de você. Você tem que externalizar, tem que conseguir tirar isso fora de você para poder realizar o teu potencial humano. É muito mais terrível essa forma de existência do racismo.

V.A. – Mas nos Estados Unidos e na África do Sul, você elimina as leis, mas não elimina o racismo.

E.R. – Não. O que acontece? Uma conclusão a que nós chegamos e alertamos os nossos companheiros da África do Sul, nós alertamos para eles o seguinte: “O que vai acontecer agora aqui na África do Sul é o que nós temos hoje no Brasil. Eliminadas as leis, eliminadas as formas externas de existência do racismo, ele vai *underground*, ele vai se tornar clandestino. E aí vai se tornar mais sutil. E aí vai acontecer com vocês aqui na África do Sul aquilo que acontece conosco no Brasil. Porque as coisas vão ter que ser feitas de formas mais sutis, de formas não ditas, de formas enviesadas.” E aí, por exemplo, na África do Sul, quando começa o processo de fim do *apartheid*, o processo de democratização, qual foi a proposta que se colocou? A desracialização da sociedade. E o que é a desracialização da sociedade? Não se pode mais ter, por exemplo, informações sobre raça ou cor. Isso passou a ser considerado uma coisa racista. Ou seja, práticas da sociedade brasileiras que nós tivemos que questionar e dizer: “Não. Não tem como combater o racismo se você não tiver informação sobre raça.” A África do Sul começou a tornar invisíveis as desigualdades raciais ao questionar os sistemas de informação do *apartheid*: “Não. Temos que acabar com esses sistemas de informação.” Só que a realidade continua. E como é que você vai poder dizer se ela continua ou não continua? Como é que você vai poder dizer que as políticas que você está implementando estão reduzindo ou não estão reduzindo o *gap* racial? Não tem como. Você não pode simplesmente, através de um decreto, dizer: “A partir de hoje nós não vamos mais trabalhar com informação racial.” Então nós começamos a alertar para os companheiros da África do sul dizendo: “Esse filme nós já vimos. Nós já temos pós-graduação, somos pós-doutores neste filme que está começando aqui agora.” Como nos Estados Unidos hoje você tem... Se nos acusam aqui no Brasil de a gente estar vivendo um processo de americanização, você tem hoje nos Estados Unidos, aquilo que pode ser considerado um processo de brasilianização. Os debates que aconteceram por ocasião do Censo 2000 colocados especialmente pelos grupos latinos, em que diziam: “Eu tenho várias identidades, como é que eu vou optar por uma delas?” E reivindicavam caixinhas no Censo em que houvesse uma identidade multiétnica, por exemplo. Você tem hoje

setores dentro dos Estados Unidos que reivindicam a necessidade de categorias multiétnicas e não categorias isoladas como negro e branco.

Então é um processo dinâmico que está acontecendo nas nossas sociedades. A direção para onde cada sociedade está caminhando, neste momento, é diverso o que acontece nos Estados Unidos, o que acontece aqui no Brasil e na África do Sul. Agora, nós achamos que a nossa experiência brasileira pode ser um compêndio para o povo da África do Sul e dos Estados Unidos. A gente já sabe quais são os riscos dessa experiência com cara brasileira.

A.P. – Você acha que essa tentativa de resolução desse problema está começando a partir de Durban?

E.R. – Com certeza. Eu considero que o que nós estamos vivendo hoje no Brasil não teria acontecido, pelo menos no prazo em que as coisas estão se dando, se tivesse havido a Conferência de Durban. E eu acredito que os historiadores do futuro contarão a história das relações raciais no Brasil colocando um marco fundamental: antes e depois de Durban. Há outros marcos também. Não é um marco único, mas é um marco fundamental. E Durban no Brasil não é a mesma coisa que Durban em outros lugares do mundo. Porque a Conferência de Durban impactou de formas diversas dependendo das circunstâncias políticas existentes em cada sociedade. E como você tinha todo um processo de acumulação de forças do movimento negro no Brasil que vem aí desde a década de 1970, 80 e 90... A Conferência vem em um momento em que você já tem uma maturação de crescimento político, de compreensão da realidade, de relacionamento entre o movimento social e o Estado, de compreensão do Estado... Tem uma série de coisas que vão acontecendo que fazem com que naquele momento específico pudesse ter o impacto que teve e que está tendo. Primeiro, havia um governo com um relativo grau de abertura para o reconhecimento do racismo e da discriminação racial. Não se pode deixar de reconhecer que o presidente da República de então era um estudioso das relações raciais. Ele tinha uma compreensão teórica em um determinado nível, pode ser insuficiente, você pode ter críticas, mas ele era uma pessoa que tinha um interesse por essa questão. A própria proposta de realização da Conferência foi feita por um embaixador brasileiro. Foi o embaixador José Augusto Lindgren Alves que propôs a realização da Conferência à Comissão de Direitos Humanos alguns anos atrás.

V.A. – Da ONU? Ele propôs à Comissão de Direitos Humanos da ONU?

E.R. – Ele propôs à Comissão de Direitos Humanos da ONU a realização desta Conferência. Aí já havia um certo diálogo internacional entre o movimento negro brasileiro e movimentos negros de outros países da América Latina. Tem uma série de condições que permitem isso. As mulheres negras, algumas mulheres negras, já tinham alguma experiência internacional em conferências das Nações Unidas a partir do movimento feminista. Eu participei do Planeta Fêmea aqui no Rio, Conferência do Cairo em 1994, o Fórum Social em Copenhague, então por menor que fosse essa experiência já é alguma coisa de onde você pode tirar consequências. Beijing, algumas mulheres negras participaram da Conferência de Beijing. Seja no espaço governamental e não-governamental. Então você tem um acúmulo de experiência que permite que você saiba como lidar, reconhecer a importância de ter que se mobilizar, como é que faz essas coisas todas.

E aí, você tem então um intenso processo de mobilização das organizações negras para o processo de Durban. O governo, como tem uma conferência da ONU, tinha que produzir dados e informações. Informações essas que sempre estiveram disponíveis desde décadas. O IPEA descobre a existência de desigualdade racial no Brasil, com dados desde a década de 1940. Quer dizer: os dados estavam aí. Mas o IPEA, que eu saiba, tinha muito pouco trabalho em relação à questão de desigualdades raciais. Com a Conferência, a Conferência pauta o IPEA. E aí o IPEA então tem que analisar isso. Aí ele pega os dados que estavam aí disponíveis, produzidos pelo IBGE, começa a analisar esses dados, monta um mega-projeto em que inicialmente, pelo que dizia o Ricardo Paes e Barros, eles tinham a intenção de analisar cerca de 500 variáveis, fazer um diagnóstico completo das desigualdades raciais no Brasil. Não fizeram tudo isso, mas trabalharam alguns dados importantes acerca de educação, de renda, emprego, essas coisas... E o IPEA então passa a falar com a legitimidade de ser o principal órgão formulador de políticas públicas no Brasil, passa a falar de desigualdade racial. E passa a dizer: “A pobreza é negra.” E apresenta o famoso gráfico das paralelas que jamais se encontram, que a diferença de escolaridade média de negros e brancos em três gerações. O presidente do IPEA se envolve pessoalmente, além do Ricardo Henriques... Você tem então um órgão de governo dando legitimidade ao discurso que o movimento negro

vinha fazendo há décadas. Enfim, o governo brasileiro traz o embaixador Gilberto Saboia, que é um diplomata extremamente experiente, extremamente respeitado pela comunidade internacional, para assumir a Secretaria de Direitos Humanos. E enquanto secretário de Direitos Humanos ele passa a coordenar o processo da participação brasileira na Conferência de Durban. E aí, a conjugação de todos esses fatores é este diálogo que se estabelece entre a sociedade civil, especialmente as organizações negras, e o governo brasileiro. Os diplomatas vêm com a sua experiência nas Nações Unidas de como conduzir os processos. O movimento negro vem com a sua visão acerca de políticas que seriam necessárias, e este diálogo viabiliza a formulação de políticas e propostas que ocorrem, fundamentalmente, primeiro na Conferência Regional de Santiago. É o momento em que o movimento ainda estava começando a entender como é que se trabalha nessa Conferência, grande parte da militância ainda não entendia muito bem, foi para os grandes espaços das declarações públicas dos dirigentes, dos estadistas. Eu, como já tinha participado da Conferência do Cairo...

[FINAL DA FITA 5-A]

V.A. – Você tinha participado da Conferência do Cairo...

E.R. – Na diplomacia as coisas nunca são de acordo com o nome que elas têm. Então, se você tem assim: o plenário principal. Esse não é o principal. Eu sabia que o principal não era ali. O principal era o pequeno salão onde as negociações estavam acontecendo. Porque o lugar das declarações é o lugar das declarações. O importante é o lugar das negociações. Então o governo brasileiro me convidou para integrar a delegação oficial creio que em função de um *paper* que eu escrevi. Eu fui contratada pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos para escrever um trabalho sobre os afro-americanos, em setembro de 2000. Eu tive apenas umas duas ou três semanas apenas para escrever isso, e com muitas dificuldades para obter dados e tudo mais, eu consegui escrever este *paper*...

V.A. – Sobre os afro-americanos?

E.R. – Afro-americanos. Porque até então, o nome que constava no processo da Conferência era “afro-americanos”. Ou seja, os negros das Américas. E eu fui um dos *experts*, o único trabalho sobre os afro-americanos que foi apresentado nesse seminário de *experts* foi o meu. Os outros foram sobre a questão indígena, sobre acesso à Justiça, outras temáticas. Mas o único sobre negros era o meu, que nesse momento se chamava afro-americanos. E o movimento negro brasileiro compareceu com poucas pessoas nesse seminário. Teve uma articulação...

V.A. – Você disse que o governo brasileiro provavelmente a convidou por conta desse artigo.

E.R. – Desse artigo. E aí eu fui em Santiago, integrando a delegação oficial do Brasil como consultora da delegação oficial do Brasil. Não tinham me dito o que era para eu fazer. Tinham outras pessoas também que estavam. Eu falei: “Não. O negócio não é ir para as declarações, é ir para as negociações.” Aí eu fui lá nessas salinhas que eram menores e grudei no embaixador. O embaixador estava aqui e eu grudada atrás dele.

V.A. – Gilberto Saboia?

E.R. – Gilberto Saboia. Acompanhando as negociações de parágrafos, quando eu achava que tinha alguma sugestão para fazer, eu grudava no ouvido dele, passava por escrito: “Embaixador, diga isso. Faça isso...” Tem que alimentar porque ele que fala pelo Brasil. Você tem que dar instrumentos para que ele pudesse intervir no debate. E aí ele, inclusive me solicitou em um determinado momento, que eu fosse negociar pelo Brasil, participar de alguns grupos que estavam negociando textos ou conceitos. Foi aí, por exemplo, o conceito de afrodescendentes foi negociado lá em Santiago. Teve um outro parágrafo que causou polêmica em alguns setores do movimento, que falava da questão dos mestiços, eu também fui participar dessa negociação. Teve momentos em que ele me solicitou para falar em nome do Brasil, eu me pronunciei representando o Brasil. Eu assim: “Mas eu embaixador?” “Sim. Fale.” Alguns debates acerca da questão de miscigenação, ou de discriminação, ele: “Fala você.” Então teve umas duas ou três ocasiões lá em Santiago em que eu falei e eu era o Brasil falando. Então é uma coisa que você fica, a princípio, preocupado em ser preciso, fazer a colocação política... E eu

tinha que falar em inglês porque o meu portunhol eu achava que era complicado, na medida em que eu falo assim, mas falar em público uma língua que eu não estudei, é meio difícil. Então falava em inglês, e falar em uma outra língua, então tinha essas dificuldades. Mas foi tudo um grande processo de aprendizado.

V.A. – Esse conceito de afrodescendentes: porque ontem, no seminário, alguém falou: “Fomos negros para Durban e voltamos afrodescendentes.” Como é que foi a discussão disso?

E.R. – E eu tenho uma posição diferente daquele companheiro do Uruguai que falou. E já explico por que. Tinha que se ter um termo para se referir aos descendentes de africanos, vamos dizer assim, das Américas. Enquanto o movimento no Brasil, ao longo dessas décadas todas de existência, nós construímos uma estratégia de mudança do sentido da palavra negro, em outros países da América Latina o trabalho foi no sentido de mudança da palavra. Nos outros países, fora do Brasil, que eu conheço, a maioria dos países pelo menos, o movimento não se define como movimento negro. O pessoal fala por exemplo: na Bolívia são afro-bolivianos; Colômbia, afro-colombianos; Venezuela, afro-venezuelanos. Então houve, digamos, uma recusa da palavra negro e uma substituição pela palavra afro, colocando como um prefixo ao termo da nacionalidade de onde se está falando. São duas estratégias políticas diferentes. É mais fácil você mudar uma palavra do que você mudar um sentido. Mas a luta no Brasil tem sido por mudar o sentido de negro. Todavia, no espaço de uma conferência, não havia como nós brasileiros convenceremos o restante das Américas...

V.A. – Que ainda havia que mudar o sentido antes...

E.R. – Que a estratégia certa é mudar o sentido de negro e fazer com que eles aceitassem o termo negro. Então nós tínhamos que encontrar um termo que fosse aceito por todo mundo e que se referisse ao conjunto. Porque afro-boliviano, afro-colombiano... É sempre específico. E o termo afrodescendente então era o termo genérico aceito por todos. Que já era utilizado no Brasil em alguns setores. Alguns setores do movimento, ou alguns indivíduos pelo menos, do movimento negro brasileiro já tinham a preferência por essa questão de afrodescendente. Acho que o Cunha Júnior,

a Wânia Santana acho que já utilizava o termo afrodescendente. No Brasil, a maioria da militância prefere “negro”. E agora, no Brasil, está dando uma complicação porque, com essas questões das ações afirmativas, há pessoas que julgam que afrodescendente é uma coisa e negro é outra. Enquanto, digamos, o negro teria uma limitação mais precisa, uma demarcação geográfica de pele mais precisa, o termo afrodescendente, digamos, pode se estender mais para além do fenótipo do indivíduo. Mas em Santiago, esses termos eram sinônimos, trocamos negro por afrodescendente. Quando Romero Rodrigues do Uruguai fala isso, ele costuma sempre nas intervenções dele usar essa questão: “Entramos negros e saímos afrodescendentes.” Ele fala como uma mudança de qualidade, como uma mudança de patamar. Porque na cabeça dele, justamente com a noção do Uruguai, se dizer negro é pejorativo. Então nós entramos negros e saímos afrodescendentes. Para nós do Brasil nós não podemos dizer isso porque para nós, pelo menos para mim, utilizar o termo afrodescendentes foi uma concessão que nós fizemos aos companheiros do movimento de outros países. Porque para mim a preferência é a definição de movimento negro mesmo. Mas a gente tem que negociar. E foi uma negociação necessária. Então é, um pouco, essa a história do conceito.

V.A. – E como é que você vai ser eleita a relatora da Conferência?

E.R. – Quando eu aceitei redigir aquele trabalho sobre os afro-americanos em setembro de 2000, a minha pretensão em relação à Conferência de Durban era uma pretensão extremamente limitada. Eu considerava que a conjuntura política interna ao movimento negro era bastante desfavorável à minha organização. A Fala Preta! é uma organização jovem e os recursos disponíveis para o financiamento dos processos preparatórios da Conferência tinham sido – como eu digo? – concentrados na mão de uma ou duas organizações. O que dificultaria a presença e a participação da Fala Preta! por conta do fato de que, como eu disse, a Fala Preta! foi uma criação de uma equipe que pertenceu a uma outra organização. E esse processo de nascimento não foi, digamos, um processo muito natural. Foi um processo político com algumas dificuldades, um processo conflituoso. E os recursos disponíveis para o processo de Durban, no espaço das ONGs, estavam justamente concentrados no setor político do movimento, ou sob o controle ou sob a influência da organização da qual nós saímos.

V.A. – Mas esses recursos vinham de onde, do governo federal?

E.R. – Fundamentalmente da Fundação Ford. Então eu tinha uma avaliação de que seria muito difícil a nossa participação no processo de Durban. Então eu tinha um objetivo bem baixo, digamos assim, do ponto de vista... uma ambição muito limitada, que era: “Nós precisamos dar alguma contribuição ao processo. Qualquer que seja ela, pelo menos colocar o nosso grãozinho de areia, o nosso tijolinho aí nessa construção coletiva.” Quando o Alto Comissariado de Direitos Humanos de Genebra me telefonou, me convidou – eu não sei de onde veio a indicação, é possível que tenha vindo do governo brasileiro, creio que alguém do governo brasileiro deve ter me indicado. Até hoje eu não sei de onde partiu.

V.A. – Isso depois de Santiago?

E.R. – Não. Antes de Santiago.

V.A. – Lhe convidou para escrever o artigo?

E.R. – É. De repente eu recebi um telefonema de Genebra.

V.A. – Será que não foi lá em Cidade do Cabo, aquele...

E.R. – Não sei te dizer. Até hoje eu não consegui levantar essa informação. Acredito que tenha vindo de dentro do governo, mas não tenho certeza. Eu aceitei escrever, sabendo do alto risco, porque o prazo era muito curto, porque o meu cálculo foi seguinte: “Bem, pelo menos eu vou conseguir escrever um *paper*. É um seminário preparatório para a Conferência Regional, eu vou pelo menos um *paper*. Depende só do meu esforço, do meu trabalho. Eu faço isso e pronto, eu já dei a minha contribuição para Durban.” Então era bem isso o que eu pensava que teria condições de fazer no processo. E aí as coisas forma se somando. Porque aí então, o governo me convidou para integrar a delegação oficial como consultora. Aí eu fui em Santiago...

V.A. – Grudou no embaixador.

E.R. – Grudei no embaixador, aí fiz umas propostinhas lá que foram aceitas. Aí quando chegou em maio de 2001, tinha a segunda PrepCon em Genebra. Aí o embaixador me convidou para participar da delegação brasileira. Aí eu fui. Em nenhum momento houve, digamos, um acordo, um convite: “Olha, você vai daqui até o fim.” Não. A cada momento, quando chegava no próximo... aí me convidaram para ir em maio. Em maio, essa segunda PrepCon foi muito difícil, muito complicada, porque a embaixadora que estava coordenando não tinha muita noção das coisas. Aí o embaixador brasileiro acabou assumindo um papel fundamental, se dividiu o grupão todo lá em dois grupos: programa de ação e declaração. O embaixador brasileiro, acho que foi na declaração, não sei. No grupo da declaração ou do programa de ação, não sei qual que foi. Ele teve que presidir o grupo e o, hoje embaixador, Tadeu Valadares, que está no Itamaraty agora, na época ele era ministro, um grau menor na carreira. Tinha acabado de chegar no processo de Durban, ele teve que já ir representar o Brasil no debate do programa de ação. Tinha acabado de chegar da Bolívia, não sabia nem o que estava acontecendo, mas uma pessoa altamente experiente, ele chegou e eu fiquei trabalhando com ele. Então ele era altamente experiente nos processos... mas menos informado na temática racial. E eu então fiquei como braço direito dele dando todos...

V.A. – No programa de ação?

E.R. – Acho que foi no programa de ação, não tenho certeza se foi declaração ou no programa de ação, mas acho que foi programa de ação. E fiquei junto dele e dando todos os aportes. Criamos uma relação de confiança muito grande, ele utilizou bastante do meu trabalho nos processos de negociação com os outros países. Então eu participei de negociações com os Estados Unidos, com a União Europeia, com África do Sul, com Paquistão, com países do Caribe... A negociação por exemplo, de ações afirmativas, foi eu que fiz lá em Genebra. Porque os Estados Unidos e a União Europeia não queriam que entrasse o conceito de ações afirmativas. Então foi um processo de negociação de vários dias para que pudesse aparecer o conceito. A União Europeia queria ações positivas, que eles usavam. Os Estados Unidos não queriam referência a ações afirmativas porque lá nos Estados Unidos é um conceito que está sob ataque, o governo está tentando acabar com as ações afirmativas, eles não queriam utilizar ações

afirmativas. E aí acabou sendo aceito, e o Brasil firmava o pé exigindo que queria ações afirmativas, e eu representando o Brasil. Então foi aceito porque em inglês, ações afirmativas ou positivas fica assim: *affirmative or positive actions*. Então o *affirmative* fica longe do *actions*. Entre o *affirmative* e o *actions* tem o *positive*. Então juridicamente é possível interpretar que não se está falando do conceito de ações afirmativas em inglês. Quando você traduz para o português, você fica com ações afirmativas ou positivas e, portanto, para nós no Brasil está ótimo. Em espanhol, que é uma língua oficial lá nos documentos da ONU, é *acciones afirmativas o positivas*. Então atendia ao Brasil, atendia aos Estados Unidos e atendia a União Europeia, que eram as três posições políticas divergentes que havia. Então foi possível essa negociação. Esse é o momento, para mim, o melhor momento da Conferência de Durban, foi o momento em que eu negocieei com os Estados Unidos e com a União Europeia a manutenção do conceito de ações afirmativas ou positivas na declaração e no programa de ação de Durban. Porque isso garantiu que esse tenha sido o instrumento fundamental, o meio fundamental, apontado pela declaração e pelo programa de ação de Durban do ponto de vista de políticas públicas. É um meio fundamental.

V.A. – Mas os Estados Unidos não queriam de jeito nenhum que colocasse essas ações, ou queriam outro nome, como a União Europeia queria ações positivas?

E.R. – Eles não queriam. Mas, digamos, já estava no documento, no rascunho em que se estava trabalhando, ele apareceu em diversos momentos. E a América Latina...

V.A. – Apareceu como ação afirmativa?

E.R. – *Affirmative actions*.

V.A. – Quem teve a ideia de colocar *positive* foi a União Europeia?

E.R. – A União Europeia. E os Estados Unidos preferencialmente eliminaria isso.

V.A. – Não tinha nenhum dos dois.

E.R. – Mas você tem que encontrar, digamos, uma formulação, porque tudo é consensual. Só passa o que é consensual ou quase consensual. Para os Estados Unidos derrubarem a quantidade de parágrafos que faziam referência a ação afirmativa, era difícil. Então, digamos, o custo político menor para eles seria relativizar, utilizando essa formulação dupla, que se falava de ações afirmativas ou positivas. Para mim o mais gostoso, o mais legal da Conferência foram os processos de negociação. Porque são os momentos em que você é concretamente um ator político, que você está negociando, em que os direitos estão sendo construídos. Os direitos, os processos, as políticas estão sendo construídas ali na negociação. Então é o momento mais criativo da conferência, é esse momento. É o momento em que o texto vai sendo negociado e sendo aprovado. Como em Durban eu viro a relatora, o que acontece? Entre a segunda e a terceira conferência, o embaixador Saboia me consultou, me telefonou e me consultou, dizendo que o...

V.A. – Entra a segunda e a terceira? Não entendi.

E.R. – PrepCon. Dizendo que havia uma avaliação do governo que seria desejável que... Assim: o Brasil tinha peso político na Conferência para requerer um cargo lá em Durban. Não podia ser presidente da Conferência porque vai ser uma pessoa do país que está sediando. O que o Brasil poderia fazer? Ou o Brasil pediria uma das vice-presidências, acho que são três vice-presidências, ou o Brasil pedia a relatoria. Eles acharam que era mais relevante pedir a relatoria do que pedir uma vice-presidência, exatamente porque a relatoria é única enquanto que vice-presidência são três. Aí a segunda avaliação do Brasil é que eles achavam que eles deveriam indicar uma pessoa da sociedade civil. No dizer do embaixador, para expressar esta relação muito forte de colaboração que aconteceu entre a sociedade civil e o governo, durante o processo de Durban. Aí ele então, me perguntou se eu aceitaria que o meu nome fosse apresentado à Conferência como a candidatura do Brasil. Quando ele me falou isso a minha primeira reação foi de susto. Eu falei: “Mas por que eu embaixador?” Ele falou: “Nós achamos que você reúne todas as condições...” Fez algumas referências. Eu falei: “Olha embaixador, eu não posso lhe dar uma resposta imediata. Eu preciso consultar alguns companheiros.” Aí eu falei: “O senhor me dá um tempo?” Ele falou: “Tudo bem, mas não pode ser muito. Porque eu preciso encaminhar logo.” Eu falei: “Quanto tempo o

senhor me dá? Posso ter uma semana?” Ele falou: “Sim.” Eu falei: “Então está bom. Dentro de uma semana eu ligo para o senhor.” Aí eu então consultei alguns companheiros e companheiras. Eu consultei as minhas companheiras da Fala Preta! obviamente, consultei o Hédio Silva Júnior, foi uma das pessoas que eu consultei. Não me recordo quem mais... Não sei se o Ivair Alves também. Talvez tenha consultado o Ivair também, não tenho certeza. E todas as pessoas que eu consultei, tiveram uma opinião favorável que eu deveria aceitar. Além da consulta aos amigos e companheiros, eu resolvi também consultar os orixás. Então eu fiz uma consulta aos búzios também.

V.A. – Deu aquilo, como é que chama?

E.R. – Aláfia, eu não sei. [risos] Eu não sei se deu, não me foi dito. Mas eu resolvi consultar também os orixás. Fui fazer uma consulta aos búzios. E no momento eu não estava pertencendo a nenhuma casa, e eu tinha que escolher aonde eu ia fazer essa consulta. E aí, junto com as minhas companheiras da Fala Preta! nós discutimos os critérios para escolher o lugar. Então havia duas possibilidades: ou eu escolhia uma mãe-de-santo de São Paulo, que é uma mãe-de-santo negra, que é a mais antiga de São Paulo; ou eu escolhia uma casa de tambor-de-mina que tem a ver com a minha origem, com a minha região do Maranhão, que é a tradição jêje do Maranhão, que não é a tradição nagô. E neste caso tinha uma casa lá em São Paulo com um pai-de-santo homem. E eu optei por esta segunda escolha. Provavelmente, não por acaso, dado que eu fui profundamente marcada pela minha relação emocional e afetiva com meu pai. Então eu escolhi uma figura paterna neste momento, e fui então fazer uma consulta aos vuduns, porque no tambor-de-mina não são orixás, são vuduns. Eu fiz uma consulta aos vuduns e os vuduns responderam afirmativamente. Os vuduns disseram que eu devia aceitar, que seria um grande desafio, mas que eu devia fazer. Aí depois, completado este processo de consulta, eu finalmente telefonei para o embaixador e disse que aceitava. Mas foi uma coisa ainda difícil. Ainda tinha a terceira PrepCon, e quando eu cheguei para a terceira PrepCon... E assim: eu consultei um grupo muito pequeno de pessoas. Porque algumas pessoas, como foi o caso do Hédio, ele disse: “Você deve aceitar, mas aceite e procure um pai-de-santo. Cubra-se. Proteja-se. Porque não vai ser fácil.” Também tem a ver inclusive, a competição interna que tem no movimento, essas coisas. Então, quando eu cheguei lá em Genebra na terceira PrepCon, no primeiro dia, estava

no credenciamento quando um companheiro aqui do Rio de Janeiro chega e me diz: “Saiu na coluna do Boechat que você vai ser a relatora da Conferência.” Eu: “Como? Eu não estou sabendo de nada.” Ele falou: “É. Mas se for, te protege.” Eu falei: “Meu Deus do céu, e agora?” [riso] Enfim, essa coisa finalmente só foi adrenalina até a véspera da Conferência, porque a decisão por parte de uma comissão... eu nem me lembro mais como que era. Existia uma comissão que era que tomava as decisões na Conferência. A decisão se deu exatamente no dia 30 de agosto, às vésperas. A Conferência começava dia 31 de agosto. E quando eu cheguei lá no espaço da Conferência, que ia começar essa reunião do, eu acho que era Comitê Geral que se chamava, a primeira coisa que o embaixador mandou, eu e o Tadeu irmos na frente, porque ele tinha que dar umas entrevistas. E a gente chega lá e a primeira notícia era que a África – eu não sabia, acho que o embaixador já sabia, mas eu não sabia – a África tinha solicitado a presidência do grupo do programa de ação. E um dos fatores que me levou a aceitar a indicação é que o embaixador estaria presidindo o programa de ação. Aí eu chego lá: a África pediu a presidência do programa de ação. E pela etiqueta da diplomacia, se um grupo solicitou, reivindicou, o embaixador não tinha como resistir, não tinha como dizer: “Não. Eu quero ficar.” Então a África solicitou, e com isso o Brasil perdia a presidência do programa de ação. E isso foi uma coisa que já me deixou extremamente preocupada acerca do que iria se passar ao longo da Conferência, sem o Brasil presidir o programa de ação. Então nós fomos, eu e o Tadeu...

[FINAL DA FITA 5-B]

E.R. – ...A sorte já tinha sido lançada, não tinha mais como dizer: “Não brinco mais disso.” Então, vamos que vamos... Em Durban foi uma Conferência muito difícil por conta das tensões...

V.A. – Mas tinha outras candidaturas para relatoria?

E.R. – Não, não tinha. Mas é que quando eu percebi, no momento em que foi colocada essa questão da África requisitar a presidência do programa de ação, o que me passou pela cabeça foi: pelo fato, digamos, de se estar negociando a relatoria para o Brasil, então, será que por isso abriu espaço para que a África solicite a presidência do

programa de ação? Esse foi o meu temor. E de considerar que se fosse esse o caso, seria uma perda o Brasil o embaixador deixar de ser o presidente do programa de ação. Seria uma perda neste caso. Mas depois eu tive a ocasião de conversar com ele, isso já depois da Conferência, eu quis esclarecer isso...

V.A. – Com quem?

E.R. – Com o embaixador Saboia. E ele disse que não, ele já sabia. Ele já sabia desde, acho que, uma semana antes lá em Genebra já estava circulando essa informação que a África requisitava a presidência do programa de ação, e que isso era uma coisa absolutamente normal, digamos assim, essa possibilidade, e que não havia nada que nós pudessemos fazer para tentar fazer uma negociação. Por exemplo, oferecer: “Então a gente não quer a relatoria, nós preferimos o programa de ação.” Ele disse que essa negociação não era possível porque o interesse da África, de fato, era... Porque quem presidiu o debate do programa de ação está em uma posição muito privilegiada no sentido de garantir que as coisas ocorram para a direção que se pretende. Então, essa Conferência era muito cara aos países africanos e especialmente, o espaço fundamental era o espaço do programa de ação. Então eu acredito que para nós negros brasileiros provavelmente não houve nenhuma perda com o fato de a África assumir a presidência do programa de ação. Talvez até o resultado final possa ter sido mais favorável do que poderia ser caso o Brasil ocupasse a presidência do programa de ação. Na medida em que o grupo africano, sem dúvida, mais diretamente, mais explicitamente, provavelmente, terá defendido os interesses dos africanos e afrodescendentes do mundo. Então eu creio que não houve nenhuma perda neste sentido absolutamente. Pode, digamos, enquanto país, enquanto Brasil, certamente o Brasil teria preferido ter presidido aquele grupo. Mas para os interesses de afrodescendentes e de africanos do mundo eu acho que foi uma boa solução a África estar na presidência do grupo. Enfim, e a partir daí, a semana foi uma sucessão de...

V.A. – O que faz um relator? Porque a declaração já estava escrita...

E.R. – A função do relator é uma função bastante protocolar, é a função de participar da mesa da Conferência, é a função de certificar que os relatórios, que os textos que estão

sendo apresentados e encaminhados é o que de fato foi negociado, porque depois da Conferência você tem ainda todo um processo de rescaldo que sobra da Conferência. Então você tem que estar atento para certificar e garantir que aquele texto que lhe está sendo apresentado é o texto que foi negociado na Conferência.

V.A. – Mas então só existe uma plenária, não existem várias reuniões paralelas? Porque você não tem condições de estar em todas elas ao mesmo tempo.

E.R. – Não. São dois espaços: é o espaço fundamental da declaração e do programa de ação. Declaração e programa de ação.

V.A. – Você estava mais no programa de ação?

E.R. – Eu estava passando por esses dois, e mais do que isso, eu estava em um grupo específico, um grupo pequeno que foi presidido pelo embaixador brasileiro e por uma embaixadora... agora não tenho certeza se era do Quênia, aonde foi negociado os parágrafos acerca da escravidão e do tráfico de escravos. Porque aí o embaixador brasileiro saiu da presidência do programa de ação, mas ele foi coordenar este grupo que estava negociando alguns dos parágrafos mais polêmicos, mais importantes da Conferência, que foi justamente da onde saiu o parágrafo em que se fala que a escravidão e o tráfico de escravos são um crime contra a humanidade. É um parágrafo basilar, fundamental para dar legitimidade a todos os programas com políticas de reparação, com políticas de ação afirmativa para afrodescendentes. É um parágrafo fundamental. Isso aconteceu em um pequeno grupo que o embaixador brasileiro presidia.

V.A. – Mas os outros, o programa de ação e a declaração estavam sendo redigidos em outras esferas?

E.R. – Em outras esferas.

V.A. – Como é que você podia atestar que aquilo...

E.R. – Você recebe o material, agora, depois... eu digo depois de Genebra, eles me enviaram os textos...

V.A. – Depois da terceira preparatória?

E.R. – Isso. Aí no final ainda...

V.A. – Então esses textos são os que são aprovados em Durban? Não há modificação mais em Durban, nesses da preparatória?

E.R. – Não. Eu já estou falando de Durban. Grande parte dos parágrafos foram negociados em Durban porque na segunda e na terceira PrepCon não se avançou o suficiente para chegar em Durban já com a coisa bastante resolvida.

V.A. – Então minha pergunta é essa: porque você depois tem que atestar que aquilo que está ali realmente foi decidido, mas você não estava presente?

E.R. – Em todos os espaços você não está. Você recebe da...

V.A. – Da presidência da declaração, da presidência do programa de ação: esses foram os aprovados. Aí você junta...

E.R. – Isso, exatamente. Agora, eu considero que há uma carga simbólica forte nessa questão das funções, dos cargos. Mesmo a presidência, mesmo... é uma expressão da correlação de forças entre os países. Então há todo um investimento por parte dos países para estar nessas posições e nesses lugares, não somente pela ação concreta e prática que vai ser desenvolvida: não se sabe se aquele indivíduo mesmo que vai fazer isso ou aquilo. Mas é, digamos, o protocolo, é a correlação de forças que você está apontando para o mundo quando Fulano está na presidência, outro está na... Agora, um momento muito importante que eu vivi lá em Durban, foi no final da Conferência... porque a Conferência foi tensa e complexa até o último minuto. No segundo ou no terceiro dia, não me recordo agora, os Estados Unidos e Israel saíram da mesa de negociações. Foi um pânico geral. Temia-se que os países chamados países ocidentais – Canadá, Austrália, Nova Zelândia e a União Europeia – saíssem da Conferência. E se eles

saíssem a Conferência acabava ali. Não teria mais nenhum significado se o chamado mundo desenvolvido se retirasse da Conferência. E aí, eles resolveram permanecer. Os Estados Unidos e Israel não foram acompanhados pelo restante dos países ocidentais. Então pronto: foi um momento de grande tensão. E ao longo das preparatórias, a representante do Paquistão era uma embaixadora extremamente ativa e que bloqueava muito as discussões. Tudo que dizia respeito a questões de gênero, quaisquer questões que pudessem passar... orientação sexual ficou de fora de Durban. Não passou por conta das alianças dos fundamentalistas cristãos e dos fundamentalistas islâmicos, não passou, não entrou. E aí, em Durban, ela estava absolutamente calma e silenciosa e tinha um outro embaixador que estava falando pelo Paquistão. Tudo parecia que estava caminhando calmamente. Quando chegou no último dia, um fato inédito: essa Conferência teve que ser estendida, porque ela era para ter terminado no dia 7 de setembro. Não se conseguiu fechar uma série de questões, a Conferência foi estendida para o dia 8, um sábado, já com alguns delegados tendo ido embora. E quando se chega no finalzinho da Conferência, que se está aprovando as últimas questões, a embaixadora do Paquistão solicita a reabertura de discussão acerca de um parágrafo que tinha ver com a questão Palestina-Israel. Voltando atrás de uma negociação que já tinha sido feita, porque foi objeto também de um grupo específico, um grupo secreto de negociação que ninguém sabia quem era, apenas a presidenta da Conferência sabia quem era esse grupo, aonde foi negociado os parágrafos acerca da questão Israel-Palestina. E ela então requer a reabertura e volta com aquela costumeira virulência com que ela atuava anteriormente. E aí vem uma série de outros países islâmicos circundando atrás do Paquistão, aí se viu que iria se perder o controle. Estava correndo o risco de não se conseguir aprovar nenhum documento, não sair declaração nem programa de ação nenhum. Aí foi esse o momento em que eu... havia um funcionário lá das Nações Unidas, que tinha sido o relator da Conferência de Viena e que me tinha sido apresentado pelo embaixador. E esse senhor então sai da mesa da Conferência e vem devagarzinho, passa do meu lado e fala: “Edna, me segue.” Eu segui. Quando cheguei lá fora, ele falou: “Você pode trazer o embaixador brasileiro até aqui?” Eu falei: “Posso.” Aí eu volto como uma sombra, me esgueirando de volta, chego lá na delegação brasileira e falo: “Embaixador, por favor, me siga.” E assim: todo mundo fingindo que não existe. Aí o embaixador me segue, eu levo ele lá para fora e aí então, esse funcionário das Nações Unidas solicita que o Brasil faça uma moção com base em

determinado artigo do regimento da Conferência, que era uma intervenção solicitando *no motion*, não-votação em relação a esse parágrafo que estava colocando em risco a Conferência. Aí ele volta, ele intervém pelo Brasil solicitando isso, mas ele precisava ser apoiado por mais um ou dois países, e a princípio ninguém se manifesta. Quando ninguém se manifestou, ele achou que ia ficar isolado, para não se desgastar: “Abro mão, estou desistindo do meu pedido...” Ele desiste. Quando ele retira, aí que os outros países se deram conta do que estava acontecendo, aí, eu não me lembro muito bem se foi a Austrália ou que outro país, que aí entra com a mesma proposta dele. Aí teve uma votação, porque a coisa mais rara do mundo é ter uma votação, tudo tem que ser aprovado por consenso. Aí teve uma votação, e nesta votação ganhou a posição que o Brasil tinha defendido, que era interromper a discussão. Para a discussão.

V.A. – E aí esse parágrafo ficou fora?

E.R. – E aí ficava como estava. Não se podia reabrir a discussão.

V.A. – Ficava como estava?

E.R. – É. Não se podia reabrir a discussão.

V.A. – *No motion* no sentido: não pode mais modificar.

E.R. – Não pode mais mover. E foi isso o que no final da história salvou a aprovação da declaração e do programa da ação que nós tivemos em Durban. Mas assim: adrenalina pura, porque nós, da delegação brasileira pelo menos, não sabíamos qual ia ser o resultado da votação. Só que aquele funcionário das Nações Unidas, que deve fazer parte do “patrimônio imaterial”, ele tinha absolutamente mapeado quem estava dentro da sala, os países que estavam dentro da sala. Ele sabia o voto que ia ter e ele já sabia o resultado que ia dar na votação. E aí, quando se contou os votos, foi contando cabeça a cabeça... Acabou de contar os votos, se ganhou a posição e aí pronto: parou a discussão e o resultado, se tinha aprovado a declaração e o programa de ação de Durban. Mas assim, foi ganhar, como se diz nas corridas de cavalo: ganhamos por cabeça. Foi uma coisa muito apertada.

V.A. – E ele tinha sido relator da segunda Conferência?

E.R. – Da Conferência de Viena. Então assim: esses são os momentos dos bastidores e que você que está vivendo lá a coisa no momento, você sabe que é uma cartada que está sendo jogada e que é decisiva. O trabalho de dois, sei lá quantos anos, depende do que acontecer naquele momento. Foram os momentos de maior emoção. E aí, a outra coisa é que a Conferência então termina no dia 8 de setembro, eu passei um fim de semana muito agradável lá em Durban passeando e no dia 11 de setembro eu entro em um avião para voltar ao Brasil feliz da vida. Eu tenho uma foto dentro do avião em que eu digo: “Eu preciso botar essa foto na parede. O nome da foto: 11 de setembro.” Porque aí eu entro do lado de lá do Atlântico muito contente com o resultado da Conferência, afinal de contas, apesar de tudo se tinha conseguido uma grande vitória. As minhas companheiras da Fala Preta! queriam saber o horário que eu ia chegar, porque a mídia estava pressionando, queriam saber e iriam me esperar no aeroporto e não sei o quê... Eu chego do lado de cá no Brasil: tudo calmo absolutamente. Não tinha ninguém me esperando coisa nenhuma. Eu ligo para a Fala Preta! e digo: “E aí, como é que estão as coisas?” “Graças a Deus você chegou.” Eu perguntei: “O que aconteceu?” “Você não está sabendo?” “Sabendo do quê?” “Do ataque terrorista em Nova Iorque.” [riso] E aí que eu digo, quando eu desci do avião do lado de cá havia acontecido o ataque terrorista lá em Nova Iorque, a mídia só falava da destruição das torres gêmeas, e o espaço da mídia internacional tinha sido completamente ocupado pelo ataque que aconteceu.

Enfim, o que mais uma vez prejudicou a amplitude, a repercussão da Conferência. Mas, apesar disso, o fato de ter sido a relatora da Conferência me deu um espaço extraordinário no cenário político aqui no Brasil. Eu fui convidada por inúmeras organizações em cidades, em que eu tive a oportunidade de estar relatando a Conferência. E foi um momento extraordinário se você levar em conta a maneira como eu entrei no processo. Considerando pelo menos eu vou fazer uma coisinha, o dá para fazer...

V.A. – Do *paper*... [riso]

E.R. – O momento também, que eu acho que determinou muitas das coisas, como elas se deram depois no Brasil, antes de Durban. O Hédio, que vocês já entrevistaram, ele estava fazendo um trabalho para o comitê nacional, fazendo a proposta de relatório do Brasil, uma semana antes de Durban o Hédio resolve se demitir do conselho nacional – não sei se ele relatou essa coisa – lá na conferência, durante a conferência nacional... não é uma semana não, acho que um mês. Ele pediu demissão do comitê nacional, eu já tinha informado a ele que eu ia ser a relatora. Fiquei danada da vida porque ele não me avisou previamente dessa decisão dele. Me sentia fragilizada porque se um companheiro sai você... Aí ele deu uma entrevista na *Folha de São Paulo* no dia seguinte, colocando as razões da saída dele e colocando as propostas políticas dele. Eu li a entrevista e ele falou: “O que você achou?” Eu falei: “Fraco.” “Como que você achou fraco?” Eu falei: “Claro. Você já chutou o balde, já saiu do comitê. Por que você então não coloca as políticas mais contundentes que nós podemos colocar neste momento? Por que você não propôs ações afirmativas e cotas nas universidades? Por que você não fez isso?” “Ah, mas eu não estou muito convencido que seja justo.” Eu falei: “É justo sim.” Aí discutimos, debatemos essa questão, e ele então resolveu – ele ainda continuou participando da comissão que estava redigindo o relatório – ele colocou uma linha: cotas para negros nas universidades. Eu não sei quantas páginas o relatório tem, mas tem esta linha: cotas para negros nas universidades, que entrou no último minuto, que ele pôs no documento. Quando o governo brasileiro tornou público o relatório para a mídia, tudo o que a mídia queria falar era sobre cotas para negros na universidade. E aí, antes de ir para Durban, quando já foi anunciado que o meu nome ia ser indicado, o pessoal da imprensa vinha falar comigo e só queria falar sobre cotas, e aí eu falei: “Nós somos 45% da população brasileira, enquanto nós não formos 45% de todos os espaços que têm nessa sociedade, estão nos devendo.” Então eu coloquei o patamar, o referencial, os 45%. Na sequência vem a Lei que o deputado aqui do Rio de Janeiro apresentou, inicialmente a proposta dele era 40% para negros. Então o patamar que se partiu aqui nas políticas públicas aqui no Brasil foi os 40 %. São determinados momentos em que você tem a oportunidade de contribuir para que uma determinada política seja formulada ou implementada, e isso é que eu acho que faz o jogo interessante, essa possibilidade.

V.A. – Saber reconhecer o momento...

E.R. – A oportunidade e enfiar.

A.P. – E as perspectivas para o futuro em relação às ações afirmativas, a essa tentativa de resolução do problema, que se iniciou em Durban? Quais as perspectivas?

E.R. – Agora? Bem, eu acho que o governo Lula coloca um novo fator nesse processo. Com o Fernando Henrique se iniciou a formulação de algumas políticas, que foram basicamente cotas no serviço público e nos contratos, nas empresas que contratam serviços no governo, era por aí que as propostas do programa de ação afirmativa...

V.A. – As empresas das quais o governo contrata os serviços, é isso? Contratadas pelo governo?

E.R. – Contratadas pelo governo. Então era um programa que estimulava as empresas a terem programas de ação afirmativa, porque elas ganhavam pontos no processo de licitação se eles tivessem programas de ação afirmativa. Eu achava bastante interessantes essas propostas. Com a mudança de governo essas propostas são colocadas, pelo menos, *stand by*. Porque até agora o governo não se pronunciou a respeito, nem implementou e nem revogou, então estão no freezer essas propostas que tinham sido iniciadas no governo do Fernando Henrique. E o que tem acontecido agora no governo Lula, o avanço maior tem sido no campo das universidades, basicamente por iniciativas ou das próprias universidades, ou por leis, no caso lei estadual aqui no Rio de Janeiro. O debate a nível federal ainda está um pouco indefinido, na medida em era para ter sido assinado uma medida provisória, e não aconteceu isso. O que houve foi um encaminhamento para o Congresso Nacional. Então a gente ainda não sabe qual vai ser o resultado do processo debate público. Então de um lado, em relação ao governo Lula, eu acho que a criação da SEPPIR é muito importante do ponto de vista do que isso pode possibilitar. Não é ainda um ganho garantido imediato. Porque é um mecanismo para. Cria um caminho, aponta para um caminho, inclusive, para fora do Brasil. Isso está tendo uma certa repercussão na América Latina em termos de que as organizações negras dos outros países estão também reivindicando que os seus países criem mecanismos institucionais no nível ministerial. Agora, o grande gargalo é o orçamento

que o governo vai destinar, não somente à SEPPIR, mas à políticas que venham a ser implementadas pelos demais órgãos do governo. Até o momento, nesse sentido, a coisa é bastante complicada porque o orçamento da SEPPIR é pequeno, e como ela tem um papel de coordenação de políticas que devem ser implementadas pelos demais ministérios, ela fica em uma situação de fragilidade política. Se você não tem dinheiro na mão, como é que você pode determinar a política que vai ser implementada. Ainda que fosse para usar recursos de outros ministérios, se ela tivesse um orçamento próprio ela teria maior capacidade de negociação. Porque a SEPPIR poderia então dizer: “Eu tenho tanto. Você coloca quanto?” Sem ter recurso na mão, a coisa fica difícil. Então eu acho que esse é o grande desafio que está colocado, é onde se define. A política pública se define basicamente na definição do orçamento, na destinação de recursos. E aí, um programa que é difícil nesse sentido, é que eu acho que muitos setores do governo não têm uma compreensão da questão racial. Muitos setores do governo têm aquela visão tradicional da esquerda brasileira de que o problema verdadeiro é o problema da pobreza, de que o que é necessário são as políticas gerais de combate à pobreza, sem reconhecer que a pobreza do negro é produzida pela discriminação e pelo racismo. Há pobres e pobres. Então é necessário reconhecer os fatores prioritários e se isso não for reconhecido, não é necessário políticas de combate ao racismo e à discriminação. Então há um problema de concepção e esse problema de concepção impacta justamente nas prioridades que são estabelecidas, no orçamento que é proposto pelo governo.

V.A. – Você tem um artigo *A discriminação no Brasil é econômica?* Um texto de 1998.

E.R. – Isso. Exatamente. Eu acho que justamente... Acho Durban consegue superar esse dilema: é a pobreza ou é o racismo? Há...

[FINAL DA FITA 6 – A]

E.R. – ...São questões. Eu não vou lembrar de cabeça, mas da maneira como eu formulo, eu gosto de dizer o seguinte: “Ninguém nasce pobre por natureza. Você é reduzido à pobreza, você é expropriado.” Portanto, a pobreza precisa ser focalizada como um resultado, tem fatores anteriores que reduzem um grupo social, um indivíduo, o que quer que seja, à pobreza. E esse processo de expropriação é exatamente, digamos,

a razão pela qual o racismo existe. O racismo existe exatamente para expropriar determinados grupos do acesso aos bens e para garantir os privilégios de outro grupo que se beneficia desse processo de expropriação. Então a pobreza não é outro fenômeno, a pobreza é justamente o resultado, a pobreza é justamente o objetivo que aqui se quer chegar com o processo de discriminação, com a existência do racismo. Agora, nem toda a pobreza resulta do racismo. Há outros fatores também. E o indivíduo ou o grupo que é reduzido à pobreza, ao ser pobre, isso também gera nova discriminação. Então você tem, digamos, é como se fosse um processo circular, retroalimentar, que se retroalimenta. Os mecanismos sociais garantem os privilégios de determinados grupos, expropriam outros grupos do acesso aos bens; esses indivíduos, então, que são expropriados, reduzidos a condição de pobreza, não conseguem sair dessa situação, porque a concentração dos recursos vai sempre gerando condições mais favoráveis aos grupos que detêm o controle, e esse grupo vai ficando em uma situação de defasagem cada vez maior. Aí sofre nova discriminação porque é pobre, porque é feio... tudo que resulta da pobreza. Mas o fundamental é isso: é que esta ideologia e esses mecanismos de discriminação existem exatamente para isso, para concentrar os recursos nas mãos de poucos. E o que a gente vive hoje no Brasil é isso: a riqueza é completamente concentrada, não se tem nenhum processo de distribuição, pelo contrário, a concentração se dá cada vez mais nas mãos de poucos, e o que é incrível é que a maior parcela da *intelligentsia* brasileira e dos pesquisadores e analistas do Brasil não percebem que essa concentração se dá justamente nas mãos de um determinado grupo étnico; que há uma superposição entre a concentração de renda e... Quem é que concentra renda, quem é que detêm o controle desses recursos? E se fala da concentração de renda como se fosse outro problema. Não é outro problema. Isto é a face, digamos, econômica deste processo que é econômico, é social e é político. E não é por acaso que os últimos dados do IDH, pelo que eu li, estão apontando o Brasil como o quarto país de maior concentração de renda do mundo. É um falso dilema. Isto é o mesmo processo. Agora, dependendo de como você o focaliza. E eu considero que o viés fundamental de análise que nós temos que adotar é justamente ver a pobreza como resultado. Ela é causa, mas nós temos que ver a pobreza como resultado. É somente compreendendo a pobreza como resultado é que eu acredito que nós poderemos pensar na possibilidade de superação. Como é que a gente vai superar isso? Como é que nós vamos superar a concentração de renda que todo mundo concorda que existe no Brasil?

Todo mundo concorda que deva ser superada, agora: “desde que não mexa no meu bolso.” É mais ou menos isso o que a gente pode dizer que acontece hoje no Brasil: há um consenso em relação ao fato de que a concentração é inadmissível, inaceitável; agora, quem se dispõe a redistribuir os recursos? Na hora que você vai falar de cotas para negros nas universidades, você tem uma criação de um enorme consenso nacional contra: “Isto é racista, isto é discriminatório...” Por que toda essa gritaria que a gente assiste? Porque, justamente, nós estamos mexendo na forma como se distribui um bem fundamental que é o acesso ao ensino superior. Isto é uma expressão do grau de resistência que existe no Brasil à qualquer processo de redistribuição.

V.A. – Quando você voltou lá de Durban... agora você é coordenadora de combate ao racismo e à discriminação da Unesco, um cargo da Unesco. Foi depois que você voltou de Durban?

E.R. – Aí depois... Em 2002 foi o processo de eleição. Eu cheguei a colaborar no período do governo de transição, participei de algumas discussões que levaram à proposta da criação da SEPPIR e cheguei a participar em alguns debates. E em 2003, ano passado, no início de fevereiro eu recebi essa proposta, que foi feita pelo representante da Unesco no Brasil, o doutor Jorge Werthein, que me convidou para trabalhar em Brasília nessa área de combate ao racismo e à discriminação racial. E eu tinha muito pouco conhecimento acerca da Unesco, não conhecia nem o escritório da Unesco, nunca tinha estado lá. E no momento que ele me fez o convite, se estava ainda na expectativa de definição em relação à questão da SEPPIR. E também foi um momento em que eu estava com alguns problemas de saúde, e eu pedi algum tempo para ele para poder dar uma resposta. Eu precisei cuidar um pouco da minha saúde naquele momento. Acho que ele me convidou em fevereiro e eu acabei indo para Brasília em maio. Foi no final de março que eu dei uma resposta positiva para ele, mas ainda precisei de um tempo para fazer um repouso e cuidar da saúde. Aí em maio eu fui para Brasília, e essa é uma experiência nova, porque também não é fácil, porque é uma mudança muito grande entre 14 anos de experiência de trabalho em organizações não-governamentais e agora trabalhar em um organismo das Nações Unidas. É um outro mundo, as formas de atuação são diferentes. Você passa a ser integrante de uma organização grande, internacional, diferentemente de quando eu estava na Fala Preta!,

que eu era presidente da Fala Preta!, estávamos eu e as minhas companheiras, e qualquer processo de consulta é rápido porque tem poucas pessoas, você tem contato face-a-face com todo mundo que participa do processo de decisão. Então é muito diferente. Já você entrar em uma estrutura hierárquica com posições definidas é um desafio também, e tendo que se relacionar com governos com a sociedade... tem que aprender a lembrar que você não é mais uma pessoa que pode expressar o seu próprio pensamento individual sem limites. Agora você tem que levar em conta quais são as regras e os limites da instituição.

V.A. – Esse órgão coordenado por essa coordenadoria é dentro da Unesco? Existe em cada país um coordenador, ou você é coordenadora da Unesco?

E.R. – Não. A área de atuação é América Latina e Caribe. A Unesco, a partir da Conferência de Durban – isso como resultado dos impactos de Durban – elaborou uma estratégia integrada de combate ao racismo. Eu participei do processo final de elaboração dessa estratégia. Tinha acabado de entrar na Unesco e aí fui para o Japão, para uma reunião que tinha lá, que estava fechando este documento. E aí este cargo foi criado então na América Latina e Caribe. A região da América Latina e Caribe foi a primeira região aonde a Unesco criou um cargo especificamente para trabalhar com essa temática.

V.A. – Então você é coordenadora para a América Latina e Caribe?

E.R. – Para a América Latina e Caribe. E depois que eu estava na Unesco, aí estava a um mês mais ou menos, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, indicou os cinco integrantes do grupo de pessoas eminentes encarregados de acompanhar a implementação da declaração e do programa de ação de Durban, que é um dos mecanismos previstos pelo próprio programa de ação de Durban. Aí ele indicou uma pessoa de cada região do mundo, e a pessoa indicada pela América Latina e Caribe fui eu. Então, esse é o outro espaço do qual eu faço parte no momento. Esse grupo teve uma reunião no ano passado, quando se instalou, com algumas dificuldades porque a reunião aconteceu duas ou três semanas depois da morte do alto-comissário, o Sérgio Vieira de Melo, que morreu, juntamente com outros funcionários das Nações Unidas, lá no Iraque. Então a situação era bastante difícil no momento em que essa reunião aconteceu. Terá uma segunda reunião agora no mês de outubro, já com a nova comissária indicada

que acabou de assumir agora em primeiro de julho. Então estou aguardando para ver se as condições se tornarão mais favoráveis. Nessa reunião de outubro do ano passado... acho que foi em setembro do ano passado, eu apresentei uma proposta de se desenvolver um Índice de Desigualdade Racial, como um índice que permitiria tornar visível para a comunidade internacional o grau de desigualdade racial existente nos países que fazem parte da comunidade das Nações Unidas. Essa proposta foi aceita pelo grupo de pessoas eminentes, foi apresentada este ano à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que aceitou examinar a viabilidade dessa proposta e decidiu contratar um consultor para, justamente, estudar a viabilidade do desenvolvimento desse índice. Nós estamos, nesse momento, aguardando que eles definam a contratação de quem será essa pessoa, que eu espero que venha a ser o economista brasileiro Marcelo Paixão, porque essa proposta, na verdade, foi inspirada em uma experiência que ele realizou juntamente com a pesquisadora Wania Sant'Anna há alguns anos atrás aqui no Brasil, quando eles calcularam o IDH para a população negra inicialmente, e depois calcularam o IDH para a população negra e para a população branca e revelaram a desigualdade entre negros e brancos a partir de um indicador sintético como é o IDH. A minha ideia então, inspirada nessa experiência que foi desenvolvida por eles, é de realizar este tipo de cálculo do IDH para os grupos étnicos dos diversos países considerados, e aí calcular a diferença. E ao calcular a diferença, estabelecer um *ranking* no mundo, dos países que apresentam, desde a menor até a maior desigualdade racial. Certamente que o Brasil, mais uma vez, deverá ser um campeão ao se calcular este índice, porque sem dúvida nós apresentamos um alto grau de desigualdade racial.

Não será fácil. Certamente para se aprovar a criação deste índice se irá enfrentar muitas resistências, acredito eu. E inclusive, um dos grandes problemas vai ser a ausência de informação, porque muitos países não terão informação que permita fazer essa desagregação. Mas eu acredito que, se por ventura, conseguirmos que venha haver uma aprovação do desenvolvimento deste índice, a existência desse índice, sendo legitimada pelas Nações Unidas, se constituirá em um fator que vai pressionar os países a produzir informação desagregada com base nesta variável. Essa é a razão dessa proposta ter sido apresentada. Mas eu acho que a resistência vai ser muito grande.

V.A. – Nós ainda temos, no seu currículo, a informação de que você também participou da elaboração da redação do documento que foi encaminhado ao Fernando Henrique em

1995 naquela marcha dos 300 anos do Zumbi; participou também, está escrito no currículo, do jantar que resultou na Comissão Interministerial. Como é que foi?

E.R. – Logo que o presidente Fernando Henrique assumiu... em janeiro de 1995 a primeira vez?

V.A. – Em janeiro, acho que sim.

E.R. – Então, em maio de 1995, por iniciativa de alguns militantes negros – dentre os quais Hélio Santos, que tinha muita proximidade com o Fernando Henrique – se organizou um jantar no Palácio, para reivindicarmos a necessidade de criação de um mecanismo institucional que pudesse dar conta da implementação de políticas públicas destinadas à população negra. Da parte do governo estiveram presentes, além do presidente e da senhora Ruth Cardoso, estiveram presentes o então ministro da Justiça Nelson Jobim e o ministro da Cultura Weffort. E nós então reivindicávamos ao presidente a necessidade de ter... a gente não dizia exatamente o quê: se era ministério, secretaria, a gente não tinha ainda uma formulação. Mas a gente falava que a Fundação Cultural Palmares era um mecanismo insuficiente, não dava conta do que era necessário. E o Weffort naquele momento resistia a essa ideia dizendo: “Não, a Fundação Palmares pode perfeitamente ser utilizadas para as políticas que vocês estão querendo...” E o presidente também querendo ir, um pouco, nessa direção. E o então ministro Jobim foi quem se pronunciou dizendo: “Não. Para o que eles querem a Fundação Palmares não é suficiente. Eles precisam de um outro mecanismo mais forte. Um mecanismo político com mais força para poder implementar... eles precisam de políticas em diversas áreas e a Fundação Palmares não tem...” E nós dizíamos: “Presidente, realmente, os dois parágrafos que definem a estrutura da Palmares, tudo se resume a questão da cultura. Nosso problema não é um problema só de ordem cultural. Nós precisamos de políticas no campo da Justiça, da Educação, Saúde...” E se saiu do jantar com a coisa nesse pé, e quando depois se teve a marcha de Zumbi dos Palmares em 1995, eu colaborei na elaboração da parte de Saúde do documento. O que aconteceu foi que quando a marcha entregou o documento que foi elaborado pelo movimento, a ação que o governo efetuou em resposta à marcha, foi a criação do GTI, do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, mecanismo esse que

se mostrou insuficiente, que se mostrou débil na medida em que ele, digamos, é um mecanismo instável, um grupo interministerial, um grupo formado por representantes de diversos ministérios; em que formalmente estaria presidido pelo secretário de Direitos Humanos – na época o Gregori – e na prática era coordenado pelo professor Hélio Santos. Mas, digamos, é um mecanismo que não tem materialidade administrativa, não tem corpo administrativo e técnico suficiente para garantir que as políticas sejam executadas. E um grupo, digamos, interministerial, significa que cada indivíduo ali está sob o comando do seu ministro. Então não é suficiente para responder ao que necessitávamos e ao que necessitamos. O GTI, eu creio que, chegou a realizar algumas atividades importantes. Uma das quais foi uma mesa-redonda que resultou na formulação da Política Nacional de Saúde da População Negra, e posteriormente a elaboração do Programa de Anemia Falciforme, por parte do Ministério da Saúde. Ambos ainda em grau precário de execução.

V.A. – O que é esse Programa de Anemia Falciforme? Em que consiste esta anemia falciforme?

E.R. – Anemia falciforme é uma doença genética originária da África Ocidental, e que resulta de uma mutação genética ocorrida sabe-se lá quando, em tempos imemoriais, em áreas de prevalência de malária. Essa mutação genética tinha um efeito protetor diante da questão da malária. Então em uma população, digamos, inicialmente o indivíduo com essa mutação que aconteceu, digamos, ficava protegido contra os males da malária. Mas na medida em que aumenta o número de indivíduos na população que tem essa mutação genética, ocorre a possibilidade de indivíduos casarem entre si. E na mutação o indivíduo fica sendo portador do traço falcêmico. O indivíduo ainda não tem a doença, ele tem uma mudança nos seus cromossomos. Se junta pai e mãe portadores do traço falcêmico, a criança que herda os dois traços é portador não somente do traço, mas aí é portador da própria doença. E a doença consiste em uma modificação do glóbulo vermelho, da hemácia, de tal forma que a capacidade de carregar oxigênio é reduzida. E isso então, provoca uma série de problemas biológicos para o indivíduo com essa redução da capacidade de oxigênio que a hemácia é capaz de carregar. É afetado, por exemplo, o crescimento, o peso da criança, a pessoa passa a ter problemas nas juntas, e em determinados momentos em que há um acúmulo de hemácias nos vasos mais finos

por conta da forma – ela deixa de ser redondinha, fica na forma de foice, por isso se chama falciforme – aí as foicezinhas se acumulam nos vasos mais finos, e isso provoca dores terríveis. E o baço do indivíduo não reconhece a hemácia como sendo algo do próprio organismo. Então baço passa a combater e a destruir todas as hemácias que têm esse formato. Então o indivíduo fica anêmico porque o baço está atacando as próprias hemácias do portador.

V.A. – E o que se faz para curar?

E.R. – Até o momento não tem cura. Não existe ainda cura para isso. Existem tratamentos para reduzir, digamos, os danos causados. Nos Estados Unidos, os tratamentos que são oferecidos já permitem um alargamento do tempo de vida do indivíduo, da esperança de vida. No Brasil ainda é um grave problema de saúde pública, e o serviço público ainda não oferece as condições necessárias para que esses indivíduos possam ter garantida a melhoria de sua qualidade de vida. E a incidência é alta na população negra, e dado o grau de miscigenação racial existente no Brasil, você pode ter inclusive, indivíduos fenotipicamente com a aparência de brancos mas que sejam portadores do traço ou podem ser doentes de anemia falciforme. Então é uma questão que requer realmente uma política pública. Em termos da incidência na população, é mais alto, por exemplo, do que a síndrome de Down. E a ausência de uma política pública no Brasil até agora, só se explica pelo fato de ser uma doença que atinge fundamentalmente a população negra, um setor da população que tem um poder reduzido de influência sobre os órgãos que decidem as políticas públicas no Brasil. É absolutamente inadmissível, inaceitável, a ausência de um programa efetivo, extensivo em toda a rede pública do Brasil. E os danos são graves, e como eu disse, reduz muito a expectativa de vida. As crianças não cuidadas desde pequenas, e se não recebem a assistência necessária, os cuidados necessários, e muitos médicos desconhecem e tratam inadequadamente, tratam como se fosse um outro tipo de anemia, como se fosse anemia ferropriva, que é a da falta de ferro. Aí eles medicam oferecendo ferro, que não traz nenhum benefício, pelo contrário, é nocivo para os portadores da anemia falciforme.

V.A. – E o tratamento é transfusão de sangue?

E.R. – Eu creio que em determinados estágios da doença pode ser necessário. Eu não sei todos...

V.A. – Medicamentos...

E.R. – Todos os medicamentos... Mas há alguns medicamentos que são necessários. E em um primeiro momento é muito importante haver o teste para poder detectar e a partir daí fazer o acompanhamento.

V.A. – Sim. Eu acho que...

E.R. – Ninguém aguenta mais. [risos]

V.A. – Eu acho que eu cheguei aqui no...

E.R. – Chegamos ao fim.

A.P. – A gente geralmente pede para o entrevistado fazer um balanço geral, mas...

V.A. – Já pediu agora mesmo...

[FINAL DA FITA 6-B]

E.R. – ...Na Justiça, aí em um período, que eu acho que é no final de 1996... 1997, 98, eu não sei se vai até 1999. Pelo currículo você pode ver. Então, em resposta ao encaminhamento que foi feito à OIT por parte das centrais sindicais com o apoio do CEERT, o Brasil foi questionado pela OIT, na medida em que foram apresentados dados da existência de discriminação racial no mercado de trabalho. Então o Brasil foi solicitado a realizar políticas, realizar esforços para a redução da desigualdade racial no mercado de trabalho.

V.A. – Essa Convenção 111 diz exatamente isso, que não deve haver...

E.R. – É uma Convenção que proíbe a discriminação, todas as formas de discriminação: racial, gênero, religiosa... várias formas de discriminação no mercado de trabalho. E aí o Brasil então foi questionado, e como o Brasil é signatário dessa Convenção ele tem que cumprir. E a resposta que o governo brasileiro deu então, foi elaborar esse projeto *Brasil Gênero e Raça*, que uma das finalidades seria a criação de núcleos de combate à discriminação nas diversas delegacias regionais do trabalho pelo país afora. Esse projeto, geralmente assim: realizava um seminário de, acho que, uns dois dias, não me lembro direito, em cada capital. E a partir da realização deste seminário, o resultado do seminário era a constituição do núcleo de combate à discriminação, que era constituído por funcionários daquela delegacia regional com a participação dos grupos da sociedade civil organizada presentes, seja do movimento negro, movimento gay, ou de mulheres, ou portadores de deficiência etc. O que aconteceu é que, em muitos estados, as delegacias acabaram priorizando trabalhar com a questão de gênero, principalmente a questão dos portadores de deficiência porque aí tem lei que define, por exemplo, que as empresas, com um número superior a não sei quantos funcionários, devem contratar 5% de pessoas portadoras de deficiência. Aí tem um instrumento legal que permite a Secretaria trabalhar quando ela utiliza os mecanismos de fiscalização, porque para fiscalizar você tem que ter um texto legal a partir do qual você fiscaliza. Em relação à outras questões como gênero e raça, já fica menos claro para as delegacias como é que elas devem atuar. Então eu acho que, digamos, a ausência de um parâmetro legal preciso e claro acerca dessa questão, dificulta as delegacias, principalmente quando há pouca sensibilidade para uma temática como é a questão da temática racial em muitos lugares. Em algumas delegacias, por exemplo, se trabalhou a questão de discriminação de pessoas portadoras de HIV. Ficou um pouco assim, digamos, a depender da sensibilidade e dos interesses específicos do delegado ou de pessoas da delegacia. Há um balanço, provavelmente, desigual acerca do que aconteceu aí nos diferentes estados. Eu sei que nesse momento a SEPPIR está tentando desenvolver um trabalho em relação a estes núcleos já existentes. Pelo que eu fui informada, esses núcleos dessas delegacias regionais do trabalho serão utilizados para preparar as conferências estaduais que fazem parte do processo realização de uma conferência nacional de promoção da igualdade que a SEPPIR está programando para o ano que vem. Agora, eu acredito que também se precisaria pensar mais concretamente em termos dos mecanismos que poderiam ser

utilizados. Mecanismos de mediação com as empresas; essa questão, por exemplo, do uso de informações de cadastros da RAIS e do CAGED. Isso é outra coisa que eu participei em relação ao Ministério do Trabalho: são dois formulários importantes, de preenchimento obrigatório por parte das empresas, e a gente fez uma reunião técnica na OIT, acho que foi em janeiro de 1998, determinando a inclusão da informação sobre raça ou cor nesses dois formulários, de tal forma que um formulário mede as flutuações no mercado de trabalho mês-a-mês, e o outro apresenta os dados anualmente: quem é a força de trabalho pela empresa. Então se você tem a informação sobre raça ou cor, você pode perceber justamente o que está acontecendo no mercado de trabalho: os negros estão sendo contratados, estão sendo demitidos? Está havendo tendência a uma maior inclusão no mercado formal ou não? É um instrumento importante tanto para os pesquisadores quanto, especialmente, para os gestores públicos.

V.A. – Como é o nome, RAIS?

E.R. – RAIS e CAGED. RAIS é Relação Anual de Informações Sociais, acho que é isso. E CAGED é Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

V.A. – O que eu tinha anotado aqui era isso. Você quer falar mais alguma coisa?

E.R. – Não. A única coisa que faltou falar é uma coisa recente: um dos meus colegas lá do grupo de pessoas eminentes, que é o príncipe Hassan da Jordânia, ele é presidente do Clube de Roma, que é uma organização não-governamental que tem um papel de pensar grandes questões políticas a nível global. E ele resolveu promover um processo de renovação na composição dos membros deste clube, e eu então fui consultada através de um membro que é brasileiro, e o meu currículo foi encaminhado. Aí, recentemente, eu recebi já o convite da conferência. Não me informaram de nada, aí eu fui olhar no *site* e de fato meu nome está lá entre os membros do Clube de Roma. Tem várias categorias. Alguns têm poder de voto. Eu não tenho poder de voto. Eu sou uma membro associada. Ainda não sei exatamente que importância concreta que isso pode ter. É um espaço, sem dúvida, privilegiado, de presença de presidentes, ministros, gente que tem “bala na agulha”, mas não sei quais serão os temas tratados nesta próxima conferência.

A.P. – Que será?

E.R. – Será em outubro em Helsinque na Finlândia.

V.A. – Por que se chama Clube de Roma?

E.R. – Eu creio que quando ele foi criado ele estava sediado em Roma. Ele é mais conhecido por um relatório que foi feito na década de 1960 acerca das tendências da população mundial. É uma espécie de *Think Tank*, é um espaço de reflexão, de se reunir algumas lideranças acerca dessa questão. Então é isso.

V.A. – A sua irmã Júlia faz o quê? Ela também é militante?

E.R. – Ela é, mas não militante do movimento negro. A minha irmã é médica e é militante do Partido Comunista do Brasil, do PC do B.

V.A. – Em São Paulo?

E.R. – Em São Paulo. Ela é dirigente do diretório municipal do PC do B lá em São Paulo, e tem forte atuação no movimento sindical na área da Saúde. E ela é esposa do deputado Jamil Murad, que é deputado pelo PC do B. Mas aí temos espaços completamente distintos de atuação.

V.A. – Está ótimo. Você teve filhos?

E.R. – Não. Não tenho filhos. Quis ter, em um momento eu podia ter e não quis ou não pude e no outro momento eu quis mas não foi possível. Então infelizmente...

V.A. – Eu perguntei só para ter a quem passar os ensinamentos e o orgulho.

E.R. – É, aí a gente tem que substituir por filhos simbólicos. Tem companheiras aí na Fala Preta! com quem eu tenho essa relação de muita proximidade afetiva. É um espaço assim, dessa natureza.

V.A. – Acho que podemos, não é?

[FINAL DO DEPOIMENTO]